

As atraentes eleições gaúchas
A Conferência dos Advogados do Brasil

93

INSTITUTO JOSE DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

Opinião

Cr\$ 4,00 n.º 93 19 de agosto de 1974 com a edição semanal brasileira do

Le Monde

O RECONHECIMENTO DA CHINA



Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo Silveira

Vice-ministro do Comércio da China Popular, Chen Chieh

A meningite e a feira

O governo britânico parece preocupado com a epidemia de meningite em São Paulo, onde nos próximos dias inaugurará a Feira Industrial Britânica. Um médico inglês veio ao Brasil especialmente para estudar a situação e, segundo se comenta o assunto estaria sendo tratado em nível de gabinete. Até o momento, nenhuma mudança foi decidida. A epidemia reduziria o atendimento a feira por parte de visitantes latino-americanos. Mas o risco considerado maior é o de cidadãos ingleses serem contaminados pela doença.

Segundo um porta-voz do Ministério da Indústria e Comércio da Grã-Bretanha, os relatórios preliminares indicam que a epidemia está afetando mais crianças do que adultos e bairros pobres principalmente, de maneira que os executivos britânicos que vão a feira não precisariam se preocupar. Também o presidente da feira, o honorável David Montgomery, parece tranquilo: "Estamos todos chocados com a epidemia. Esperamos que ela não resulte em muitas perdas de vidas humanas. Quanto à feira, os organizadores acham que não há necessidade de nenhuma alteração de planos".

33,82%

O aumento do custo de vida para a classe trabalhadora paulista de junho do ano passado a junho deste ano foi de 33,82%, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

Os itens que mais subiram foram carnes e derivados (68,1%), peixes (67,5%) e leite e derivados (51,4%), justamente os mais ricos em proteínas.

Itens	Aumento
Alimentação	39,6%
Habitação	29,5%
Vestuário	22,4%
Transporte	37,1%
Equipamento doméstico	24,4%
Recreação e fumo	18,8%
Saúde	23,0%
Educação e cultura	39,8%
Limpeza doméstica	56,9%
Higiene pessoal	37,4%

Custo de vida 33,8%
Fonte: DIEESE.

Esse aumento superou largamente os reajustes salariais no período, em geral em torno de 20%.

Privilégio ou controle

Embora o Brasil já tenha se definido como contrário à política de controle demográfico, seus representantes levaram para a Conferência Mundial de População, que se realiza em Bucareste, uma série de normas cujo sentido pode ser, muitas vezes, considerado duvidoso. Segundo a posição oficial brasileira, "a capacidade de recurso ao controle da natalidade não deve ser um privilégio das famílias abastadas e, por isso, cabe ao

estado proporcionar as informações e os meios que possam ser solicitados por famílias de recursos reduzidos".

Esta posição pode ser confundida exatamente com os objetivos da BEMFAM — Sociedade Civil de Bem Estar Familiar no Brasil, ligada a instituições americanas que defendem o controle demográfico junto às populações subdesenvolvidas. Sob a tese de que é necessário proporcionar meios e informações adequadas às famílias mais pobres, a BEMFAM não faz mais do que promover verdadeiramente o controle demográfico.

Boa vida na cadeia

Airton Ramos Ferreira, o *Ferreirinha* é acusado de pertencer ao Esquadrão da Morte, no Rio. Há duas semanas, ele compareceu ao II Tribunal do Júri acompanhado de uma estranha maleta. E, por ordem do Juiz, ela foi revistada. Não havia armas, mas havia cartas. E eram endereçadas ao policial-marginal Mariel Mariscot de Matos. Elas deviam ser entregues ao seu destinatário pelo advogado Jair Leite Ribeiro.

Jair é o defensor de Mariel, e Airton é protegido por Mariel para servir como sua testemunha de defesa. Através de Jair, Mariel mandava dinheiro para Airton, na cadeia. Nas cartas apreendidas, Airton reclamava de Mariel porque Jair não estava levando o seu dinheiro há duas semanas. E desse jeito não podia ficar. Mas, além das reclamações, Airton fazia elogios. A cadeia, onde estava preso. Isto é, ao presídio Lemos de Brito.

Graças ao diretor desse presídio, Airton levava uma vida tranquila, podendo telefonar quando quisesse, mesmo à noite. Ele sugeria mesmo a Mariel que conseguisse sua transferência para a Lemos de Brito, caso estivesse sofrendo pressões na prisão especial onde se encontrava, no quartel do Regimento Caetano de Farias. No entanto, a boa vida de Airton poderia terminar se o dinheiro de Mariel não continuasse chegando com regularidade.

Invasão de ratos

Para cada habitante da Guanabara existem quatro ratos, famintos e transmissores de moléstias epidêmicas. A população carioca é um pouco mais de 5 milhões de pessoas, mas, segundo o médico José do Monte Filho, do Serviço de Desratização do Ministério da Saúde, cerca de 23 milhões de ratos estão espalhados pelo Rio. A Organização Mundial da Saúde identifica 38 diferentes tipos de enfermidades transmitidas por ratos, entre as quais icterícia, desintéria amebiana, salmonelose, tularemia, raiva, tifo e leptospirose.

O combate sistemático aos ratos, no Rio, tem conseguido eliminar 50 mil animais por mês, média que baixou para 30 mil, em julho, segundo Monte Filho. O problema, no entanto, é que o rato se reproduz com mais rapidez do que pode ser eliminado, e está se tornando imune à maioria dos remédios

tradicionais. No mundo já está surgindo uma nova espécie, completamente imune a todos os tipos de venenos até agora conhecidos, inclusive ao Warfarin, o mais forte deles. Estes super-ratos já foram encontrados em alguns países da Europa, tendo surgido na Escócia, e podem atingir outros continentes, viajando nos porões de navios. Monte Filho assegura, de qualquer forma, que a segurança nos portos do Brasil "é completa".

Reforço alimentar

O Sindicato dos Tecelões de Minas Gerais quer incluir uma cláusula, no próximo dissídio coletivo da classe, obrigando as empresas a servirem durante o lanche "um reforço alimentar" além do habitual cafezinho servido atualmente. E que segundo José do Espírito Santo, presidente do sindicato, tem crescido de forma assustadora "o número de trabalhadores da indústria têxtil que vão para o serviço sem ter o que comer no intervalo de almoço. Mas, levando, assim mesmo, a marmitta vazia por terem vergonha de que os colegas — às vezes, em melhores condições e portanto, podendo levar pelo menos um pedaço de pão ou de carne — percebam que eles não têm o que almoçar". O presidente do sindicato acha que o "reforço alimentar" seria uma forma remediadora para o problema, pois se, por um lado, ela não representa uma solução definitiva para o problema, pelo menos atenua a situação de muitos que "além de saírem de casa sem tomar café, ainda carregam, debaixo do braço, uma marmitta tão vazia como os próprios estômagos".

O agitado Portugal

O vereador belorizontino (pela ARENA) Paulo Portugal — que já se notabilizou por movimentos originais, como o que propunha a concessão do título de "Cidadã Honorária" a uma das mais famosas proprietárias de prostíbulos de Belo Horizonte, a "Zezé" — iniciou agora mais uma campanha bem ao seu estilo.

Portugal acha "que da mesma maneira como todos os deputados estaduais e federais foram ouvidos na escolha do governador de Minas, nada é mais natural do que ser dado também aos vereadores o direito de indicarem o prefeito". Belo Horizonte, considerada "área de segurança nacional" — como todas as capitais brasileiras — tem seu prefeito nomeado por ato do governador do Estado. Paulo Portugal quer mudar este sistema, e já conta com o apoio de outros 21 vereadores (10 do MDB e 11 da ARENA). Em memorial a ser encaminhado às autoridades federais, dizem os signatários do documento: "a Câmara Federal indica o presidente da República, este, por sua vez, indica o governador às Assembleias, faltando apenas a participação das Câmaras Municipais na indicação e escolha dos prefeitos". E já apontam um candidato: Alvaro Antônio, ex-presidente da Câmara dos Vereadores, possuindo "uma grande honestidade, sendo habilidoso do ponto de vista político, e um excelente administrador".

Candidatos para perder

No Ceará, há duas correntes políticas: uma sob a liderança do atual governador Cesar Cals, e outra do senador Virgílio Távora (veja também o artigo *Eleições* na página ao lado). Entre eles, está Edilson Távora, apontado por Cesar Cals como candidato pela ARENA ao Senado. Embora com o mesmo sobrenome, Edilson não só não é parente de Virgílio, como é seu inimigo. Assim, o candidato do governador às eleições de novembro não contava, desde o lançamento de sua candidatura, com o apoio de uma das correntes mais fortes da política do Ceará. Nesta corrente encontra-se o futuro governador do Estado, Adauto Bezerra, que consequentemente não poderá apoiar Edilson.

Outras lideranças cearenses importantes, como Flávio Marcílio e Valdemar de Alcântara não parecem igualmente dispostos a participar da campanha pela eleição de Edilson Távora. E, por fim, o próprio governador César Cals anunciou sua decisão de ficar de fora dos comícios da ARENA, talvez indignado pela posição assumida pelos seus principais companheiros de partido. Mas, indignado ou não, César Cals acabou retirando a única base política segura com que seu próprio candidato poderia contar nas eleições de novembro. Sem o apoio das duas correntes políticas decisivas, Edilson Távora ficou sozinho, sujeito a uma esmagadora derrota perante o candidato da oposição.

Mas, em todo esse episódio, a sorte de Edilson é a fraqueza do MDB que ainda não conseguiu localizar um candidato razoavelmente elegível. Inicialmente foram escolhidos o presidente do MDB cearense, Mauro Benevides e o ex-deputado Perilo Teixeira. Ambos desistiram da candidatura, alegando falta de condições financeiras. Agora, poderá ser confirmado o nome do industrial José Jereissatti, rico mas sem uma tradição política pessoal.

No Ceará, o quadro político ameaça configurar, dessa forma, uma disputa de anticandidatos: ambos só têm boas chances de perder as eleições.

Capim político

"Rondon Pacheco conseguiu um verdadeiro milagre em política: ser o primeiro governador mineiro a terminar seu mandato sem ter o apoio de nenhum deputado na Assembleia". A frase, comentada nos corredores da Assembleia pelos deputados arenistas (do partido de Rondon), é sem dúvida, um sintoma revelador de como são constrangedoras as relações entre o atual governador e os políticos do Estado.

Para os políticos, Rondon Pacheco — um ex-político — teria traído a classe tão logo virou governador, principalmente, porque ao adotar critérios de decisão exclusivamente "técnicos" os teria relegado a um papel muito mais secundário do que normalmente lhes é atribuído. Rondon além de destruir o

antigo sistema de nomeações políticas — que davam algum poder aos deputados — não lhes ofereceu maiores oportunidades de participação ativa no governo do Estado. Eles não eram nem mesmo convidados para comparecerem as inaugurações de obras em suas regiões eleitorais.

Por tudo isso, as previsões sobre o futuro político de Rondon são no mínimo, sombrias. Comenta-se pelos corredores da Assembleia que, tão logo deixe o governo, na porta de sua casa "vai nascer capim político" para que ele "jamais se esqueça de sua traição, à classe política".

Os fatos, no entanto, estão superando as previsões. As romarias de políticos se transferiram do Palácio da Liberdade (sede do governo) para o mais sofisticado hotel de Belo Horizonte, o D'El Rey, onde o futuro governador

Aureliano Chaves estava concedendo suas audiências.

Talvez preocupado com o que o futuro lhe reserva, Rondon Pacheco tratou de arranjar um candidato pessoal para representá-lo no quadro político do Estado. Mas, como a lei das inelegibilidades impede a candidatura de parentes de governadores (inclusive genros), Rondon não pode indicar seu preferido: o marido de sua filha, Alceu Fonseca Batalha, como candidato da ARENA a Assembleia Estadual. Logo, a escolha recaiu sobre o irmão de seu genro: Nuno Batalha.

Mas o Diretório Municipal da ARENA de Uberlândia (terra do governador) não só recusou o candidato de Rondon, como colocou entre os três candidatos aprovados, um dos seus maiores inimigos políticos: o deputado Pedro Gustin da chamada AREMBÉ — ARENA Rebelde.

PALAVRAS



• Do ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, ao anunciar a instalação da Associação Empresarial de Brasília, entidade sem fins lucrativos que pretende apoiar os empresários na capital federal: "Sempre vi o Brasil com óculos verdes. Quando começaram a surgir dificuldades no mercado financeiro disse a mim mesmo: em três meses estarão liquidadas. E realmente a crise foi superada. Se fosse num país europeu levar-se-iam anos para que o mercado se reestruturasse. Tudo no Brasil tem muita força, por isso é preciso confiar no país".

• Do ex-ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, ao ser indagado pelos jornalistas, em Brasília a saída de um encontro com o ministro da Justiça, Armando Falcão sobre sua provável indicação para futuro governador do Estado do Rio de Janeiro: "Estou inocente".

• Do candidato do MDB ao

Senado, pelo Rio Grande do Sul, Paulo Brossard, procurando desmentir um encontro marcado com o ex-presidente João Goulart, em Buenos Aires: "Nenhuma procedência". E, deslizando a palma da mão direita pelo queixo, após um demorado sorvo de mate, acrescentou: "É... é de se ficar realmente preocupado".

• Do deputado federal Clóvis Stenzel (ARENA-RGS), depois de pregar que o papel do Serviço Nacional de Informações é coletar informações para o governo, não sendo de sua competência impugnar candidaturas através da simples abertura de inquéritos policiais: "Responder a inquérito não inabilita ninguém ao exercício de qualquer função. Qual o desfecho do inquérito? Foi o denunciado acusado? E se acusado, foi condenado? Somente neste último caso está ele inabilitado como candidato a um posto eletivo, porque sobre seus atos e sua vida pronunciou-se a Justiça".

ELEIÇÕES

1 — Esperanças emedebistas

A oposição conseguirá eleger os 120 representantes necessários ao partido, para promover, na próxima legislatura da Câmara, a instituição de comissões parlamentares de inquérito ou sugerir emendas à Constituição, independente do apoio da ARENA?

Essa é a maior razão de expectativa diante das próximas eleições de 15 de novembro, convocadas para a renovação total da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas Estaduais, além de um terço do Senado.

Por enquanto, realizadas quase todas as convenções estaduais que filtraram os candidatos dos dois partidos em todos os Estados do país, as esperanças do MDB parecem estender-se por horizontes bem mais amplos do que as suas chances concretas. Contudo dentro do elenco de repostas que antecipadamente podem ser dadas em relação à próxima corrida eleitoral, essa pergunta que centraliza todas as ambições oposicionistas de uma participação revitalizada na vida do país — é, sem dúvida, uma das raras que não admitem profecias fáceis.

Dependendo da confirmação da Justiça Eleitoral, que deverá anunciar em setembro as modificações nas representações estaduais provocadas pelos novos alistamentos eleitorais, o número de cadeiras na Câmara dos Deputados deverá saltar de 310 para 359.

Realizadas as suas esperanças de deter mais de um terço da Câmara nas próximas eleições parlamentares de novembro, o MDB deverá voltar a contar com um número de deputados praticamente idêntico ao que iniciou a legislatura de 1967, antes das sangrias abertas em ambos os partidos pelas punições que marcaram o período. Atingindo 88 das 409 cadeiras elas reduziram a participação do MDB de 132 deputados para 71; enquanto a ARENA começava com 277 e encerrava com 250.

No momento, o MDB conta com 87 deputados contra 233 da ARENA — não ocorrendo na atual legislatura, iniciada em 1971 para se encerrar em março do ano que vem, cassações de mandatos.

Assim, o partido será obrigado a eleger, pelo menos, mais quatro dezenas de novos representantes para concretizar as pretensões que atualmente mais acaloram suas lideranças.

As previsões, pelo menos, são otimistas. "Em Pernambuco" — informa o autêntico Fernando Lyra, candidato à reeleição para a Câmara, "o MDB deverá dobrar o número de seus deputados federais de três para seis". "Em Minas" — promete mais esperanças ainda o deputado estadual e líder do MDB, Tarcísio Delgado, candidato à Câmara — "devemos passar de sete para 12, enquanto a ARENA cairá de 28 para 23. E na Assembleia Estadual, devemos aumentar de 12 para 20 enquanto a ARENA, atualmente com 47, cairá

para 35". "Na Bahia" — profetiza o autêntico Francisco Pinto, confiando ainda que será absolvido em tempo oportuno no processo que responde no Supremo Tribunal Federal, para candidatar-se à reeleição à Câmara — "devemos eleger seis deputados federais. Atualmente, são apenas três".

Ainda que os três exemplos não sejam os melhores para avaliar as chances da oposição (extremamente favoráveis no Estado do Rio, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Guanabara), todos demonstram que a dimensão dos sonhos geralmente não é a mesma da realidade. Em Minas, por exemplo, as possibilidades de crescimento da oposição não podem ser medidas na proporção exata da atração que a legenda exerce sobre os candidatos: enquanto a ARENA está às voltas com o excesso de postulantes (entre 140 e 150, para a Assembleia Legislativa), sendo obrigada a uma seleção prévia, o MDB não chega sequer a completar o número limites de disputantes, correspondentes às vagas abertas (80 apresentaram-se para disputar pelo MDB as 120 vagas abertas).

Particularmente as eleições ao Senado, porém, demonstram até que ponto o MDB se ressentia da falta de voluntários. À exceção da Guanabara, uma ilha oposicionista aparentemente imune à submersão, do Rio Grande do Sul, onde o ex-deputado Paulo Brossard conta com boas chances de vitória, e de Pernambuco, onde o partido investe na vigorosa ascensão eleitoral do deputado Marcos Freire, todos os outros Estados reproduzem, com menor ou maior ênfase, menos ou mais justificadamente, a simples tendência à deserção.

Ela se mostra mesmo nos casos em que circunstâncias especiais incentivam a presença oposicionista, como no Ceará, onde a escolha de Edilson Távora, como candidato arenista, pelo governador César Calteve de enfrentar péssimas repercussões paroquiais. Ela conseguiu a façanha de desagradar a quase todas as principais lideranças arenistas estaduais, como os

senadores Virgílio Távora e Waldemar Alcântara, o deputado Flávio Marcellio, atual presidente da Câmara, e mesmo o futuro governador, Adauto Bezerra. Nenhum dos dois nomes do MDB com condições de tirar proveito das dificuldades arenistas (Mauro Benevides — deputado estadual e presidente do MDB cearense — e o ex-deputado Perilo Teixeira) quis arriscar, alegando falta de recursos financeiros. Assim, a convenção do partido, marcada para o próximo dia 24, deverá confirmar o nome do industrial José Jereissatti, de pouca penetração política. Longe de ser um exemplo extraordinário, o comportamento do MDB cearense apenas reenfaz uma tendência geral. (1)

Ganham, por isso, em singularidade os esforços do MDB pernambucano e gaúcho. No primeiro, através de uma união de todos os setores oposicionistas em torno da candidatura de experiente ex-líder libertador Paulo Brossard, o MDB vem promovendo uma das raras campanhas políticas verdadeiramente motivadas do ano eleitoral; e no último, mesmo correndo o risco de trocar um candidato eleito para a Câmara por uma improvável competição para o Senado, a oposição seguramente injetará nas eleições majoritárias do Estado, cores mais vivas.

(1) Em São Paulo, onde a oposição deve explorar expressivas potencialidades eleitorais, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido e um dos candidatos naturais ao Senado, preferiu não arriscar sua reeleição para a Câmara. A convenção indicou, por isso, o atual prefeito de Campinas, Orestes Quercia (ver Opinião 92). Em Minas, por idênticos motivos, Tancredo Neves, um dos raros candidatos capazes de reduzir a distância que separa a ARENA e o MDB estadual, tentará apenas a reeleição para a Câmara; na Bahia, o professor Josaphá Marinho, outro capaz de dar à competição características menos desiguais, preferiu não candidatar-se por questões internas do partido.

2 — O caso Jost x Brossard

Liberada pelo Tribunal Regional Eleitoral e acertada pelos líderes estaduais dos dois partidos, resta esperar o dia em que Nestor Jost, da ARENA, e Paulo Brossard, do MDB, concorrentes à uma vaga ao Senado pelo Rio Grande do Sul, encenem a peça singela que mais excita atualmente o frio quadro eleitoral do país: respondam às mesmas perguntas, formuladas com antecedência pelos repórteres políticos gaúchos, mostrando, dentro dos rígidos limites

previstos pela atual legislação eleitoral, o que os faz adversários de partido (1).

Para alguns, pode ser estimulante. Contudo, mesmo entre os mais afoitos perscrutadores de sinais de alento no quadro político institucional, a exceção gaúcha, longe de ser um produto de exportação em vias de ser consumido pelo resto do país, é uma iniciativa política de subsistência doméstica, incentivada por uma situação eleitoral até certo ponto indefinida.

Na verdade, com ou sem encontro na

SENADO FEDERAL

Situação em 1967, após a renovação parcial nas eleições de nov. de 66.

Total de cadeiras: 66
MDB: 8
ARENA: 58

Situação após a renovação parcial com as eleições de nov. de 1970.

Total de cadeiras: 66
MDB: 7
ARENA: 59

Se tivesse em vigência o artigo 149 da Constituição de 1967 o MDB não teria condições de continuar existindo no Senado após a eleição pois o mínimo exigido pela Constituição era de 7 senadores — 10 por cento da representação total. Tal exigência foi depois suprimida pela emenda constitucional n.º 1.

do Sul (15 x 14), Rio de Janeiro (11 x 10) e na Guanabara (15 x 6). No final da legislatura a situação nesses Estados era a seguinte: Rio Grande do Sul: ARENA com 13 deputados contra 9 do MDB; Rio de Janeiro: ARENA com 10 deputados contra 5 do MDB; Guanabara: 7 x 7.

Legislatura de março de 1971 a novembro de 1974.

N.º de cadeiras: 310 (não houve cassações)
MDB: 87 deputados
ARENA: 233 deputados

Para a eleição de novembro próximo o número de cadeiras deverá passar de 310 para 359 deputados. A previsão é de que o MDB faça cerca de 120 deputados, conseguindo assim 1/3 da bancada.

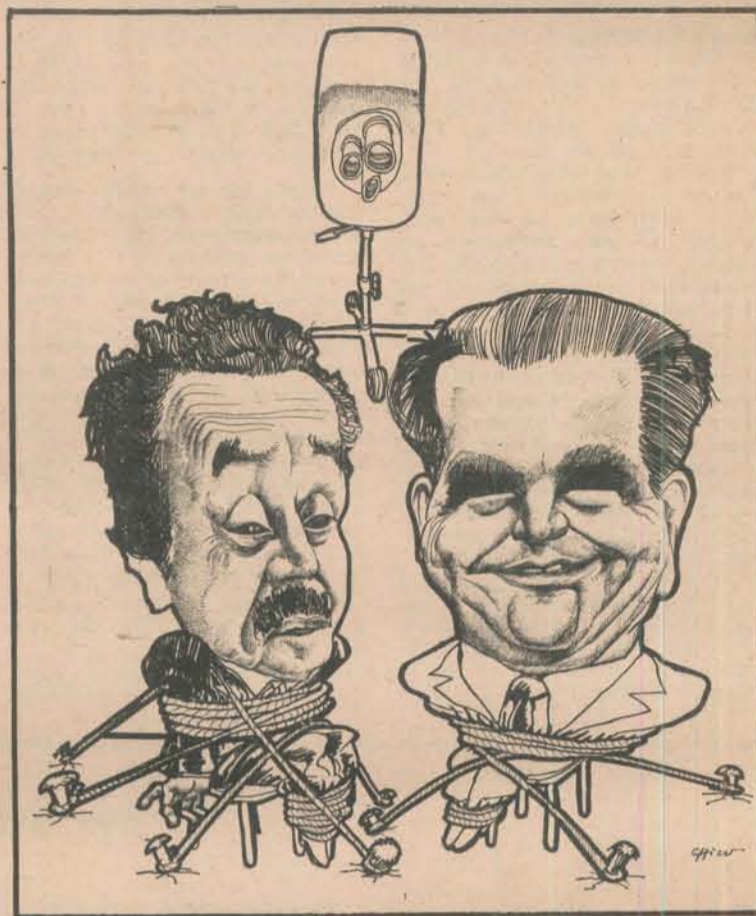
O quadro eleitoral

CÂMARA FEDERAL

Legislatura de 1967 a novembro de 1970.

Começou com 409 cadeiras e terminou com 321, tendo acontecido 88 cassações. O MDB começou com 132 deputados e terminou a legislatura com 71 deputados. A ARENA começou com 277 deputados e terminou com 250 deputados.

No começo da legislatura o MDB era majoritário nos Estados do Rio Grande



televisão, é a singularidade de existência de uma competição real, onde se confrontam forças equivalentes, o que mais afasta o Rio Grande do Sul do cardápio político nacional, mais uma vez limitado nas próximas eleições de 15 de novembro à sensaboria dos pratos feitos. Ordinariamente, por isso, os mais picantes sabores de disputa foram provados nas competições internas que se travaram para a escolha de candidatos na ilha oposicionista da Guanabara e na ARENA majoritária de todo o resto do país (2). Em quase todos os casos, com menor ou maior realce, a prévia certeza de vitória restringiu o suspense ao palco das convenções estaduais que oficializaram as candidaturas.

No Rio Grande do Sul, excepcionalmente, porém, o equilíbrio entre a ARENA e o MDB vem dando dimensões novas às campanhas dos candidatos Paulo Brossard e Nestor Jost. Para esta revitalização, boa parcela de méritos cabe, sem dúvida à oposição, que, passados 10 anos do movimento militar de março de 1964, conseguiu enfim reunir todas as suas forças disponíveis em torno de uma estratégia eleitoral concentrada nos grandes temas político-institucionais

(1) O Tribunal Regional Eleitoral liberou o debate, condicionando-o, porém, a duas exigências: igual número de perguntas e de oportunidade de resposta para os dois candidatos. Segundo o artigo 241 do Código Eleitoral — que regula a questão de debates públicos por rádio e televisão de candidatos a postos eletivos — os custos e as responsabilidades por "excessos" praticados são da competência dos partidos. A propaganda gratuita por rádio e TV (estabelecida pela lei 4737, de 1965), limita-se aos 60 dias anteriores ao pleito, encerrando-se na antevéspera de sua realização. O Código Eleitoral determina ainda que os candidatos devem evitar "a calúnia, difamação ou injúria a qualquer pessoa ou entidade públicas" — considerados crimes eleitorais — assim como não deve conduzir a opinião pública a "estados emocionais".

(2) A Guanabara é o único Estado em que o MDB tem vitória praticamente assegurada. É quase certo que vença Danton Jobim, contra o frágil arenista Gama Filho. A grande disputa, já encerrada, colocou em confronto Chagas Freitas (defensor da candidatura de Erasmo Martins Pedro, o vice-governador, e afinal avalista da reeleição de Danton) e Negrão de Lima (aspirante à candidatura que, contrariado, abandonou o partido).

da atualidade.

Essas são as principais diferenças que separam Paulo Brossard das eleições de 1970 quando o arenista Tarso Dutra, recém-saído de uma fatigante gestão no Ministério da Educação, conseguiu derrotá-lo na disputa pelo Senado por uma tranquila margem de 100 mil votos. Se há quatro anos, entretanto, Brossard preferia insistir, no decorrer de toda a campanha, em pesadas acusações pessoais ao então governador arenista Peracchi Barcellos, em 1974 ele se concentra em temas mais variados e de maior sensibilização popular como os problemas do custo de vida, do achatamento salarial e da institucionalização do movimento de março de 1964.

Por outro lado, um lento trabalho de reaproximação das bases oposicionistas do Estado, permite ao MDB, pela primeira vez, desde sua criação em 1966, o apoio de todos os setores anti-situacionistas em torno de seu candidato.

A Brossard, particularmente, esta aliança ampla não foi possível em 1970, quando muitos resistiram à sua candidatura lembrando-se ainda do papel que exerceu como secretário da Justiça do governo Ildo Meneghetti, um dos líderes civis do movimento de 64. Ao contrário da dispersão anterior, que foi fatal às pretensões do MDB, as oposições gaúchas mostraram-se amplamente interessadas em dar o respaldo indispensável ao nome de Brossard. Como prova disso, seu atual companheiro de chapa, na vaga de suplente, é o antigo líder trabalhista, Ney Brito, seguramente o principal adversário do candidato emedebista em 1970. Liderando ao lado de outros trabalhistas históricos, uma enfática campanha de voto em branco, Brito conseguiu subtrair nas últimas eleições 200 mil votos vitais para as esperanças do MDB. Basta fazer singelos cálculos aritméticos: essas duas centenas de milhares de votos em branco representam o dobro da diferença que separou, em 1970, Brossard do arenista Tarso Dutra.

Os últimos quatro anos, entretanto, marcam a decisiva reconciliação de Brossard, um dos líderes do velho Partido Libertador (PL), com as antigas lideranças trabalhistas. Assim, importantes membros do extinto Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tornaram-se aceitáveis a muitos influentes líderes do PL, como o ex-deputado arenista Brito Velho ou o coronel Filpo Nunes, chefe político do interior.

Brossard, que antes de 1964 era um destacado líder libertador, continuou monopolizando em torno de si os

continua na página 4

continuação da página ao lado

contrário: o período "serviu para fortalecer o princípio repetido por Mao Tsé-tung" durante o longo período revolucionário, de que era preciso sempre contar com o apoio dos amigos, mas sem nunca deixar de "caminhar com os próprios pés".

A chamada "revolução cultural proletária" desencadeada em 1965, se foi considerada pelos líderes chineses como fundamental para que o país não seguisse "o caminho dos revisionistas soviéticos", servindo como um processo de depuração e de revigoramento interno daquilo que consideraram "o caminho autêntico para o socialismo, do ponto de vista das relações internas significou um novo período de isolamento com a comunidade ocidental. Basta lembrar que, durante dois anos, o embaixador da Inglaterra — um dos únicos países que então mantinham relações diplomáticas com a China Popular — ficou praticamente encerrado no prédio da embaixada, acossada pelos guardas vermelhos.

Ao mesmo tempo, na medida que este processo interno foi chegando ao fim, a China continental parece ter chegado a uma clara definição do que

pretendia em política externa e redobrou seus esforços para quebrar seu isolamento. A nova política partia do princípio de que existia não somente o antigo "imperialismo", representado basicamente pelos Estados Unidos, mas um novo tipo de imperialistas, denominado pelos chineses de "social-imperialismo" ("socialistas de palavra, mas imperialistas de fato"), representado pela União Soviética. A visão dos líderes chineses colocava a China Popular numa difícil conjuntura: havia no mundo uma disputa entre as duas superpotências pela hegemonia mundial e se por um lado os Estados Unidos ainda corporificavam o principal perigo a ser enfrentado pelos diversos povos, no caso particular da China, o perigo imediato era representado pelos soviéticos. As divergências entre os dois países nessa época já tinha se transformado em franco conflito militar — com disputas fronteiriças. Em 1969, existiam mais de um milhão de soldados soviéticos concentrados ao longo da fronteira com a China. Acrescenta-se a isso a tranquila superioridade nuclear da URSS face à China, para se imaginar a importância que os chineses davam à ameaça de um conflito com os

soviéticos. E foi exatamente a partir dessa época que a política externa da China Popular conseguiu seus primeiros tentos importantes. Condenou veementemente a invasão da Tchecoslováquia, como tentativa da URSS de garantir sua hegemonia em toda a Europa do Leste. Em 68, viu-se reconhecida pelo general De Gaulle "como única representante legal do povo chinês", forçando o regime de Formosa a retirar sua representação de Paris. Proclamou sua disposição de estabelecer relações com todos os países que, além de reconhecê-la como a única China, se dispusessem a aceitar os chamados "cinco princípios de coexistência pacífica", que deveriam reger as relações entre países de diferentes regimes sociais: 1) respeito mútuo à soberania e integridade territoriais; 2) não agressão mútua; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos; e 5) coexistência pacífica. Baseando-se rigorosamente nessa linha, estabeleceu relações diplomáticas com quase 100 países, até mesmo com a Grécia dos coronéis, e não rompeu relações com o Chile — apenas congelou-as — após a subida da junta militar — ao contrário da União Soviética.

de seu trabalho de 35 laudas: "Não pode haver efetiva proteção e tutela dos direitos humanos, senão no Estado de Direito, onde o primado da lei ponha a salvo as liberdades fundamentais do arbítrio e da prepotência dos governantes, através de um sistema de segurança jurídica". E isso só pode ser plenamente assegurado, diz ele, no quadro de um governo representativo, ou seja, de um governo cuja autoridade e poder emanem do povo e sejam exercidos através de representantes livremente escolhidos por ele e perante ele responsáveis".

Analisando a efetivação desses direitos, no plano internacional, Fragoso conclui que, particularmente no campo dos direitos civis, a tutela jurídica tem-se desenvolvido de forma notável com o direito de petição conferido ao indivíduo. A efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais (liberdade sindical, direito de greve, segurança social, direito a participar da vida cultural, entre outros) tem-se constituído matéria de dificuldade e complexidade incomparavelmente maior. Segundo Fragoso, a implementação de tais direitos "exige ação dinâmica do Estado, com a mudança radical das estruturas que permitam uma ordem social mais justa e o progresso individual".

Heleno Fragoso considera "longo e difícil o caminho a percorrer", para a efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais em países do chamado Terceiro Mundo, onde ele inclui o Brasil. Mas, segundo ele, cumpre desenvolver a consciência desses direitos, insistindo-se "na responsabilidade dos advogados, como homens da lei e do direito cujo compromisso é a permanente luta pela realização da Justiça".

E é usando esse compromisso que Fragoso traça um quadro da atual situação dos direitos humanos no Brasil, destacando os aspectos de maior significação: a inexistência no país de um regime de segurança jurídica, a falta de garantia para o Congresso, "tendo sido suprimidas as imunidades parlamentares, condição elementar ao exercício do mandato", a falta de garantia para os magistrados, "desaparecendo a mais importante e fundamental condição para a defesa dos direitos humanos".

3 — A política os partidos e o cidadão

Num momento em que começam a ser discutidas as fórmulas de institucionalização do modelo político vigente, a tese do professor Josaphat Marinho à V Conferência Nacional dos Advogados — "Os Partidos Políticos e o Direito de Participação Política do Cidadão" — ganha uma importância toda especial. "Os partidos", diz Marinho, "representam, exatamente, os instrumentos de garantia e prática da ação política dos cidadãos". E a eles cabe "a tarefa de organizar e promover, permanentemente, as ações coletivas ou de massas destinadas a

conter o poder político e a fazê-lo obediente às aspirações populares".

Numa análise dos regimes partidários, ele se detém especialmente no problema do partido único e do sistema bipartidário. "O partido único, segundo Marinho, é uma anomalia que suprime o processo dialético, inerente à política e à segurança dos direitos do cidadão: monopolizando o uso dos mecanismos institucionais — órgãos parlamentares, governos regionais e locais, serviços públicos e paralelos — elimina a possibilidade de conquista pacífica do poder pelos grupos divergentes, a que também são vedados, quase sempre, os meios de comunicação de massa".

Quanto ao regime bipartidário, deve-se distinguir, de início, o resultante de um processo acumulativo de experiências históricas, e o proveniente de imposição, por circunstância de crise. No primeiro caso — e o exemplo dado por Josaphat Marinho é o da Inglaterra e dos Estados Unidos — o que ocorre é apenas a superioridade de duas organizações, uma delas detendo a formação do governo e do parlamento. No bipartidarismo imposto, o que acontece ao contrário, é a redução forçada dos agrupamentos políticos, por exigências e circunstâncias que impedem ou dificultam sua formação ou sua sobrevivência. É o caso do Brasil, onde — segundo ele — "a tenacidade dos que sustentam a fundação do terceiro partido não pode vencer, até aqui, os obstáculos que se multiplicam, a cada passo".

Para ele, parece válido dizer que a pluralidade de partidos, desde que ordenada, "é o sistema que melhor protege as liberdades do cidadão e a estrutura democrática do poder, garante a representação das opiniões definidas e resguarda o esforço criador da autoridade legítima".

Dualidade artificial

A tese defendida por Josaphat Marinho se fundamenta a partir de um exame sobre a participação política no Brasil, dificultada desde a formação da sociedade nacional, e mais ainda nos tempos contemporâneos. "Embora declarados, constitucionalmente, de âmbito nacional, a partir de 1946, os partidos não revelaram organização sólida nem atividade regular, que lhes desse a configuração de forças reais, permanentes e orientadoras da opinião pública. O Partido Comunista não chegou a consolidar-se como instituição, porque foi proibido seu funcionamento. Partidos conservadores, liberais, ou tendentes a conquistar as massas, desenvolviam ação circunstancial, em função da proximidade de eleições ou por efeito de fatos deploráveis. Também seus filiados, ainda quando no exercício de mandatos eletivos, nas assembleias políticas ou em cargos executivos, não guardavam sempre, em conjunto, unidade de pensamento e de atos. Faltava assim aos partidos, sem diretrizes firmes, a energia geradora da confiança pública".

Nos anos posteriores, apesar da crescente tendência do povo de libertar-se de chefias antiquadas, principalmente nas eleições para presidente da República e governadores de Estado, e do funcionamento regular do Congresso, até em defesa de suas prerrogativas parlamentares, os partidos não se afirmaram como forças institucionalizadoras. E o que se verificou, no entender de Josaphat Marinho, foi uma multiplicação desordenada de partidos, anomalia corrigida pelo Ato Institucional n.º 2, que acabou por extinguir todos os partidos.

Segundo Marinho, a substituição da excessiva multiplicidade de partidos por "dualidade constrangida e artificial" mostrou-se, no entanto, tão irreal "que foi criada a sublegenda, como artifício para superar conflitos internos nos partidos". "Por essa forma", diz ele, "somam-se votos, para um mesmo partido, de candidatos que se contrapõem e defendem programas diversos". Artifício que implica, na sua opinião, "em adular o voto majoritário, e contrariamente à

continua na página 6

O CONGRESSO DOS DIREITOS HUMANOS 1 — A contribuição dos advogados

Convocada periodicamente de dois em dois anos, a Conferência Nacional dos Advogados voltou a reunir-se na semana passada, pela quinta vez, após um significativo hiato de quatro anos. "Numa época em que são quebradas em todo o mundo as tábuas de valores; quando os trágicos mal-entendidos nas democracias agravam em toda parte a crise dos poderes políticos e, paralelamente, dos direitos individuais e sociais, então o advogado é o defensor da Ordem Jurídica, do bem comum" — disse o ministro Eloy Rocha, presidente do Supremo Tribunal Federal ao abrir a reunião, no Hotel Glória. Ela concentrou no Rio, durante cinco dias, cerca de 500 advogados e juristas em torno de um tema único: "Os Advogados e os Direitos do Homem".

A escolha dos relatores das principais teses da Conferência — cerca de 40 — entre os advogados de maior prestígio do país e que representaram as várias tendências do pensamento jurídico nacional, demonstrou, de início, a preocupação de retirar da Conferência qualquer cunho unilateral. As reuniões compareceram desde figuras mais ou menos identificadas com o pensamento governamental, como o professor Miguel Reale, ex-reitor da Universidade de São Paulo, os juristas Nehemias Gueiros, um dos autores do Ato Institucional n.º 2, a professora Ester de Figueredo Ferraz, ex-secretária de Educação de São Paulo, até representantes de posições mais críticas diante do governo, como o professor Paulo Brossard, candidato ao Senado pelo MDB gaúcho, o professor Josaphat Marinho, ex-senador pelo extinto PSD baiano e atualmente defensor do deputado Francisco Pinto no Supremo Tribunal Federal, e os advogados Heleno Fragoso, Miguel Seabra Fagundes e Sobral Pinto.

Em várias discussões esteve implícita a tese de que algumas medidas jurídicas adotadas nos últimos 10 anos tenderam a desfavorecer à efetivação dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. Num debate sobre "Os partidos políticos e o direito de participação política do cidadão", o ex-senador Josaphat Marinho apresentou um exemplo concreto dessa situação, no plano político: o desinteresse ou receio de participação no processo político, entre militantes de todas as profissões, gerado pelo conjunto de medidas restritivas que enfraquecem o Poder Legislativo (ver "A Política, os Partidos e o Cidadão").

De acordo com uma proposição por



ele apresentada à Conferência, não pode haver uma defesa eficaz dos direitos do homem sem que estejam asseguradas algumas garantias atualmente suspensas. E, por cujo restabelecimento a Ordem dos Advogados do Brasil tem se empenhado nos últimos anos, insistentemente, como a independência e imparcialidade do Poder Judiciário, o restabelecimento da garantia constitucional do *habeas corpus* e a valorização do Poder Legislativo, com o retorno das imunidades parlamentares.

CLASSIFICADOS
de
OPINIÃO

2 — A tese de Heleno Fragoso

"Acha-se definitivamente ultrapassada a fase das declarações de direitos e liberdades", diz o advogado Cláudio Heleno Fragoso em sua tese sobre "Os Direitos do Homem e sua Tutela Jurídica". O problema hoje acrescenta, passou a ser não mais a enunciação, mas a criação de um sistema jurídico que assegure tais direitos e a garantia de tais liberdades.

Procurando mostrar os esforços desenvolvidos para a efetivação desses direitos, com a formulação de instrumentos adequados, Fragoso expõe o que parece ser a principal conclusão

opinião

(no exterior)

Em Paris, a venda avulsa de Opinião é feita na livraria Joie de Lire e, também, na Librairie Portugaise 33, Rue Gay-Lussac 75005

continuação da página ao lado

que o lucro financeiro, do setor privado, substitui a finalidade social do setor público, mesmo com suas reconhecidas imperfeições.

No particular, cabe mencionar o documento aprovado, por unanimidade, pelo conselho técnico da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 1968, sobre a experiência do Plano Nacional

de Saúde, que se baseava na privatização da estrutura de saúde do setor público. Nesse estudo foram evidenciados, sem qualquer possibilidade de contestação, os inconvenientes da medicina privatizada, entre outros motivos, porque impossibilita, por inteiro, o emprego de medidas preventivas na prevenção das doenças.

Na Guanabara, de 1970 para 1971, ocorreu uma redução de 48% no valor das diárias pagas aos acidentados do

trabalho, sem que isso possa ser festejado como um milagre: decorreu, nada mais nada menos, de episódica redução de acidentados e doentes fantasmagóricos em 1970 e que, pela atuação, insólita de um responsável pelo setor, diminuiu no ano seguinte, graças ao atendimento sistemático dos acidentados feito diretamente pelos serviços oficiais do INPS.

É certo que os serviços médico-assistenciais mantidos e administrados pelos Poderes Públicos apresentam

imperfeições perfeitamente coerentes com o contexto onde estão integrados. Mas essas deficiências podem e devem ser corrigidas mediante ação administrativa adequada.

Em julho próximo passado, na solenidade de encerramento do curso de Administração de Sistemas de Saúde, promovido pela Fundação Getúlio Vargas em convênio com a Organização Panamericana da Saúde, José Carlos Seixas, representando o ministro da Saúde, Paulo de Almeida

Machado, congratulava-se com os alunos pelo esforço dispendido, pelo trabalho realizado durante o curso, pelo volume de conhecimentos auferidos, mas sobretudo pela coragem. Coragem de escolher a atividade de administrador de serviços de saúde. Coragem de enfrentar problemas considerados intransponíveis. Coragem de identificar as suas limitações. Coragem de reconhecer os seus erros. Coragem de dizer.

A ECONOMIA

O monopólio do petróleo Da geologia à tecnologia

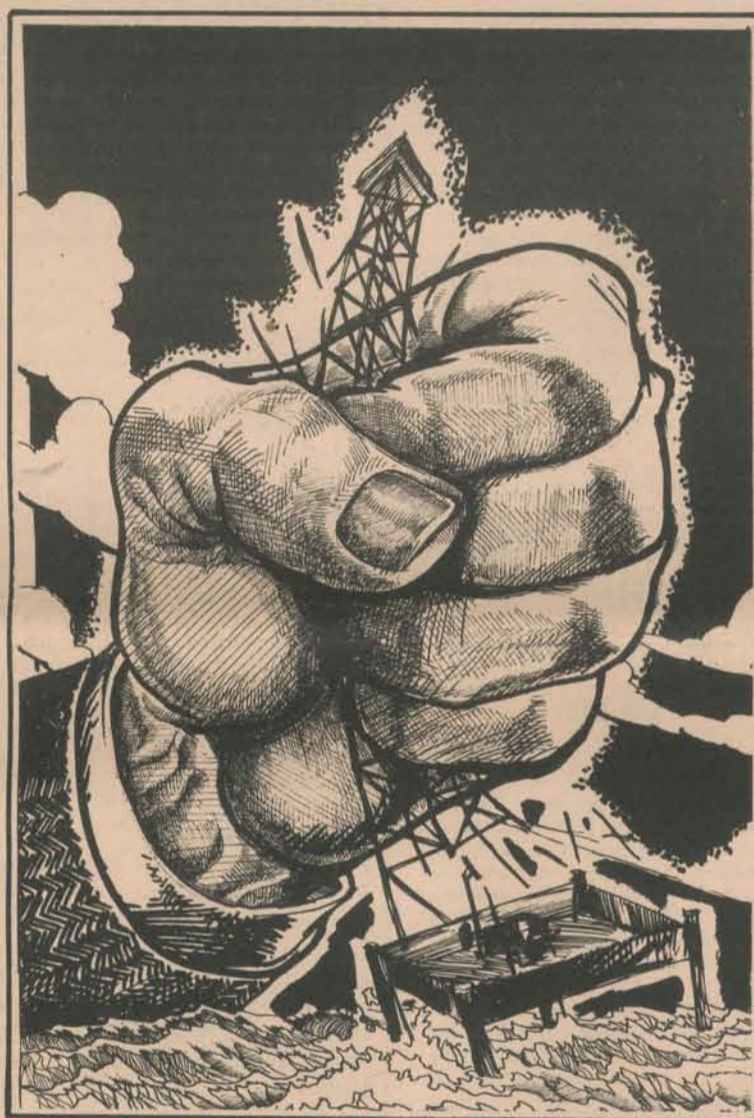
Nos últimos anos quem propusesse no país a busca da auto-suficiência em petróleo e um substancial aumento dos investimentos da Petrobrás em prospecção e pesquisa poderia ser taxado de visionário. Afirmava-se que a geologia já havia dado sua palavra e que no Brasil decididamente não havia petróleo suficiente para atender às nossas necessidades de consumo. A saída pragmática era intensificar as atividades de pesquisa no exterior, através da Braspetro (Petrobrás Internacional), que nos últimos três anos assinou diversos contratos de exploração com companhias estatais e privadas para descobrir petróleo em países da América Latina e Oriente Médio.

Subitamente o suposto argumento geológico foi abandonado — juntamente com a antiga tese e diversas publicações (*Visão, Tribuna da Imprensa, O Globo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil*) passaram a defender o ponto de vista de que o Brasil deve aumentar rapidamente as suas pesquisas porque provavelmente possuímos grandes quantidades de petróleo, em especial nas bacias sedimentares da Amazônia. Mas para aumentar a produção nacional em volumes substanciais e reduzir os gastos com a importação de petróleo — que passaram de cerca de 500 milhões de dólares em 1972 para mais de 1 bilhão no ano passado e poderão atingir 3 bilhões este ano — seria preciso aceitar acordos de participação com empresas internacionais. Por esses "acordos" (também conhecidos como contratos de serviços), descoberto o petróleo as empresas estrangeiras teriam direito a uma parte da produção do poço descoberto (no caso brasileiro a porcentagem poderia ser menor, mas fica normalmente em torno de 50%). Em caso de fracasso, os prejuízos seriam da empresa.

Para o jornal *O Estado de São Paulo*, a Petrobrás não possui recursos para levar adiante um programa de investimentos que permita ao país ser auto-suficiente em petróleo. "Resta-lhe o caminho lógico da aceitação dos capitais de fora que sejam necessários para libertar a economia nacional da dependência do cartel produtor externo". *O Estado de São Paulo* considera assim que os 300 milhões de dólares que a Petrobrás gastará este ano em prospecção e pesquisa representam muito pouco e é preciso contar com a colaboração de empresas estrangeiras.

Da geologia à tecnologia

O outro argumento, mais forte, a favor da entrada das empresas estrangeiras é que a Petrobrás não possui a tecnologia necessária para explorar as águas profundas da foz do Amazonas, onde haveria grandes lençóis petrolíferos. Essa tecnologia é dominada por grandes empresas internacionais, e seria preciso, portanto, atraí-las para o Brasil ou o petróleo da Amazônia permaneceria inacessível à Petrobrás. Segundo o semanário carioca *Relatório Reservado*, "já existe um documento sendo estudado na presidência da República e Ministério das Minas e Energia pelo qual se pretende chegar à forma ideal dos contratos de exploração de petróleo.



Que eles virão, a própria posição desabridamente favorável dos maiores jornais do país não deixa dúvida".

Para a Petrobrás dobrar a sua capacidade de pesquisa e prospecção bastaria que obtivesse no exterior empréstimos de 300 milhões de dólares este ano. Por isso, diz o economista Rômulo de Almeida, um dos autores da lei 2.004 (que estabeleceu em 1953 o monopólio estatal do petróleo), não há nenhuma justificativa para se deixar a Petrobrás entregue apenas aos seus próprios recursos quando o país se endivida obtendo empréstimos para a construção de estradas, usinas hidrelétricas e siderúrgicas. Além disso, segundo Rômulo de Almeida, os 300 milhões de dólares que a Petrobrás apanharia no exterior representariam apenas 10% do aumento da dívida externa no primeiro semestre deste ano, que deve ter alcançado 3 bilhões de dólares.

Rômulo de Almeida afirmou também, em um recente encontro no Rio com jornalistas da área de economia e finanças, que considera muito duvidoso que os contratos de serviços com empresas estrangeiras resolvam o problema da falta de recursos para exploração de petróleo. Esses contratos não estipulam quanto as companhias estrangeiras têm que investir, mas apenas o número de anos

que elas poderão atuar no país e os prêmios que receberão pelo petróleo encontrado. "O que acontece", diz Rômulo de Almeida, "é que elas investem uma pequena quantia inicial e se o petróleo é encontrado, elas reinvestem o que receberam como prêmio". No Peru, por exemplo, onde as empresas estrangeiras têm direito a 49% do petróleo encontrado (ficando os 51% restantes com a empresa estatal Petroperu), cada uma delas não está aplicando mais que 4 milhões de dólares, ou quase 80 vezes menos que os gastos anuais da Petrobrás. Para Rômulo de Almeida "é preciso ver também que, a longo prazo, os prêmios pagos a essas companhias podem custar mais caro ao país do que pegar empréstimos no exterior através da Petrobrás".

Se é verdade que a Petrobrás ainda não possui tecnologia para explorar petróleo nas águas profundas da Amazônia, ela também não tem tecnologia suficiente para buscá-las nas águas rasas da plataforma continental de Sergipe ou de Campos (RJ). No entanto, a empresa estatal está desenvolvendo explorações nessas áreas, contratando serviços de empresas estrangeiras — contratos que até agora não obtêm participação nos resultados previstos. As empresas simplesmente realizam sondagem nas

áreas indicadas pela Petrobrás e ponto final.

Novas descobertas

Ao mesmo tempo que aumentam as pressões para permitir a entrada de empresas estrangeiras na exploração petrolífera, a Petrobrás continua obtendo êxito em seu esforço para encontrar novos campos petrolíferos em terra e na plataforma continental. Com as perfurações realizadas na altura da foz do rio São Francisco, em Alagoas, a Petrobrás encontrou um novo campo — Mero — com potencial superior a todos os encontrados no país até agora, capaz de fornecer 12 mil barris de petróleo por dia, média superior à encontrada mesmo nos países árabes. A produção média na Lfbia por poço, por exemplo, está em torno de 800 barris diários.

Essa é a segunda descoberta importante que a Petrobrás faz esse ano. Em março o atual presidente da Petrobrás, Almirante Faria Lima, anunciou novos e importantes campos: Coqueiro, Novex e Guaricema, em Sergipe, com produção diária de cerca de 1.500 barris por dia por poço. Açu, no Rio Grande do Norte, com 945 e, finalmente, Ubarana, também no

mesmo estado com 2.200 barris por dia — marca até então jamais atingida no Brasil.

A descoberta do campo de Mero aumenta as expectativas da Petrobrás a respeito da foz do Amazonas para onde seguiu recentemente mais uma sonda. O êxito de Alagoas parece confirmar a "teoria dos deltas" que estabelece a relação entre a acumulação de petróleo e os deltas dos grandes rios, onde a sedimentação pode gerar lençóis enormes de hidrocarbonetos. Deltas como os do rio Amazonas, do São Francisco, do rio Doce podem estar ocultando portanto grandes reservas.

Além da foz do Amazonas, as perfurações do Acre podem trazer grandes revelações ainda este ano principalmente levando-se em conta que seu território é o prolongamento geográfico de áreas petrolíferas do Peru, da Colômbia e do Equador.

Essas recentes descobertas de novos campos petrolíferos e as possibilidades das bacias sedimentares brasileiras — que constituem uma das áreas menos exploradas do hemisfério sul — esconderem ricos lençóis explicam o interesse das grandes empresas estrangeiras em penetrarem em nosso país.

NEGÓCIOS

Pedro Pinheiro

Capital estrangeiro: tratamento mais seco?

Não há dúvida de que o governo está dispensando ao capital estrangeiro um tratamento mais seco, algo diferente do namoro que se podia presenciar em outras épocas. Eis alguns fatos recentes:

1) Já há alguns meses, os empréstimos de linhas especiais de crédito tanto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) como da Caixa Econômica, antiga administradora dos recursos do PIS, eram por instrução oficial destinados somente a empresas controladas por capitais nacionais. Agora, o Programa de Operações Conjuntas (POC) do BNDE, que conta com recursos do PIS e do PASEP, veio com a finalidade exclusiva de financiar aumento da produção ou produtividade de "empresa cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a pessoas físicas residentes e domiciliadas no Brasil".

2) Também a programação do BNDE por meio da Fibase (Insumos Básicos S/A), da Ibrasa (Investimentos Brasileiros S/A) e da Embramec (Mecânica Brasileira S/A), tem por objetivo abastecer o país de bens de produção (matérias-primas e máquinas) por meio do fortalecimento da empresa nacional.

3) O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), organismo do Ministério da Indústria e do Comércio que decide se um projeto industrial pode valer-se de incentivos fiscais (principalmente para importação de máquinas e equipamentos isentos de imposto aduaneiro) passou a dar prioridade a iniciativas privadas de capitais nacionais e a dificultar a distribuição desse tipo de incentivos para projetos estrangeiros não prioritários. Além disso o ministro Severo Gomes anunciou que o governo

brasileiro vai dificultar a transferência do controle acionário de empresas nacionais a grupos estrangeiros. O ministro da Indústria e do Comércio afirmou que, recentemente, muitas empresas favorecidas com os incentivos do CDI vinham passando para grupos estrangeiros, mas que "agora estes casos serão analisados com muito rigor pelo governo" através do BNDE.

4) A Resolução 292 do Banco Central, que fez parte da volumosa documentação de reformulação do mercado de capitais, determinada a 23 de julho último, deixa bem claro que "70% dos recursos dos fundos fiscais de investimentos (Fundos 157) "deverão estar aplicados em ações de sociedades anônimas de capital aberto controladas por capitais privados nacionais". Ficam assim excluídos desse bolo os papéis das empresas estatais e os das empresas controladas por capitais estrangeiros.

Ao lado dessas medidas que começam a ser adotadas para beneficiar com significativa ênfase empresas privadas nacionais, observa-se uma movimentação desusada tanto na Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) como também na Confederação Nacional da Indústria (CNI) em defesa da empresa privada nacional, contra a relativa facilidade com que capitais estrangeiros vêm conseguindo-se não o controle, pelo menos significativa parcela dos ativos de empresas nacionais. Pelos menos entre líderes empresariais de São Paulo e da Guanabara está circulando a minuta de um documento em que se pretende alertar as autoridades contra o que se poderia chamar de "demasiada

continua na página 8

continuação da página 7

liberdade e de penetração indiscriminada de capitais estrangeiros em atividades antes controladas por capitais nacionais". Esse documento já mereceu um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* intitulado *Uma Nova Investida Jacobinista* (30/7/74).

Até que ponto essa nova onda bafejada com o apoio oficial tem alguma consistência? Em primeiro lugar, não se deve interpretar uma atenção maior do governo para com iniciativas nacionais como sinal de tensão, ou coisa parecida, com o capital estrangeiro. Ao contrário, mais do que nunca, o governo está interessado em aliciar recursos externos não apenas temporários (empréstimos em moeda) como também capitais de risco (investimentos diretos) tanto para ajudar o reequilíbrio da balança de pagamentos, como também para financiar o desenvolvimento econômico dos próximos anos, dado que a poupança interna sozinha está longe de garantir o avanço de 10% com que sonha o governo. Por isso, os capitais externos continuarão bem-vindos e isso significa não apenas sorrisos ofi-

ciais mas também a manutenção dos incentivos para os investimentos estrangeiros.

O que parece novo é uma certa conscientização oficial de que a pequena e média empresa nacional está mais ou menos abandonada. E que hoje em dia não basta apenas capacidade empresarial para tocar uma empresa, mas também capital para giro e expansão, facilidades de acesso à tecnologia moderna, etc. Por isso o governo está forçando as empresas estrangeiras a deixarem de concorrer (quase sempre com absoluto sucesso) no limitado mercado interno de capitais de modo a que voltem a se abastecer no exterior dos recursos necessários para capital de giro e até mesmo para ampliação de suas instalações.

Dessa forma as autoridades estão tentando atingir dois objetivos: primeiro, manter ativado o fluxo de recursos por meio da lei 4.131 (empréstimos em moeda); segundo, aumentar um pouco a fatia de crédito para as pequenas e médias empresas, que no momento estão passando por uma situação financeira bastante delicada.

Terras Com fartura e mal proveito

O latifúndio brasileiro constitui o segundo território da América Latina, ultrapassando a área da própria Argentina", observou o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, do antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, comentando os resultados do primeiro cadastramento dos imóveis rurais divulgados pelo órgão em 1967. Ele chegara a essa conclusão comparando a soma das áreas das propriedades rurais qualificadas como latifúndio — 2,98 milhões de quilômetros quadrados — com a superfície da Argentina, de 2,77 milhões.

Com o novo cadastramento (1), agora divulgado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma

(1) Estatísticas Cadastrais/1, IN-CRA. Ministério da Agricultura, 1974.

Agrária, herdeiro do IBRA, as mesmas contas básicas feitas em 67 levam a conclusões semelhantes. Os minifúndios representam mais de 70% de todas as propriedades rurais do país, mas ocupam apenas 13% da área total; os latifúndios representam apenas 23% do número de propriedades, mas ocupam quase 80% da sua área total. Em outras palavras: milhões de pequenos camponeses vivem em pedaços de terra considerados insuficientes para uma exploração econômica produtiva, enquanto grandes extensões de terra se concentram nas mãos de uns poucos proprietários.

Do próprio cadastramento do INCRA pode-se extrair uma das causas básicas que explicam o secular atraso da agricultura brasileira: o abandono das terras que poderiam estar sendo

utilizadas para o cultivo, a pecuária, o extrativismo, o reflorestamento, etc. Assim, da parte das terras ocupadas pelo latifúndio consideradas como "área aproveitável" — 226 milhões de hectares — 30%, ou 70 milhões de hectares, estão classificadas como "área aproveitável não explorada", isto é, terra adequada ao aproveitamento econômico, mas que não está sendo utilizada. Estes 70 milhões de hectares significam quase o dobro da área total ocupada pelos minifúndios — 46 milhões de hectares. Traduzindo: enquanto milhões de pequenos agricultores ficam imprensados em 46 milhões de hectares, o latifúndio encarcera 70 milhões de hectares de terras aproveitáveis. Isto sem falar nas terras que não estão abandonadas, mas submetidas a determinados tipos de exploração regidos por relações de trabalho que não permitem sua plena utilização, também por estarem aprisionadas ao latifúndio. São por exemplo aquelas regidas pelos contratos de parceria — onde o latifundiário cede um pedaço para um pequeno agricultor, em troca de uma participação no resultado da safra (a metade, a terça parte, etc.) ou de arrendamento, em que o dono da terra a' ga sua propriedade ou parte dela por determinado período de tempo. O cadastramento revela que existem no Brasil 367 mil parceiros e cerca de 100 mil arrendatários, todos trabalhando sob as travas do latifúndio.

Entre os latifúndios; destacam-se 175 propriedades com mais de 100 mil hectares. Juntas elas somam 180 mil quilômetros quadrados — área maior que o Estado do Acre, duas vezes o Estado de Pernambuco.

A área das propriedades classificadas pelo INCRA como latifúndio alcança 288 milhões de hectares, ou 2,88 milhões de quilômetros quadrados. O latifúndio brasileiro continua sendo o "segundo território da América Latina"

IBM Pagando caro

A IBM, a maior fabricante mundial de computadores eletrônicos, não é atualmente uma empresa de reputação inatacável. Mais uma vez teve que fazer um acordo — deu 13 milhões de dólares à Ampex, uma pequena produtora de equipamentos periféricos para computadores — para não ser acusada de violar a legislação antitruste americana. As duas companhias concordaram também em trocar patentes de seus equipamentos atuais e futuros no campo do processamento de dados.

"A IBM tem tido sucesso em resolver algumas de suas disputas em torno da legislação antitruste", diz *The Wall Street Journal*. Mas isso tem lhe custado caro. No ano passado ela fez um acordo de 16 milhões de dólares com a Control Data, que a acusava de diversas práticas monopolísticas. Além disso assinou contratos e acertou pagamentos de 96 milhões de dólares pelo período de 10 anos, com essa mesma empresa. Um outro acordo de 3,5 milhões de dólares foi assinado com a Potter Industries, que em troca arquivou o processo que estava montando contra a IBM.

Já com a Telex Corporation, que a acusava de violar a legislação antitruste e de tentar monopolizar o mercado de equipamentos periféricos para computadores entre 1969 e 1972, a IBM não chegou a um acordo. A Telex levou avante seu processo no Departamento de Justiça e a IBM foi condenada a pagar uma indenização de 352,5 milhões de dólares, que posteriormente foi reduzida para 259,5 milhões.

O sucesso da Telex entusiasmou outras pequenas produtoras de equipamentos periféricos. Atualmente estão em andamento no Departamento de Justiça mais 12 processos contra a IBM. E só a California Computers está pedindo uma indenização de 100 milhões de dólares.

Empresas

As 50 maiores do mundo

A revista de negócio norte-americana *Fortune*, que publica anualmente a lista das 500 maiores empresas americanas e das 300 maiores fora dos Estados Unidos, apresentou pela primeira vez a relação das 50 grandes corporações mundiais por faturamento.

Essa lista demonstra que os Estados Unidos são sem dúvida a pátria das grandes corporações, hoje erradamente chamadas por alguns de "multinacionais". Dez entre as 12 maiores são norte-americanas. As 24 empresas lanques que aparecem na lista respondem por nada menos que 71% do lucro líquido total das 50 maiores. Além dos Estados Unidos empresas de apenas sete países constam da relação: Alemanha Ocidental, Inglaterra, Itália, Japão, França, Suíça e Países Baixos.

Um outro dado interessante: das 50 maiores, apenas 10 não têm subsidiárias no Brasil.

AS 50 MAIORES

Companhia	Faturamento	lucro líquido	Tem subsidiária no Brasil?
	(em milhões de US\$)		
General Motors	35.798	2.398	sim
Exxon	25.724	2.443	sim
Ford	23.015	907	sim
Shell	18.672	1.789	sim
Chrysler	11.774	255	sim
General Electric	11.575	585	sim
Texaco	11.407	1.292	sim
Mobil Oil	11.390	849	sim
Unilever	11.010	423	sim
IBM	10.993	1.575	sim
ITT	10.183	528	sim
Gulf Oil	8.417	800	não
Philips Lamp	8.108	323	sim
Standard Oil (Cal.)	7.762	844	não
British Petroleum	7.726	761	(1)
Nippon Steel	7.628	196	sim
Volkswagen	6.412	73	sim
Hitachi	5.972	292	sim
Westinghouse	5.702	162	sim
Hoechst	5.591	176	sim
Daimler-Benz	5.551	98	sim
Toyota	5.547	278	sim
Siemens	5.523	162	sim
Standard Oil (Ind.)	5.416	511	não
BASF	5.384	194	sim
Imperial Chemical	5.309	450	sim
Du Pont	5.276	586	sim
Mitsubishi	5.227	110	sim
Nestlé	5.205	218	sim
General Telephone	5.105	352	sim
Shell Oil	4.884	333	sim
Nissan Motor	4.883	151	não
Goodyear	4.675	185	sim
Renault	4.656	13	não
Bayer	4.654	165	sim
Montedison	4.452	57	sim
Matsushita	4.409	252	sim
British Steel	4.290	121	sim
ENI	4.280	65	não
RCA	4.247	184	sim
August Thyssen	4.243	61	sim
Continental Oil	4.224	243	não
Internat. Harvester	4.193	114	sim
AEG-Telefunken	4.187	30	sim
LTV	4.177	50	não
Bethlem Steel	4.138	207	sim
Fiat	4.075	0,5	sim
Française des Petroles	4.060	197	não

(1) atua indiretamente através da Raffinazione Olii Minerali, da qual é uma das maiores acionistas.

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS NO BRASIL

De um total de

3,4 milhões de propriedades,

ocupando uma área de

370 milhões de hectares,

os minifúndios são

2,4 milhões
(71% do total das propriedades)

e ocupam uma área de

46,2 milhões de hectares
(13% da área total);

os latifúndios são

787 mil
(23% do total de imóveis)

mas ocupam uma área de

278 milhões de hectares
(quase 80% da área total).

Entre os latifúndios, destacam-se

175 propriedades
com mais de 100 mil hectares cada,

que juntas formam um território de

18 milhões de hectares
(maior que o Acre, pouco menor que o Paraná).

Fonte: Estatísticas Cadastrais/1, Ministério da Agricultura, INCRA, 1974

Balanço Aloysio Biondi

Bom senso para a agricultura-II

Dizem os técnicos, em milhares de laudas que o noticiário de imprensa sintetiza todos os dias, que o principal problema da agricultura mundial é, no momento, o preço dos fertilizantes e defensivos (inseticidas, pesticidas) produzidos a partir do petróleo. Há uma espiral de preços para os produtos agrícolas, afirmam, porque à medida em que aqueles produtos duplicam ou triplicam de preços a cada dois meses, o agricultor precisa também de preços mais altos para suas safras — ou enfrentará prejuízos. Mas, à medida em que a espiral evolui, surge um dado novo: a impossibilidade de o consumidor continuar pagando, cada vez mais, pelos alimentos (ou fibras, como o algodão), fornecidos pela agricultura. Tem-se então, ao lado da inflação, um problema de retração do mercado que acaba resultando em safras "enclalhadas" ou perdidas — e os estoques de carne acumulados na Europa, porque a população já não podia pagar os altos preços pretendidos pelos criadores, são apenas um dos primeiros exemplos de episódios a que o mundo deverá assistir, em escala crescente, nos próximos meses ou anos.

Safras enclalhadas significam prejuízos ao produtor, da mesma forma, e desestímulo ao plantio — com futura redução na produção, e, novamente, preços mais altos para o consumidor. Fica claro o impasse.

O Brasil é atingido por esse quadro no exato momento em que se pretende "modernizar" a agricultura, aumentando a produção e a produtividade, e assegurando-se um nível de produção que atenda não apenas ao mercado interno mas, também, deixe excedentes exportáveis.

Qual o objetivo do aumento da produtividade? Teoricamente é obter um barateamento da produção. Como explicam os técnicos: um lavrador colhe 100 sacas de arroz em seu pequeno lote; se vendê-lo a Cr\$

50,00 a saca, e tiver gasto Cr\$ 30,00 para produzi-lo, conseguirá uma renda de Cr\$ 50.000,00, para gastos de Cr\$ 30.000,00. Suponha-se, agora, que o lavrador gaste não Cr\$ 30.000,00 em sua lavoura, mas sim Cr\$ 33.000,00, com o acréscimo de Cr\$ 3.000,00 resultante de compras com adubos. Se ele obtiver uma safra de 150 sacos, para obter a mesma renda de Cr\$ 50.000,00, poderá vender cada saca a apenas Cr\$ 33,00 (Cr\$ 50.000,00 divididos por 150 sacos). Assim, em um mesmo pedaço de terra, a produção pode crescer em 50% (150 sacos contra 100 sacos) com um aumento de despesas de plantio de apenas 10% (Cr\$ 3.000,00 de fertilizantes, sobre os Cr\$ 30.000,00, sem fertilizantes, anteriormente gastos).

Teoricamente, o avanço tecnológico, representado no caso pela utilização de fertilizantes, deveria trazer fartura e baixos preços.

Palavra maldita

Já há vinte anos o economista J. K. Galbraith divertia contra o fascínio pela tecnologia, contra a crença de que no "refinamento" tecnológico estava a solução para os problemas da produção.

País em desenvolvimento, recém-saído da industrialização, o Brasil tem sido, nos últimos anos, uma das maiores vítimas do fascínio não pela tecnologia, mas pela tecnologia refinada — importada.

Por tecnologia, no bom sentido, entende-se qualquer método que racionalize a produção, levando a um aumento da produtividade — a custos mais baixos. No caso da agricultura brasileira, porém, o que se tem visto, nos últimos anos, é a busca do aumento da produção e da produtividade a custos que o consumidor não pode enfrentar. Fiados em "vender" produtos agrícolas ao mercado externo, os técnicos

brasileiros não se preocuparam com os custos da "modernização" — mesmo que eles fossem insuportáveis para o consumidor brasileiro.

A nova situação da economia mundial mostrou — e está mostrando cada vez mais — a inconsistência desse raciocínio. A agricultura brasileira terá que adotar uma tecnologia onde os desperdícios dos últimos anos não poderão ser tão ostensivos, simplesmente porque, se os custos continuarem a crescer na produção, na proporção atual, não haverá compradores, externos ou internos, para suas safras.

A tecnologia ingênua

Frangos com gosto de penicilina — porque a "tecnologia" foi entendida como engordar aves em três ou quatro meses, às custas de maciças — e caras — doses de rações devidamente enriquecidas com penicilina. Batatas, tomates, hortaliças com nefando sabor de enxofre — porque maciças e caras doses de adubos são lançados à terra.

Não é preciso ser hippie para ter vontade de comer coisas "com gosto de infância" — a voracidade dos turistas em cima das comidas caipiras, feitas com produtos de fundo de quintal, é também uma contestação às vantagens da tecnologia.

Problemas gastronômicos à parte, há sempre oculto o problema econômico. Neste primeiro semestre, choveram notícias sobre morte de gado por excesso de DDT nas pastagens, contaminação de plantações por pesticidas, intoxicações de lavradores por defensivos ou adubos (sem falar em centenas de milhares de sacas de cacau brasileiro retidos em Nova York por excesso de DDT). Por toda parte, indícios de uso excessivo dos chamados "insumos modernos", levando, inevitavelmente, ao encarecimento da produção além dos níveis necessários — e que já seriam excessivamente altos, a esta altura.

Com base em pesquisas oficiais, o governo já detectou o problema. Para desestimular esse uso abusivo, reduziu ligeiramente o financiamento para a soja, algodão e arroz este ano (com menor disponibilidade de crédito, na hora do plantio, espera-se que o lavrador dose melhor a aplicação de

inseticidas e adubos).

Trata-se, porém, de medida conjuntural e isolada. A agricultura brasileira, a esta altura, está precisando de uma revisão global quanto à tecnologia que vem adotando, com desvantagens de toda ordem:

a) Importações desnecessárias — o país gastará mais de 500 milhões de dólares na importação de fertilizantes, este ano.

b) Investimentos mal programados — para livrar-se das importações, gastará também bilhões de dólares na montagem de indústrias do setor nos próximos anos.

c) Encarecimento da produção — já a um nível insuportável para o consumidor, levando a um estreitamento do mercado, que pode tornar-se progressivamente mais grave.

Os caminhos possíveis

Se o país não tivesse adotado o "modelo tecnológico" dos países desenvolvidos, estaria dispondo, a esta altura, de meios baratos e igualmente eficientes para "modernizar a agricultura" — sem as desvantagens atuais, em que se incluía poluição dos alimentos.

Dois exemplos ao acaso demonstram a falta de imaginação dos teóricos que pregam o uso maciço de "insumos modernos" para aumentar a produção e a produtividade:

1) Fertilizantes — há vinte anos, em São Paulo, divulgava-se a utilização de fertilizantes "verdes", agora novamente repesquisados por institutos de agronomia. O que são os fertilizantes verdes? Simplesmente, plantas que servem de adubo. A soja prene, por exemplo, é plantada não para a colheita de seus grãos, mas para restaurar a terra. Planta rasteira de folhagem exuberante e compacta, é cortada, ao atingir a idade adulta — suas folhas apodrecem, formando uma camada de humo no solo, reiniciando todo um ciclo de restauração biológica (através de microorganismos). A própria soja, também, tem outro papel de "fertilizante verde" — em suas raízes, formam-se nódulos que retêm o nitrogênio. Cortada a planta, esse nitrogênio integra-se no solo, fertilizando-o (é preciso lembrar que o nitrogênio é a base de toda uma família de fertilizantes extraídos do petróleo).

2) Rações — o leite é caro por causa das rações para as vacas; a carne é cara por causa das rações para alimentar o gado. Veterinários em contato diário com os criadores, porém, apontam que a ração deveria apenas complementar a alimentação normal do gado, e não ser sua componente única. "Dar só ração a gado é o mesmo que tratá-lo a pão-de-ló, sem qualquer força de expressão. Não há custo que aguente".

Os criadores realmente enfrentaram períodos de agruras e desestímulo, nos últimos anos. Hoje, porém, parecem contagiados pela febre tecnológica (no mau sentido), e não se preocupam com custos, esperando sempre a concessão de preços majorados — que o consumidor não pode suportar. Também há vinte anos, estudos do Departamento de Produção Animal em São Paulo já mostravam que era possível aumenar a produtividade — e a lucratividade — da pecuária através da alimentação do gado com rações produzidas na própria fazenda, à base de cana picada, batata doce, mandioca e gramíneas. Se o DPA tivesse sido ouvido, a famosa entressafra, que todos os anos joga o preço da carne às alturas, já teria acabado há muito tempo. Quando as pastagens estivessem queimadas pela seca, haveria esses outros alimentos à disposição, sem necessidade do uso maciço de rações. Qual o efeito que essa modernização, não-sofisticada, mas cabocla, teria? Um boi que já está com 200 quilos, ao chegar à entressafra perde cerca de 30 quilos. Quando volta a época de boas pastagens, esse boi precisará recuperar esses 30 quilos, antes de retomar seu crescimento. Com as idas e vindas de boas pastagens e entressafras, um boi, no Brasil, leva até 4 anos para chegar ao ponto de corte contra dois anos a dois anos e meio em outros países. Quatro anos comendo — não só para engordar e chegar ao ponto de corte, mas também para recuperar peso perdido. Quatro anos de capital empatado, de mais gastos com mão-de-obra (por pequenos que sejam), de pasto ocupado, com um mesmo boi. Tudo isso encarece a carne. Mas não é preciso rações caríssimas para modificar o quadro. Há fórmulas caboclas à disposição.

Sobram exemplos para mostrar a possibilidade de uma reformulação nas diretrizes na agricultura. Resta ver quais seriam os seus agentes.

O MUNDO

O novo presidente dos Estados Unidos

Com a renúncia de Nixon, Gerald Rudolph Ford torna-se o 38.º presidente dos Estados Unidos e o primeiro a ser elevado ao cargo sem ter sido eleito pelo povo. Acredita-se que Ford não introduzirá imediatamente modificações importantes na política americana. Os principais membros do gabinete foram confirmados e a política externa será mantida.

Internamente, entretanto, a herança que Ford recebe não é das mais ricas. Além do complicado encerramento do caso Watergate, que lhe caberá (1), os problemas econômicos dos Estados Unidos são graves e, talvez, substituam as manchetes de Watergate nos jornais, como ameaça maior. Tendo de lidar com a mais alta inflação americana dos últimos tempos, a tarefa de Ford será dificultada pelos problemas políticos criados por Nixon:

o Partido Republicano, que já era minoritário no Congresso, deverá perder mais cadeiras ainda nas eleições de novembro. Entretanto Ford, ao contrário de Nixon, tem ótimas relações com o Congresso, onde serviu 25 anos. O jornal *Washington Post* afirmava que suas grandes tarefas serão obter: do Congresso, um corte no orçamento federal; do poder econômico, uma contenção de preços; dos sindicatos, um adiamento das reivindicações salariais. Isto é, "austeridade agora e progresso depois". Quem é Gerald Ford, esse político quase desconhecido até o ano passado a quem se atribui a tarefa de restaurar a confiança mundial nas lideranças americanas?

Em outubro do ano passado Spiro Agnew, o então vice-presidente dos Estados Unidos afirmava in-

sistentemente que não renunciaria em hipótese alguma; estava sendo acusado de extorsão e sonegação do imposto de renda. Subitamente, no dia 11 de outubro apresentava seu pedido de renúncia e admitia alguns de seus erros. Nixon procedeu da mesma maneira: afirmava categoricamente sua inocência e a firme decisão de não deixar o cargo para o qual fora eleito. No dia 2 desse mês admitiu publicamente ter procedido de maneira desonesta durante o exercício do cargo e algumas horas depois entrega seu pedido de renúncia.

Em todos os dois casos a figura escolhida para restaurar a confiança nesses cargos públicos foi Gerald R. Ford. Mesmo não tendo o brilho de seus antecessores, é extremamente valorizado por uma qualidade considerada rara nos políticos americanos: impecável honestidade. Ao ser confirmado no cargo de vice-presidente, no ano passado, sua vida foi esmiuçada por 350 agentes do FBI; nada foi

continua na página 10

da cadeia — Nixon precisaria ser indultado por Ford. Outra saída seria obter a anistia do promotor especial para Watergate, Leon Jaworsky. De qualquer forma parece certo que dentro de pouco tempo Nixon será chamado aos tribunais e que, como qualquer cidadão que cometeu crimes, sem nenhum "privilegio presidencial" esteja ameaçado de passar alguns meses na cadeia. Além dessas possibilidades é quase certa sua condenação por sonegação do Imposto de Renda.



(1) Ao contrário de Agnew, Nixon não conseguiu obter nenhum acordo na Justiça para que não fosse julgado criminalmente. O julgamento político no Congresso deverá ser suspenso mas o promotor especial para Watergate, Leon Jaworsky, já se declarou disposto a prosseguir com o processo. A grande diferença entre Nixon e Agnew é que vários auxiliares de Nixon já foram condenados e até cumpriram penas. Seria um precedente perigoso para a Justiça condenar alguns acusados e dar anistia ao principal acusado. Pelo menos 17 ex-auxiliares de Nixon já foram condenados a penas que variam de meses até seis anos de cadeia. (Um deles, entretanto, Gordon Liddy,

poderá receber uma pena de até 20 anos).

O Grande Júri que examina as acusações do processo contra seis dos mais próximos ex-auxiliares de Nixon indicou-o como "co-inspirador", uma figura jurídica que o implica no caso mas ainda não pode levá-lo à condenação. Entretanto, depois que Nixon praticamente se confessou culpado de obstrução da Justiça, antes de renunciar, sua situação perante o Grande Júri muda radicalmente. Ele já pode ser indiciado como foram seus auxiliares, por participar "de uma conspiração com o objetivo de defraudar os Estados Unidos". Para escapar de uma condenação — mesmo

continuação da página 9

encontrado que o colocasse em situação embaraçosa. Extremamente dedicado, ao contrário dos políticos, que se instalam em Washington, Ford visita regularmente seus eleitores, o que lhe garantiu sempre uma reeleição fácil. Além disso, tem um conjunto de virtudes suficientemente vagas para não despertar polêmicas e inimigos: "Sou um moderado em assuntos nacionais, um internacionalista em política externa, e um conservador em política financeira".

Extremamente humilde e ao mesmo tempo um "cabeça dura" quando se trata de política, mereceu ao longo de seus 25 anos de vida política vários comentários maldosos sobre sua lealdade retilínea aos princípios do Partido Republicano. (Lyndon Johnson dizia dele: Ford é incapaz de mascar chicletes e andar em linha reta ao mesmo tempo; o problema com Ford é que ele jogou futebol americano por muito tempo sem usar capacete.)

A "ignorância honesta" de Ford deu-lhe muitos admiradores; ele não teve de cultivar uma imagem do "americano médio" nem se esforçar para bajular a "maioria silenciosa" como seus antecessores. Nixon dispunha de vários assessores e teóricos da "maioria silenciosa" que lhe indicavam como proceder em público, como aparecer frente às câmaras de TV. Recrutados entre publicitários, esses assessores muito contribuíram para sua ruína. Ford não precisa dos publicitários para ser a encarnação do americano médio; os episódios reais de sua vida valem mais que a conduta artificialmente construída por Nixon. Logo depois de ser empossado como vice-presidente, um governador republicano, tendo em vista a corrosão do prestígio de Nixon, convidou-o a assumir, naquele momento a presidência. Ford respondeu entre encabulado e espantado: "Quem, eu?".

Ford sempre foi uma estrela apagada na política americana, desde que iniciou sua carreira em 1948. Sua lealdade ao partido e a extrema dedicação conservadora, no entanto, acabaram valendo-lhe o posto de líder da minoria republicana na câmara, cargo que ocupava até ser chamado por Nixon para ser o vice-presidente no lugar de Agnew. Nunca patrocinou nenhuma medida importante durante sua vida pública preferindo se dedicar a iniciativas como regular o direito constitucional para as escolas terem assistência religiosa ou então legalizar uma lei contra o aborto. A mais polêmica iniciativa que tomou foi quando iniciou uma campanha revanchista contra o juiz da liberal Corte Suprema, William O. Douglas. Douglas havia atraído a ira dos conservadores e fora iniciada uma campanha pelo seu impeachment. Um dos principais argumentos de Ford contra ele é que ele incluía seus ensaios numa revista que publicava também fotos eróticas. As teses liberais de Douglas acabaram vencendo a teimosia de Ford e o episódio acabou sendo esquecido. Nesse ponto Ford difere de Nixon; para ele todos são inocentes até prova em contrário enquanto que para Nixon todos eram suspeitos até provarem absoluta fidelidade. Talvez seja por isso que Ford, um puritano e conservador, defendeu a honestidade de Nixon até o fim. Simplesmente ele não entendia como uma pessoa que fosse inocente pudesse reter as possíveis provas de sua honestidade. Nixon ofereceu a Ford a oportunidade de ver as evidências que, segundo Nixon, o inocentavam das acusações. Mas o vice-presidente se negou a ouvir as fitas escolhidas, alegando que não pretendia se unir à histeria anti-impeachment. Desde seu primeiro discurso como vice-presidente, em que defendeu Nixon vigorosamente, até seus últimos encontros com o presidente, Ford mudou muito. Aparentemente sua mudança se deve à orientação de seus assessores, que viam Nixon num beco sem saída e sentiam muito concretamente a possibilidade de Ford se tornar o presidente em breve prazo. Logo depois do primeiro discurso que teria sido redigido na Casa Branca, Ford passou a se distanciar cada vez mais de Nixon, apoiando-o de maneira cada vez mais fria e relutante.

Mas mesmo diferindo eticamente de Nixon, eles se assemelham muito ideológica e politicamente. Amigos durante mais de 20 anos, ambos são conservadores e antes da *détente* eram fervorosos adeptos da guerra-fria. No Congresso, Ford era considerado um "falcão", criticando Johnson pela sua inabilidade em derrotar o Vietnã do Norte e votando sistematicamente contra qualquer medida que visasse diminuir os gastos com a defesa ou a diminuição da presença americana em outros países. Em outros assuntos também tinha votação sistemática e previsível que lhe valeram uma certa antipatia dos grupos trabalhistas e liberais. Desde 1948 Ford vem se opondo religiosamente contra toda medida que propõe maiores benefícios do Estado: foi contra projetos de salário mínimo, segurança no trabalho, subsídios de aluguel para pessoas necessitadas, contra a ampliação da previdência social, contra a ajuda especial aos velhos e a criação da Agência Federal contra a Pobreza. Os movimentos de direitos civis também têm restrições a Ford: votou uma lei considerada repressiva em 1950; apoiou, em 1954, uma lei derrotada que permitia ao Poder Executivo fazer escuta e gravação de conversas telefônicas de possíveis inimigos, sem ordem judicial, prática usada e abusada que finalmente levou Nixon à ruína; votou contra a concessão de bolsas de estudos para estudante que tivessem em alguma época participado de "desordens".

Essa espetacular folha de serviço não significa necessariamente que Ford será um perverso perseguidor dos direitos civis ou que será insensível às necessidades dos menos favorecidos na sociedade americana. Ele ainda terá de ser testado no exercício do poder e para isso, já vem se preparando desde que foi nomeado para vice-presidente. Desde aquela época Ford já tinha em funcionamento uma assessoria e um círculo de amigos cujas características diferem bastante da assessoria de Nixon:

Robert Trowbridge Hartmann: O mais importante dos assessores de Ford, foi designado conselheiro presidencial. Era um dos jornalistas favoritos de Nixon e foi chefe do escritório de Melvin Laird, ex-secretário de Defesa e conselheiro presidencial de Nixon, até alguns meses atrás. Hartmann serviu na marinha e defendia nos jornais a linha dura militarista e a guerra-fria. Com a ascensão de Kennedy, Hartmann se tornou um obscuro correspondente no exterior passando depois a conselheiro da FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura) até ser trazido de novo para a política por Melvin Laird. Como Ford, Hartmann é uma criação política de Melvin Laird qualificado de "um moderno maquiavel", a quem os dois devem praticamente tudo que sabem em política.

Melvin Laird: Foi quem planejou a ascensão de Ford à liderança da minoria republicana na câmara. Foi também quem aconselhou Nixon a nomear Ford para vice-presidente. Esse foi um dos últimos favores que Laird prestou a Nixon. Pouco depois renunciava ao cargo de conselheiro presidencial, por discordar de Nixon em vários assuntos. Nos últimos dias na Casa Branca, Laird já não falava mais com Nixon, chegando ao ponto de os dois adotarem publicamente posições opostas na questão da anistia dos 30 a 40 mil soldados americanos que desertaram na guerra do Vietnã. Nixon era inflexível na questão e Laird advogou publicamente a revisão das punições. (Ford também parece ser favorável à revisão.) Laird era um dos mais cotados candidatos ao cargo de vice-presidente. Quando ambos tinham mandato na câmara, eram fortes aliados do Pentágono e do complexo industrial-militar. Em recompensa a essa aliança, receberam constantemente informações secretas do Pentágono sobre a guerra do Vietnã, com as quais várias vezes colocaram em dificuldade a administração Johnson.

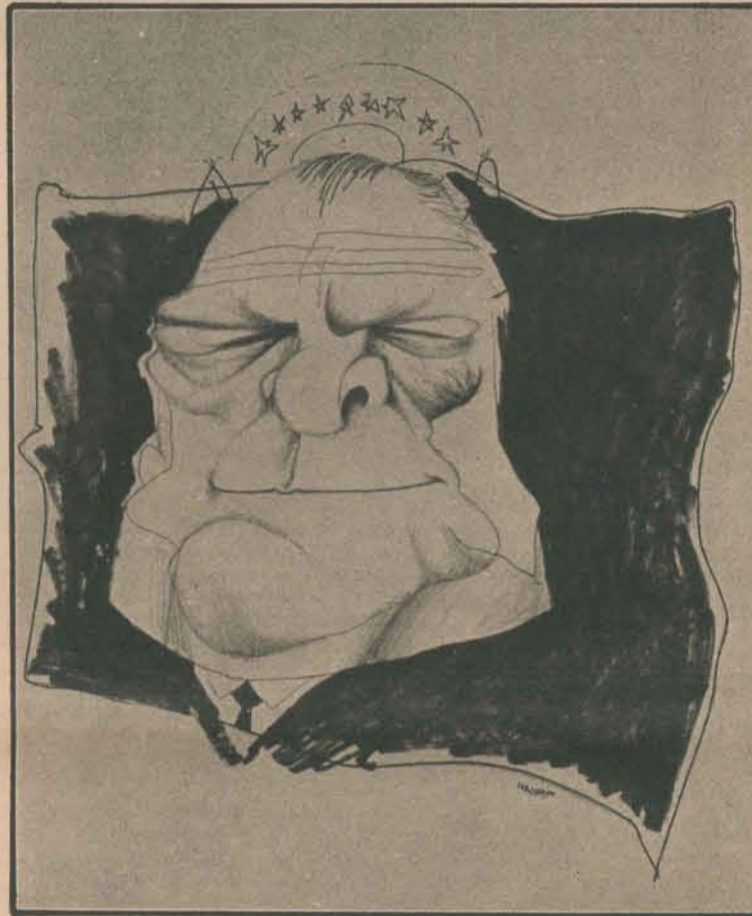
John Masrsh: O novo assessor de Ford para assuntos de defesa nacional

é considerado o homem de ligação entre o Pentágono e o Congresso, com grande aceitação na Câmara, onde serviu 4 mandatos.

Gerald F. Terhorst: Nomeado secretário de Imprensa, é um antigo jornalista. Ford preferiu escolher um jornalista para esse posto, ao contrário de Nixon que nomeara Ronald Ziegler, um publicitário. Por 25 anos chefiou a sucursal de Washington do *Detroit News*. A amizade de Ford e Terhorst data de 1946, antes mesmo de Ford estreitar na política. Esteve envolvido indiretamente no escândalo que

derrubou Nixon quando um dos invasores de Watergate, Howard Hunt, depois afirmando que lera um artigo de Terhorst insinuando que Leonard Boudin, o advogado de Daniel Ellsberg (divulgador dos documentos secretos do Pentágono), era filiado ao Partido Comunista. Hunt teria então investigado a vida do advogado para "preparar a segunda parte da história", ou seja, mostrar que Ellsberg também era comunista, e entregá-la a Terhorst para publicação. Terhorst desmentiu categoricamente tais insinuações, que "manchavam a reputação profissional".

O pensamento político de Gerald Ford



"Eu sou um Ford, não um Lincoln"

Sobre política externa: "Apóio firmemente a administração na sua nova política em relação à China. Ela constitui uma inversão da minha política, mas é também uma inversão da política do país desde 1949, durante os governos de cinco ou seis presidentes anteriores. Aplaudo a vontade do presidente de abandonar uma política que não funcionou e abrir a porta a uma nova política que tem alguns aspectos encorajadores... Apóio firmemente os esforços do presidente para conseguir uma distensão com a União Soviética. Preocupa-me o fato de que algumas pessoas, tanto da direita como da esquerda, estejam apreensivas ou levantem questões a esse respeito. Penso que é errado desafiar uma política que poderia levar, através das SALT II (segundo período de Conversações para a Limitação de Armas Estratégicas), a uma significativa redução na produção de armas por ambas as superpotências. Concordo com a administração que, em 1973 e 1974, até que consigamos reduções mútuas de tropas, não deveríamos retirar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) uma quantidade substancial de forças. Assim, no campo da política externa, os meus pontos de vista são virtualmente idênticos aos do presidente". (16 de nov., 1973).

Sobre o Vietnã: "Nunca fui capaz de compreender por que eles (a administração Johnson) não utilizaram mais amplamente nossa capacidade para destruir alvos militares

significativos no Vietnã do Norte. Essa é uma maneira de convencer os norte-vietnamitas e o Vietcong de que o preço de uma contínua agressão é muito alto. Creio que... poderíamos utilizar de maneira mais efetiva este tremendo poder que temos com as armas convencionais". (16 de jan., 1966).

"Por que não estamos dando os nossos melhores socos no Vietnã? Será que não há fim, nenhuma outra resposta a não ser mais homens, mais homens, mais homens? O povo americano acreditaria que (...) depois de dois anos e meio de bombardeio dos Estados Unidos sobre o Vietnã do Norte (...) apenas três dos 10 objetivos militares significativos foram atingidos pelo poderio aéreo norte-americano? Por que ainda não estamos dando o nosso soco aéreo"? (8 de agosto, 1967).

"O poder Legislativo do governo federal deve desempenhar um papel mais amplo nas decisões de guerra e paz... papel esse claramente conferido ao Congresso pela Constituição dos Estados Unidos... Em situações em que o Congresso endossa uma ação militar tomada pelo presidente, o Congresso deveria dar o acordo dos Estados Unidos em termos precisos — e não entregar um cheque em branco ao Executivo, do tipo ocorrido em relação ao golfo de Tonkin". (16 de julho, 1971).

Sobre o impeachment: "A Constituição diz, no caso de um presidente, que ele pode ser impedido

de exercer o cargo por traição, suborno e outros altos crimes e contravenções. A meu ver... não há nenhuma evidência contra Nixon de que eu tenha conhecimento que caiba na definição de *impeachment* dada pela Constituição" (6 de jan., 1974).

Sobre a lei e a ordem: "Há e tem havido uma atmosfera de permissividade neste país, uma confusão de liberdade com licenciosidade e uma excessiva preocupação com os direitos dos acusados em detrimento do direito dos lesados. Este desequilíbrio deve ser corrigido. E não será corrigido pela administração Johnson-Humphrey ou por liberais congressistas de coração mole — mas apenas pelos republicanos e outros que reconhecem que a lei e a ordem, com justiça, devem prevalecer na América". (25 de maio, 1968).

Sobre escutas telefônicas clandestinas: "Escutas telefônicas clandestinas e espionagem eletrônica preocupam todos os americanos que prezam sua intimidade. Usadas de maneira adequada, estas são armas essenciais para aqueles que guardam a segurança da nossa nação e desencadeiam uma guerra incessante contra o crime organizado. O Congresso, o presidente e os tribunais devem imediatamente definir os limites permissíveis para a sua utilização". (20 de jan., 1967).

Sobre os estudantes radicais: "A administração anterior não desenvolveu a legislação para cortar o auxílio dado àqueles estudantes que estão envolvidos em agitação nos *campus* universitários... Nossa impressão geral é a de que esses militantes, de número reduzido, estão realmente usando táticas fascistas para obstruir a oportunidade do resto dos estudantes de se educarem. Toda a política da administração visará esse grupo fascista que quer impedir a oportunidade dos estudantes conseguirem uma educação". (8 de março, 1969).

Sobre informações governamentais: "Argumentar que o Executivo tem o direito de guardar para si informações, especificamente procuradas exatamente pelas pessoas a quem o Executivo deveria servir, significa defender uma espécie de poder análogo ao direito divino dos reis... É inevitável que o Congresso conclua que o privilégio executivo é o mais das vezes usado em oposição ao interesse público". (3 de abril, 1963).

"A verdade é a cola que mantém firme o governo, e não apenas o governo mas a própria civilização". (1.º de nov., 1973).

Sobre Richard Nixon: "Devemos, como nação, elevar as atitudes morais e éticas de nosso povo. Estou certo de que nosso novo chefe do Executivo estará profundamente preocupado com a moral não apenas da presidência mas de toda a nação. Acima de tudo, ele procurará liderar, e não ditar". (4 de dez., 1968).

"Acredito que o presidente Nixon, como Abraham Lincoln, é um homem talhado de maneira única para servir à nossa nação num tempo de crise. Toda ação tomada pelo sr. Nixon desde que fez o juramento como presidente confirma a confiança, o sentimento de verdade que deposito no homem que agora lidera esta nação". (10 de fev., 1969).

"O presidente dos Estados Unidos é meu amigo desde o tempo em que ele era pela segunda vez representante da Califórnia na Câmara e tomava seu tempo para fazer com que um novato do Michigan se sentisse bem-vindo". (1.º de nov., 1973).

Sobre o poder Executivo: "A meu ver, hoje encontramos uma erosão do poder e do prestígio do Legislativo, uma mudança da direção desejada do Judiciário e um terrível aumento de força e de uso desse poder pelo Executivo... Há uma crescente apreensão de que existe um perigo potencial e real no crescente poder do setor Executivo do governo federal". (8 de nov., 1968).

Sobre Gerald Ford: "Eu sou um Ford, não um Lincoln". (6 de dez., 1973).

ETIÓPIA

A agonia do "rei dos reis"

A Etiópia milenar morre sob os repetidos golpes dados vigorosamente pelos pretorianos imperiais contra o edifício feudal em que repousa. Mas a agonia de um dos mais velhos impérios do mundo se prolonga e, se ninguém põe em dúvida o caráter irreversível da evolução em curso, também ninguém pode prever o prazo dessa evolução, mesmo que já se percebam as consequências.

Desde fevereiro último, o trono do rei dos reis está vacilando continuamente, mas ainda não caiu. A brava obstinação do descendente de Salomão e da rainha de Sabá, que prossegue imperturbavelmente o curso normal de suas atividades cotidianas, sugere curiosamente um paralelo com a teimosia que Nixon demonstrou em Washington. Mas a analogia se limita aos traços de personalidade. A prova de força entre o Exército etíope e o palácio imperial é de uma natureza completamente diferente da que levou o presidente dos Estados Unidos a renunciar.

Despojado progressivamente da maioria dos seus meios de ação — praticamente ilimitados alguns meses atrás — privado dos conselhos dos seus familiares e seus colaboradores mais íntimos, quase isolado do mundo exterior, se bem que ainda inteiramente livre em seus movimentos, o imperador Haile Selassie só detém agora uma aparência de poder. Ontem, último autocrata absoluto, exercendo a totalidade da responsabilidades públicas, o sucessor de Menelik e de Theodoros não passa agora de um monarca constitucional. Lassidão física, desencorajamento, preocupação de salvar as aparências, o sentimento de que tem que impedir a qualquer preço o esfacelamento de um império que agrupa sob o cetro da minoria amhara um mosaico de povos diversos — eis alguns dos elementos que explicam a impassível tenacidade do soberano.

Por sua vez, apesar de sua in-subordinação, os oficiais em sua maioria não são amotinados como os outros. Por enquanto, eles consentem em manter o imperador no trono porque têm consciência da gravidade das ameaças que pesam sobre o conjunto das estruturas políticas e sociais da etiópia. O fato de que a crise atual tenha tido como origem direta uma simples greve de motoristas de táxi da capital, irritados com a alta dos preços da gasolina, mostra claramente a fragilidade de um poder minado internamente e salvo *in extremis* quando da tentativa de golpe perpetrada pela guarda imperial em dezembro de 1960.

Depois de ter inaugurado o seu reinado, há mais de 40 anos, com reformas que fizeram em alguns anos a Etiópia progredir mais do que nos dois séculos precedentes, depois de ter encarnado a resistência ao invasor e mesmo, numa certa medida, o mito da unidade africana, o imperador durante muito tempo deu provas de um imobilismo somente comparável à sua impávida reação ante os acontecimentos mais inesperados. A gravidade da fome que devastou o país após uma seca cujas causas estão tanto em condições climáticas desastrosas como em estruturas agrárias arcaicas, a impaciência da juventude nas cidades, a agitação do baixo clero, a dissidência das tribos somalis, a rebelião na Eritreia — tudo isso dá um testemunho da incompreensão do imperador Selassie com respeito a certas tensões internas cuja existência ainda recentemente parecia querer ignorar.

Resta a veneração dos camponeses pobres pelo rei dos reis. Este apego quase religioso à pessoa imperial contribuiu, tanto quanto a vontade dos militares, para manter o imperador no trono.



19 de agosto de 1974

5, rue des Italiens — Paris 9e. Tel. 7-709-129

COLÔMBIA

Uma difícil herança social

No último dia 7, Alfonso López Michelsen tomou posse como presidente da República da Colômbia para um mandato de quatro anos. Professor universitário e escritor, 61 anos, do Partido Liberal, ele foi eleito para o cargo no dia 21 de abril, com mais de um milhão de votos de vantagem sobre o adversário imediato, o conservador Alvaro Gómez Hurtado. López Michelsen é filho de Alfonso López Pumarejo, que foi presidente de 1934 a 1938 e de 1942 a 1945.

Com as eleições deste ano terminou o acordo chamado de "Frente Nacional", concluído em 1958 entre os partidos Liberal e Conservador, que permitiu substituir as sangrentas lutas de outrora por um revezamento automático do poder supremo e uma partilha equilibrada dos postos governamentais e administrativos. López Michelsen é assim o primeiro presidente realmente eleito desde a queda do ditador Gustavo Rojas Pinilla, a 10 de maio de 1957.

O novo presidente prometeu fazer da Colômbia "o Japão da América do Sul", graças, particularmente, à abundância de mão-de-obra barata de que dispõe esse país de 24 milhões de habitantes. Sua tarefa não será pequena: 84, 3% da população ativa, para ficarmos apenas nesse dado, recebe um salário inferior a cerca de Cr\$ 500,00 mensais.

Em compensação, ele herda uma situação política bastante calma. Os 16 anos de "Frente Nacional" conseguiram praticamente eliminar a violência do país.

O novo presidente fixou, em sua plataforma eleitoral, um certo número de metas prioritárias: luta contra a inflação, que atingiu 25% em 1973 (pode chegar a 35% este ano); retomada da reforma agrária, até

agora um fracasso (40% das terras ainda estão em mãos de 1% da população); uma maior independência nas relações internacionais, principalmente em relação aos Estados Unidos (ver entrevista).

O presidente terá que enfrentar um dos mais graves problemas que conheceram, nos últimos anos, a maioria das capitais sul-americanas, mas que se manifestou de maneira especialmente aguda em Bogotá: o fluxo de uma enorme massa de camponeses para os subúrbios e arredores. A capital colombiana recebe anualmente 300 mil pessoas. Essa massa disponível não será, um dia, tentada a irromper na cena política onde se alternam, num balé aparentemente bem organizado, liberais e conservadores, representando, uns e outros, as famílias mais abastadas do país? (José Carreno)

"Não queremos ter uma posição de satélite"

O presidente da Colômbia fala um excelente francês. López Michelsen fez seus estudos de segundo grau na França. Fronte alta, o rosto meio encoberdo por grossos óculos, ele fala lentamente e aborda com mais gosto os problemas internacionais do que os detalhes dos assuntos internos do seu país.

Já definiu claramente a sua posição sobre a reforma da OEA (Organização dos Estados Americanos). Essa reforma, há muito reclamada pelos países da América Latina, que censuram o organismo de ser, ao mesmo tempo, ineficiente e dominado pelos Estados Unidos, está atualmente em curso. Vários países já expressaram o desejo de que seja criada em seu lugar uma nova organização puramente latino-

americana. Para López Michelsen, no entanto, "não há razão para que os Estados Unidos não pertençam à OEA. Pelo contrário, se o Canadá pudesse ser seu membro seria positivo. Não vejo por que devemos pedir aos Estados Unidos que deixem a associação, que ficaria assim enfraquecida do ponto de vista econômico, quando trabalhamos tanto tempo com esse país, mesmo tendo divergências com o mesmo".

López Michelsen, por outro lado, considera com ceticismo a formação de uma frente dos países subdesenvolvidos para as discussões comerciais e monetárias internacionais com os países ricos: "Não estou muito convencido de que uma tal frente possa formar-se facilmente. Uma associação desse gênero apenas contribui, muitas vezes, para endurecer a posição dos Estados superdesenvolvidos".

No entanto, o novo presidente colombiano afirma não defender os Estados Unidos: "Nunca houve ninguém tão franco em relação aos Estados Unidos quanto eu. Tenho dito frequentemente a seus representantes coisas que podem ser desagradáveis". Para López Michelsen "não existe política norte-americana para a América Latina. O secretário de Estado faz declarações bastante platônicas de amizade para com a América Latina. Mas estas podem ser contrariadas, na realidade dos fatos, pelo departamento do Tesouro, pelo do Comércio, ou pelo Congresso. O secretário de Estado é uma espécie de chefe de relações públicas, e os outros poderes estão submetidos às pressões de certos grupos que protegem os seus interesses."

"Estou convencido cada vez mais — diz ainda o presidente — de que não podemos ter uma posição definida antecipadamente a respeito de Cuba.

ISRAEL

A psicose da guerra

André Scémama

Estamos nas vésperas de uma nova guerra árabe-israelense? A acreditar nos mais autorizados dirigentes israelenses, os "riscos plausíveis" de uma quebra do cessar-fogo atingiram os limites do alarme, "acendendo todos os sinos de alerta", segundo a própria expressão de Shimon Peres, o ministro da Defesa.

Antes dele, o primeiro-ministro Itzhak Rabin havia pedido a seus compatriotas que se preparassem para a possibilidade de uma nova guerra, "que não seria menos longa nem menos dolorosa que a do Kippur". Por sua vez, Shlomo Hillel, ministro interino do Interior, indicou que, num novo conflito, a população civil estaria exposta às ameaças dos foguetes terra-terra que os sírios possuem em grande quantidade, e, por fim, o chefe do Estado-Maior, general Mordekhai Gur, deu as razões que poderiam levar os árabes — e particularmente os sírios — a reiniciar as hostilidades nos próximos meses.

O comandante-em-chefe pensa,

como muitos dos seus compatriotas, que os meses de outubro e novembro poderiam marcar essa perigosa evolução dos acontecimentos, pois será a 24 de outubro e a 31 de novembro que se colocará, respectivamente para o Sinai e o Golan, a questão do fim ou do prolongamento da presença das forças das Nações Unidas que separam os beligerantes. Se o Egito e a Síria (mas é sobretudo do governo de Damasco que se teme o pior) decidirem colocar um fim à presença dos "capacetes azuis" (forças da ONU), um veto soviético tornaria sem efeito uma decisão do Conselho de Segurança e seria criado um vazio entre dois Exércitos em pé de guerra. "Quem preencheria esse vazio?", perguntou o general Gur. "Eles ou nós?". Depois ele indicou claramente que "Israel poderia ser o primeiro a escolher a opção militar se as opções políticas se mostrarem inoperantes".

Para Shimon Peres, os árabes "e particularmente os sírios" não falam mais de compromisso nem de negociações, mas multiplicam as ameaças. O ministro da Defesa, que convocou o país a se preparar para as mais graves eventualidades, afirmou também que "aqueles que quiserem a guerra não se beneficiarão, como na

guerra do Kippur, do efeito surpresa, e o poderio israelense lhes fará pagar bem caro uma nova aventura militar".

Os israelenses, no entanto, têm certa dificuldade em acreditar na iminência desse perigo e se interrogam, como testemunham numerosos artigos da imprensa, sobre as causas reais dessa psicose de guerra do governo.

Os "alarmistas" consideram, declarava-nos um alto funcionário israelense, que "sempre foi ruim para nós, mas sobretudo para os árabes, deixar que no Cairo, em Amã e em Damasco acreditassem na idéia de que Israel estava desmoralizado e corroido pelas dissensões internas. E por isso que é bom lembrar aos árabes que eles se arrependeriam amargamente de um gesto impensado e, aos israelenses, que talvez novas provações os esperam".

Em compensação, de Washington chegam notícias tranquilizadoras. Kissinger prossegue seus esforços de conciliação e teria, ao que parece, tranquilizado a Ygal Allon sobre as intenções do Cairo a respeito da renovação do mandato dos "capacetes azuis" no Sinai. Depois do ministro israelense das Relações Exteriores, o secretário de Estado se encontrou com o primeiro-ministro jordaniano, depois

Os países da América, inclusive os Estados Unidos, estão evoluindo rapidamente quanto a esse tema. A única coisa que posso dizer é que não queremos ter uma posição de satélite. Nós adquirimos essa experiência a propósito da China. Eu era a favor de sua admissão nas Nações Unidas, mas os americanos não queriam isso. De um dia para o outro eles resolveram querer. Então, as pessoas que criticavam a minha posição foram obrigadas a votar pela admissão. Não quero que tal coisa se repita com Cuba."

De todos os países da região é à Venezuela, vizinha da Colômbia, que o novo presidente parece dar a maior atenção. Ele vê nesse país um parceiro privilegiado da Colômbia, tanto mais — observa — que o seu presidente, Carlos Andrés Pérez, juntamente com ele próprio, é um dos poucos chefes de Estado sul-americanos escolhidos através de eleições populares. O problema da demarcação das águas territoriais no golfo da Venezuela, em negociações há três anos, é a seus olhos "apenas um problema de direito internacional". Não se trata de um conflito de interesse provocado pela perspectiva de descoberta de importantes jazidas de petróleo.

López Michelsen considera igualmente sem inquietude o novo poder adquirido pela Venezuela na região desde que a alta dos preços do petróleo aumentou enormemente sua riqueza. Ele observa que a Venezuela investiu inteligentemente os fundos que pretende dedicar ao desenvolvimento dos países vizinhos no Banco de Desenvolvimento Industrial do Pacto Andino e no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O que afasta o aspecto politicamente constrangedor que poderiam ter os empréstimos bilaterais. "Isso não quer dizer absolutamente — diz o presidente — que não tenhamos a intenção de manter uma estreita cooperação com a Venezuela, entre outros nos setores do desenvolvimento da agricultura e da criação de companhias de capital misto, privadas e públicas".

É igualmente intenção de López Michelsen desenvolver, tanto quanto possível, as relações comerciais entre a Colômbia e os países socialistas, seguindo um caminho novo para os países da América Latina, aberto este ano pela Argentina: "Esses países representam 40% do comércio mundial e são muito mais sérios em seus compromissos do que certos países ocidentais". (Alain-Marie Carron)

com o rei Hussein e, em seguida, com Itzhak Rabin. Essa sucessão de visitas à capital americana deu lugar a numerosos rumores sobre a eventualidade de um acordo com a Jordânia, que precederia o acordo entre Israel e Egito. Como pano de fundo para esses rumores, há as "revelações" da televisão americana NBC sobre o encontro secreto entre Golda Meir e o rei Hussein, que teria ocorrido a 27 de maio último no deserto de Arava, ao sul do mar Morto.

Golda Meir desmentiu essa informação, mas o grupo parlamentar de direita Likud já não exige mais um debate na Knesset (parlamento) sobre as concessões territoriais que Meir teria feito ao rei durante esse encontro.

Em Jerusalém, continua a prevalecer um ceticismo sobre as possibilidades de uma reaproximação com o rei Hussein, o qual se esforça com algum sucesso para melhorar sua posição no mundo árabe. Reconciliado com o Egito, ele é atualmente objeto de solicitações sírias com vistas a uma estreita cooperação militar. Será que ele deixaria que um acordo com Israel, feito antes do Egito, compromettesse esse tão paciente soerguimento face ao mundo árabe?

PORTUGAL

As colônias tomam a ofensiva

O governo de Lisboa está prestes a reconhecer a República da Guiné-Bissau "como Estado independente" e se propõe a patrocinar sua entrada nas Nações Unidas. Admite também o "direito à independência" do arquipélago de Cabo Verde, o que implica pelo menos numa etapa transitória antes de uma eventual soberania, enquanto os dirigentes do PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde) consideram as ilhas de Cabo Verde e a Guiné-Bissau como uma só nação.

Os povos de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe têm direito à "autodeterminação e à independência", isto é, nesses casos Portugal não renuncia absolutamente à possibilidade de um escrutínio organizado, depois das negociações propostas aos movimentos de libertação, que poderia comportar várias opções, inclusive a independência.

Mas o passo dado é decisivo e espetacular. É uma dolorosa revisão da política obstinada e arcaica aplicada por Salazar e apenas levemente retocada por Marcelo Caetano, que considerava timidamente uma certa autonomia interna dos territórios de ultramar. "É, primeiro de tudo, uma vitória sobre nós mesmos e o reconhecimento de nossos erros passados" — declarou o general Spínola em seu discurso à nação portuguesa, no dia 27 de julho, anunciando a determinação do novo regime de começar "o processo de transferência de poderes". A história turva e sangrenta da descolonização não tem muitas páginas cor-de-rosa. É portanto justo saudarmos a coragem e a imaginação do novo Portugal.

Primeiros navegadores e últimos abertamente colonizadores, os portugueses sempre souberam adaptar-se às novas situações com inteligência e maleabilidade. Assim, as promessas de hoje são também o resultado de uma dupla dinâmica: a da situação criada na metrópole pela queda da ditadura, no dia 25 de abril; e também a dos acontecimentos na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola. Enquanto

os conflitos de tendências, às vezes públicos, às vezes secretos, se multiplicavam e se aguçavam dentro do novoregime português, a degradação rápida da situação política e militar na África colocava as autoridades de Lisboa numa situação cada vez mais difícil. A análise realista e inteligente do presente equilíbrio de forças e dos verdadeiros interesses do país permite reconciliar-se espetacularmente com as Nações Unidas.

Um cessar-fogo *de facto* já era observado, havia várias semanas, pelas forças portuguesas e as unidades do PAIGC, multiplicando as ocasiões de confraternização. Os contatos se ampliavam entre os oficiais nacionalistas e os soldados negros do Exército português (quase metade dos 43 mil homens engajados no território). O futuro estatuto desses soldados negros, que tinham razão para temer represálias, constituiu um importante ponto técnico por ocasião das primeiras negociações do chanceler Mário Soares com os representantes do PAIGC, em Londres. Esse ponto tende a encontrar uma solução positiva *in loco*, graças ao espírito de cooperação dos antigos adversários. As novas autoridades de Bissau concordaram com a desativação das minas de algumas zonas-tampão, proposta pelo PAIGC, e já foi iniciado o repatriamento de parte das populações evacuadas para a vizinha República da Guiné (Conacri) desde o começo da guerra.

A ofensiva da FRELIMO

Essa evolução favorável vai no sentido de um reconhecimento inevitável da República da Guiné-Bissau. Por razões inversas, a rápida degradação da situação em Angola e, principalmente, em Moçambique obriga Lisboa a adotar publicamente opções claras.

Em Moçambique, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) explorou a indecisão das autoridades civis de Lourenço Marques e a confusão de algumas unidades portuguesas para relançar energicamente

Marcel Niedergang

sua ofensiva em direção ao sul. As estradas de ferro, especialmente a que assegura a ligação entre Beira e a região de Tete, onde está sendo construída a barragem de Cabora Bassa, foram sabotadas em diversas oportunidades, nas últimas semanas. Uma ação realizada na aldeia de Morumbala, na fronteira com o Malaui, semeou o pânico entre os europeus, que se refugiaram em Quelimane. Companhias inteiras de soldados negros passaram, com armas e bagagens, para o lado das forças nacionalistas, que já se sentem bastante seguras para enviar propagandistas a lugares onde a guerra era, até agora, ignorada. Como na Guiné-Bissau, mas em um contexto bem diferente e dramático, os soldados portugueses, confinados em seus quartéis, se recusam a deixar-se matar nos últimos combates antes da hora H da trégua oficial. Cenas de confraternização foram assinaladas no distrito de Tete e agricultores portugueses das regiões ameaçadas pela onda nacionalista pediram aos dirigentes da FRELIMO que garantam a sua proteção.

Por outro lado, uma forte corrente, semelhante à OAS (Organização do Exército Secreto) francesa na Argélia, está em desenvolvimento. Grupos de colonos portugueses, que se vangloriam de contar com a decidida ajuda da África do Sul, estão se organizando e se armando. Convidados de que os militares portugueses só pensam em entregar as chaves da casa à FRELIMO, dentro dos prazos mais curtos, eles resolveram tomar as coisas em mão e formar grupos de combate. Os atentados a bomba que abalaram Lourenço Marques, há duas semanas, foram atribuídos pelas autoridades aos extremistas brancos suspeitos, não sem motivo, de manterem excelentes relações com os dirigentes do Malaui, inquietos diante da perspectiva de uma

vitória total da FRELIMO.

Milícias brancas fizeram sua aparição em Vila Peri, perto da Rodésia, que está tão inquieta e atenta quanto o Malaui e a África do Sul, diante da evolução da situação. Milhares de portugueses já abandonaram o território desde 25 de abril e todos os lugares disponíveis em navios e aviões, para a metrópole, já estavam, no início de agosto, reservados até setembro. A qualquer momento, um confronto sangrento entre partidários impacientes da FRELIMO e brancos exasperados pode bloquear as negociações propostas por Lisboa aos dirigentes nacionalistas.

Enquanto isso, notícias vindas de Salisbury, capital da Rodésia, dão conta de que o coronel de origem britânica Mike Hoare, ex-chefe dos mercenários que lutaram no ex-Congo belga (Zaire) ao lado dos secessionistas de Catanga, já começou a recrutar novos mercenários para combater a FRELIMO, em Moçambique. A informação foi publicada pelo jornal *Rand Daily Mail*, de Johannesburg, África do Sul.

Segundo o *Rand*, Hoare estaria atualmente no Malaui, tentando reunir seus ex-companheiros de armas em Catanga. Diz ainda o jornal, citando um ex-colega de Hoare, que o milionário português Jorge Jardim "está implicado na operação".

As revelações do *Rand* se baseiam num misterioso anúncio, publicado no jornal *Rhodesia Herald*, de Salisbury, convidando "o comando n.º 5 a comparecer a uma reunião". O comando n.º 5 era a força mercenária, que Hoare dirigia em Catanga antes de 1965.

Luanda como em 1961

Em Angola, os conflitos raciais de julho, provocados pela morte de um motorista de táxi branco, de repente mergulharam Luanda, a capital, em um clima que a maioria dos habitantes, portugueses ou africanos, só desejam esquecer: o das revoltas de 1961. A força da corrente liberal

branca, favorável a uma autêntica independência e a uma colaboração leal com um eventual governo africano, não é negligenciável. Os dirigentes do Movimento Democrático não perdem ocasião, desde 25 de abril, de afirmar que a "coabitação das duas comunidades é possível e necessária". Mas os seus esforços e a sua preocupação de reunir portugueses e africanos em um só movimento político são aniquilados, em poucas horas, pelas batidas cegas e sangrentas que os brancos das classes pobres organizam contra as favelas de Luanda.

Os chamados em Angola de "rodesianos" ainda esperam conseguir um recuo tático para o sul do rio Cuanza, onde pretendem organizar um "reduto" autônomo, no sul do território, segundo o modelo rodesiano, arrematando uns três milhões de negros que eles consideram, com ou sem razão, pouco motivados pelos argumentos dos movimentos de libertação. A certeza de que as diferentes correntes nacionalistas não estão prontas para concluir um acordo, apesar da intervenção de alguns chefes de Estado africanos, encoraja-os no momento a acalantar projetos separatistas análogos aos dos extremistas de Moçambique. A ameaça é idêntica.

A vontade dos jovens oficiais do MFA e o acúmulo de perigos em Angola e Moçambique juntaram-se para incitar o governo de Lisboa a acelerar a descolonização e a favorecer a Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, um ramo de oliveira que lhe terá sido grato, depois da crise enfrentada em Chipre. Portugal prometeu colaborar com a ONU para favorecer a "transferência de poderes" e o acesso de seus territórios à independência.

Mas a amplitude dos problemas colocados, a maré montante de ódios e angústias, a multiplicação dos interesses e dos apetites estrangeiros, poderão também um dia obrigar a ONU a enviar seus "capacetes azuis" para essa região, até há pouco tempo esquecida, do centro-sul da África.

PORTUGAL/MACAU

Revolução? Sim... contra Confúcio

Alain Bouc

Nacional anunciando a tomada do poder, a colônia permaneceu sem ligação com a metrópole durante 48 horas. O que fazer? Alguns retiraram os retratos do presidente da República e do primeiro-ministro, outros se limitaram a cobri-los com um pano, outros ainda, sob o pretexto de falta de diretrizes, deixaram as coisas como estavam. Os 400 soldados da guarnição local depuseram as armas no quartel.

No dia 28, um telegrama anunciava ao governador que continuaria em seu posto, o que lhe permitiu sair de seu silêncio e anunciar ao Conselho Legislativo a mudança do regime. Os conselheiros, personalidades portuguesas e chinesas, enviaram a Lisboa um telegrama de apoio. Era, aliás, tudo o que lhes restava fazer. A revolução tinha passado por Macau de leve.

Desde então nada de importante aconteceu ali. O chefe da guarnição voltou para Lisboa pouco depois da passagem de uma comissão de inspeção da Junta, mas o governo garante que sua substituição (bem como a do chefe do Estado-Maior) não tem nada a ver com a política. Não havia em Macau, segundo garantem, nenhum prisioneiro, a não ser de direito comum. A província pediu apenas sua representação parlamentar.

"Devemos contar com o surgimento de partidos políticos" — confiou-me com precaução o chefe do escritório de informações. Mas, no momento, há apenas tímidas tentativas. No dia 1º de maio, umas 30 personalidades portuguesas e chinesas constituíram o Centro Democrático, que se propõe organizar a vida democrática no território. Os jornais locais em português praticamente ignoraram o fato. Os esforços tentados junto à imprensa chinesa não obtiveram maior êxito.

Com a quase totalidade do pessoal do antigo regime em seus postos, não se pode evidentemente esperar grandes mudanças. A repartição de controle da imprensa desapareceu, em princípio, mas parece que a função continua a existir. Os jornais foram convidados a não publicarem artigos sobre assuntos "demasiado sensíveis". Na grande praça do correio, uma livraria colocou em lugar bem visível *Avante*, o órgão do PC português, mas foi somente o primeiro número, no qual a organização anuncia que se tornou novamente legal. Aparentemente ninguém acha que deve comprar essa publicação subversiva. A administração parece continuar a manter um controle total sobre os cidadãos.

Não há nenhuma dúvida de que a grande maioria da população portuguesa acolheu com satisfação a notícia da revolução. A maioria dos seus membros nasceu na colônia e vivem pobremente, como seus compatriotas da metrópole. Muitos têm

sangue chinês nas veias, pois ali as populações se misturam há séculos. Mas não se pode concluir que os europeus pobres desejam a descolonização. Para os portugueses, Macau é e deve continuar sendo uma província portuguesa. Pode-se, como faz o Centro Democrático, pedir o estabelecimento de laços diplomáticos entre Lisboa e Pequim, mas isso pouco importa, pois, apesar das aparências, não são os portugueses que decidem ali mas os chineses.

As autoridades chinesas que cuidam de Macau não estão em Pequim mas, mais modestamente, no comitê revolucionário da província de Kwangtung, em Cantão. E a administração portuguesa mantém somente relações extra-oficiais com as autoridades comunistas, por intermédio do presidente da Câmara de Comércio, um chinês "patriota" que vai frequentemente a Cantão para resolver os problemas propostos pelo governador de Macau.

Cada qual, assim, acomodou-se com a ambiguidade, e Pequim não mantém nenhuma relação direta com o colonizador, instalado há cinco séculos no território nacional. Os dois lados evitam cuidadosamente abordar o problema a fundo. Os jornais comunistas de Macau (especialmente o influente *Aomen Ribao*) nunca levantam a questão do estatuto da

continua na página ao lado

Enquanto o caminho da independência se abre para as colônias africanas de Portugal, não aparece nenhum sinal de mudança política para o pequeno território português de Macau, na fronteira do sul da China. Este contraste acaba de ser ressaltado pela agência de notícias soviética Tass, que critica a atitude dos dirigentes de Pequim a esse respeito. A agência constata, de início, que a imprensa chinesa, ao mesmo tempo que declara que a China é um "defensor incondicional" dos movimentos de libertação nacional, não diz sequer uma só palavra a respeito da decisão do governo de Lisboa de reconhecer a independência dos territórios portugueses da África. A Tass acredita que esse silêncio é explicável pelo medo dos dirigentes chineses de que uma mudança ocorra em Macau. Assim como Hong-Kong, escreve a agência soviética, esse enclave português tornou-se com efeito um "verdadeiro centro do comércio ilegal de ouro pela China, assim como de moedas, narcóticos e toda sorte de maquinarias especulativas semi-legais realizadas por Pequim". O correspondente do *Le Monde* em Pequim, Alain Bouc, que visitou recentemente Macau, descreve a atmosfera que encontrou na colônia.

Mudaram a comida, mas continua a mesma droga". Assim o pequeno vendedor chinês de broas de trigo na Travessa da Felicidade resume, com um tom que não tem

FILOSOFIA

O eclipse da razão

Jean Lacroux

A técnica, a ciência, a razão e a própria verdade são frequentemente denunciadas hoje em dia como as verdadeiras fontes da coerção e da repressão. A elas se opõe o desejo, negador de toda razão; diz-se que ao fixar em sete anos o que ela chama de *idade da razão*, a educação burguesa deu-se este lapso de tempo para matar definitivamente o desejo. Mas essa denúncia permanece ambígua: de que razão se trata? Da razão ou da *racionalização* capitalista? O equívoco persiste. É necessário para dissipá-lo remontar à origem da contestação atual, à Escola de Frankfurt, que em parte a inspirou. A tradução das suas obras-chave recentemente na França — *O Eclipse da Razão* seguido de *Razão e Conservação de Si* (1), de autoria do fundador (com Theodor Adorno) dessa Escola, Max Horkheimer — reveste assim uma importância particular. A crítica de nossa sociedade é feita, nesse livro, de maneira radical, mas clara e sem ambigüidade. A raiz do mal não está nas idéias de razão e de verdade, mas no seu desconhecimento ou na sua redução à razão e à verdade científicas. Portanto, não se trata de recusar essas idéias, mas de restabelecê-las. O que só pode ser feito através da reabilitação da filosofia — não de tal ou qual filosofia, mas da atitude filosófica definida como atitude crítica.

O objetivo da obra é examinar "o conceito de racionalidade subjacente à nossa cultura industrial contemporânea, a fim de descobrir se esse conceito não encerra deformações que alteram a sua essência mesma". De poder de conhecimento universal e de interrogação sobre os fins substanciais, a razão tornou-se, na nossa sociedade de classes, pura "razão instrumental", simples faculdade de coordenação funcional entre os meios e os fins

(1) Eclipse de la Raison, traduzido do inglês por Jacques Debouzy, seguido de Raison et Conservation de Soi, traduzido do alemão por Jacques Laizé — de Max Horkheimer, 1 volume de 237 págs., 34,55 francos, editora Payot, 1974

existentes, apegada ao critério da eficácia e não mais ao princípio da verdade. Os fins não são mais objeto de nenhuma pesquisa: o sistema capitalista, sistema ao mesmo tempo de pressão e de integração, os impõe. A cada indivíduo, a cada grupo se impõe adaptar-se o melhor possível, escolher os melhores meios para satisfazer ao máximo os seus interesses. Ter por objetivo a adaptação significa, em filosofia, em economia, em educação, esquecer que o homem progride porque é um inadaptado. Senão, seria apenas uma coisa. A razão moderna pode ser, definida como tendência à coisificação. Adaptar-se é tornar-se, para sua própria conservação, igual ao mundo dos objetos. A ação pela ação — eis o lema moderno. O pensamento pelo pensamento, por mais insuficiente que fosse, seria ainda preferível a esse lema. O homem moderno foi desprovido de qualquer objetivo, a não ser a conservação de si mesmo, numa época em que não há mais "si" a ser conservado.

Num impressionante resumo, muito rápido para não ser às vezes contestável, mas que é sempre sugestivo, Horkheimer traça a história dessa degradação. A razão humana tem dois pólos, que lhe é difícil unir ou conciliar: o sujeito e a natureza. Na antiguidade dominava a razão objetiva. Platão desenvolveu uma teoria das idéias que tenta definir o conteúdo supremo do pensamento como objetividade absoluta. Ele quer, antes de tudo, compreender e analisar uma estrutura fundamental do ser, de onde tira uma concepção do destino do homem. O que permite a maior crítica possível às crenças sociais. Nessa forma de metafísica, a negatividade pode desempenhar um papel essencial. Hoje, a razão tornou-se subjetiva. A ciência, esse ídolo, é enganadora: ela mascara a realidade. De fato, é através da formalização matemática que a probabilidade, ou antes a calculabilidade, substitui a verdade. A razão subjetiva não passa de algo que sabe calcular as probabilidades e, por conseguinte, coordenar os meios convenientes com um fim dado, quer dizer, imposto. Com o aparecimento da sociedade industrial efetivou-se a transformação de todos os produtos da atividade humana. A própria arte, da mesma forma que a política e a religião, é separada de toda a verdade.

A filosofia substitui as vias teóricas de descobrimento da verdade pela poderosa maquinaria da pesquisa organizada. O autor chega a qualificar de "pensamento tecnocrático" o industrialismo de Saint-Simon, sem ver que a "produção" saint-simoniana implica a organização de uma nova sociedade de homens livres e associados. É mais válida a sua crítica ao positivismo, essa "tecnocracia filosófica" que substitui o pensamento filosófico pelo pensamento científico, quando este é apenas um meio de produção dentre outros. De qualquer modo, só há agora um fim, universalmente admitido, jamais discutido, que comanda tudo: dominar o mundo.

Esse é, com efeito, o mal original de nossa civilização: a identidade da razão com a dominação, o reino da "proteção", esse arquétipo da dominação. Ora, a dominação da natureza implica a dominação do homem. A história dos esforços do homem para dominar a natureza é também a história da dominação do homem pelo homem. Onde as tradições do mundo moderno. A transformação de cada domínio particular do ser em um campo de meios conduz à liquidação do sujeito que deveria utilizar esses meios. A racionalidade no que diz respeito aos meios conduz à irracionalidade no que diz respeito à existência humana. São as próprias condições da vida moderna que exercem uma contínua coerção sobre o indivíduo. O automobilista tem que manter os olhos fixos na estrada e estar pronto para reagir, a qualquer momento, com os movimentos adequados; é como se as inúmeras leis, regras e diretivas às quais tem que se conformar dirigissem o carro no lugar dele. Assim, a razão foi reduzida à sua significação instrumental: as teses da metafísica racionalista desapareceram, mas o comportamento que visa um fim permaneceu. A razão não é mais que um instrumento que tem em vista o lucro e cujas virtudes são a frieza e a lucidez. A idolatria do progresso e da ciência reforça a opressão e a exploração social. O que prova que o homem não tem que se libertar das cadeias da natureza para dominá-la, mas sim para compreendê-la.

O primeiro dever, hoje em dia, é reencontrar o valor da razão objetiva, de uma metafísica dos fins. O que não significa conferir-lhe um monopólio. É

preciso se colocar à escuta de todo o real. Hipostatizar a polaridade das entidades, espírito e natureza, é tão inadmissível quanto reduzir uma à outra. Como o dualismo absoluto do espírito e do mundo, o da razão subjetiva e da razão objetiva é inadmissível. Naturalismo e idealismo são igualmente perigosos, se bem que por razões diferentes. Os dois conceitos se interpenetram: a maior falsidade resulta da hipótese, do monopólio de um ou do outro. É pela autocritica que a razão deve reconhecer ao mesmo tempo a sua separação e a sua relação recíproca. Certo, a situação do homem é difícil. Essa relação da razão objetiva com a razão subjetiva é o seu problema de sempre. Contra as "renovações ontológicas", Horkheimer toma claramente partido. A idéia de conservação de si, que leva a razão subjetiva à loucura, pode salvar a razão objetiva de uma sorte idêntica: ela retoma todo o seu valor se compreendemos que uma definição dos fins objetivos da sociedade só pode ser chamada de objetiva se incluir também como meta a salvaguarda do sujeito.

Mas não se trata de propor uma filosofia: o que é preciso é transformar as mentalidades e mudar de itinerário. A filosofia se opõe a toda ruptura entre as idéias e a realidade total. Desde que a razão se tornou o instrumento da dominação da natureza humana e extra-humana pelo homem, ela teve frustrada sua própria intenção de descobrir a verdade. É essa intenção que é preciso reencontrar. Se a eficácia não for mais o critério supremo, o indivíduo reencontrará a sua história pessoal. A fé na filosofia significa a recusa em permitir ao medo, sob qualquer forma que seja, de comprometer nossa liberdade de pensar. O que falta, o que se deve encontrar são os homens que compreendam que eles são os sujeitos ou os funcionários de sua própria opressão. Tudo depende do bom uso que se fizer da autonomia do homem. A filosofia, a atitude filosófica não poderia ser objeto de propaganda: ainda que suponhamos que isso seja possível, seria prejudicial, pois que a propaganda nega aquilo mesmo que pretende propagar. A linguagem da opressão, da recomendação, da proteção nega aquilo que quer oprimir, recomendar ou proteger. Pensar livremente é filosofar e toda filosofia autêntica funciona "como correlativo da história".

continuação da página ao lado

península. Preferem, por exemplo, exigir que os portugueses deem mais atenção à dragagem do porto, de maneira a evitar que o *ferry-boat* de Hong-Kong encalhe, mais uma vez, nas águas fétidas e amareladas da baía.

Aos portugueses, pois, os encargos da administração rotineira, das estradas, dos serviços públicos, o direito de conceder vistos e de manter o sistema capitalista (com a consequente responsabilidade das dificuldades que o acompanham). Aos chineses, cabe o povoamento do território e a produção. Eles, que são tão pobres, produzem principalmente para os ricos e os estrangeiros. Não se trata da grande economia de exportação, à moda japonesa, com seu elevado grau de técnica, mas do semi-artesano, tão eficiente como os salários irrisórios e a ausência de greves, com as mulheres e crianças trabalhando e numa jornada de trabalho mais longa do que um dia.

Quantas vitrinas das grandes lojas do Ocidente são abastecidas por essas vetustas oficinas, onde a máquina de costura fica sob o altar dos antepassados e ao lado da cama? Ao longo do porto, numa rua de arcadas, dezenas de caixas de alças estão prontas para partir para Rotterdã. Uma olhada pelas portas entreabertas mostra jovens mulheres trabalhando

de pé, sob velhos ventiladores, sem outra luz a não ser a que é filtrada pelas grades de ferro ou espalhada pelas lâmpadas vermelhas do altar tradicional. Mais além, perto da lama nauseabunda que sustenta os barcos na maré baixa, famílias, ou melhor, grupos de avós com crianças de 10 anos preparam camarões sobre a calçada. Mais acima, nas ruas pavimentadas da cidade alta, uns 30 jovens pintam xícaras e tijelas num ritmo recorde. Através de um respiradouro, ouve-se o martelar surdo do trabalho dos tecelões. Todo esse fruto de um trabalho subpago pode ser encontrado nos mercados europeus, muitas vezes sem menção da proveniência.

Crítica de Confúcio

É a miséria, muitas vezes a invalidez, como a desses mendigos cegos pelo tracoma, sentados com seus filhos sob as arcadas e que só vivem da caridade. Mas não é o inferno descrito pelos aventureiros do começo do século. O famoso perfume adocicado não indica mais aos transeuntes as fábricas de ópio. Não se perde mais a fortuna no cassino. Mas o espetáculo de tantas viúvas, desses novos-ricos vindos de Hong-Kong, e de toda essa gente que espera o acaso para encontrar a felicidade, continua a provocar náusea.

Tudo esse mundo escapa a Portugal. Os chineses de Macau nem sequer têm

passaporte português e trabalham para os mercados internacionais. O cassino, onde as apostas são feitas em dólares de Hong-Kong, vive da poupança da colônia britânica. A grande ponte, que brevemente ligará Macau às duas ilhas de Taipak e Coloane, será financiada pelo pedágio dos turistas. A revolução de abril não pode mudar nada disso, e as autoridades de Lisboa se interrogam sobre suas colônias africanas mas se omitem de falar de Macau. Consequentemente, os chineses não vislumbram nenhuma mudança e também não prevêem nenhuma. Para eles, no máximo, os portugueses passaram na África, do velho colonialismo para o neocolonialismo, e a social-democracia, que lhes causa horror, atribuiu-se a tarefa de manter, com êxito, o que o velho capitalismo estava deixando escapar por falta de flexibilidade.

A China terminará por retomar a península? A dificuldade não seria muito grande, pois a colônia já vive em parte à chinesa. A grande mudança destes últimos anos não foi a revolução portuguesa que provocou, mas a revolução cultural. Em 1967 e 1968, Macau vivia sacudida por manifestações, com os ouvidos cheios das mensagens dos alto-falantes, atapetada de jornais murais. Nada de importante se decide mais ali sem ouvir a opinião das autoridades chinesas. Nada, ou muito pouco, separa as

populações dos dois lados da baía. Vinte e cinco anos de socialismo não bastaram para cavar um fosso irremediável entre os dois modos de vida. Nas mesmas águas, pescadores com os rostos igualmente queimados de sol compartilham, em barcos semelhantes, os mesmos sofrimentos, vivem ao ritmo das mesmas marés, temem os mesmos tufões.



© Le Monde
Todos os direitos reservados

opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR
Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:
Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:
Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte), Teodmiro Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno

Tendências e Cultura:

Julio Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet (cinema), Tárnik de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), Fernando Peixoto (teatro) e João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávio de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Celina Whately, Ana Maria Nogueira, Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreato (editor), Cássio Loredano, Petchó, Chico Caruso, Rubens Campos Grilo, Diter Steir, Paulo Venâncio Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (Nova York), Vana Brocca (Milão), Alberto Carbone e Claudia Boechat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges

ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 190,00 a anual e Cr\$ 95,00 a semestral; para o exterior, US\$ 40 a anual e US\$ 20 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico... Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 — Lapa São Paulo, Composto e Impresso na Editora Mory Ltda., Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS DOS SEGUINTE JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review
NEW STATESMAN

O REI DA BELÍNDIA, O ECONOMISTA VISITANTE E O PRODUTO INTERNO BRUTO

Não são poucos os economistas célebres do ocidente — entre eles Gunnar Myrdal, Paul Samuelson, Robert Heilbroner, Celso Furtado — que questionam o conceito de Produto Interno Bruto — PIB — e a sua utilização como principal fator para se avaliar a riqueza de um país. Frequentemente os críticos do PIB observam que em seu cálculo ignoram-se perdas essenciais para a coletividade de um país: por exemplo, a taxa de crescimento do PIB de um país pode ser elevada num determinado período, mas o crescimento que ele reflete pode ter sido obtido mediante a destruição dos recursos naturais não renováveis, a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos, a baixa do salário real dos trabalhadores, etc. Todo esse "custo social" que o crescimento econômico às vezes provoca não é computado pelo PIB. No entanto, como observou Celso Furtado, "esse conceito ambíguo, amálgama considerável de definições mais ou menos arbitrárias, transformou-se em algo tão real para o homem da rua como o foi o mistério da Santíssima Trindade para os camponeses da Idade Média na Europa".

Mas o PIB é apenas uma medida exclusivamente técnica, contábil, ou envolve em sua metodologia um juízo de valor, um determinado pressuposto político? O assunto dessa fábula, de autoria do professor Edmar Lisboa Bacha, Ph.D (doutor) em economia pela Universidade de Yale e atualmente chefe do Depto. de Economia da Universidade de Brasília, é exatamente esse. Ela foi distribuída no encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizado no Recife, no final de julho. E como todas as fábulas que se prezam, termina com uma "moral".

Uma vez um reino situado num longínquo rincão a meio caminho entre o Ocidente e o Oriente, denominado Belíndia. Segundo revelações dos antigos, esse nome, estranha unidade dialética de contrários, tinha a ver com a natureza da colonização original do reino, onde povos trazidos das Índias produziam essências aromáticas que eram vendidas em mercados por comerciantes de origem belga.

Por aquele reino passou de certa feita um economista que, em visita ao rei, explicou de seus afazeres, introduzindo-o aos mistérios dos juros compostos e das taxas de crescimento de produtos e preços. Tão impressionado ficou o monarca com o

visitante que de imediato o contratou para estimar a taxa de crescimento de Belíndia.

Para felicidade do visitante, o reino dispunha de um bom instituto de estatística, que também se dedicava ao traçado de mapas e cartogramas. Atendendo a um pedido do economista, os estatísticos produziram uma imensa listagem na qual arrolavam, na primeira coluna, os nomes dos belíndios economicamente ativos; na segunda coluna, os rendimentos em rúpias-reais (a moeda que circulava no reino) percebidos no ano de MCMLX; e na terceira coluna, a taxa de variação desses rendimentos (em rúpias-reais de poder aquisitivo constante) entre MCMLX e MCMLXX para cada um dos nomes da lista.

A lista era enorme, incluindo uma parcela substancial da população adulta de Belíndia. Entretanto, por um passe de mágica, uma amostra representativa de apenas seis pessoas pôde ser extraída da população, tal como se vê no quadro As Estatísticas de Belíndia.

Com os dados do quadro, o economista pôs-se a trabalhar. Seu problema consistia em agregar (juntar) de alguma maneira essa multiplicidade de taxas individuais de crescimento, de modo a chegar a uma taxa única que representasse o crescimento de Belíndia naquela década. O economista não conhecia as inclinações políticas do rei de Belíndia, mas considerou a hipótese de estar lidando com um liberal-democrata. Se assim fosse, o rei deveria aderir ao princípio básico de "a cada pessoa um voto", independente de cor, sexo, classe social ou crença religiosa. Se uma pessoa vale tanto quanto outra no plano político, é plausível admitir que também a taxa de crescimento de sua renda deve valer tanto quanto a taxa de crescimento da renda de outra pessoa, independentemente da sua condição social.

O agregado democrático das taxas de crescimento seria nesse caso obtido ponderando-se igualmente as taxas individuais de crescimento (isto é, elas teriam o mesmo peso no cálculo da taxa de crescimento). Na amostra considerada — composta por seis pessoas — cada elemento receberia uma ponderação igual a 0,166 — número que somado a si mesmo seis vezes iguala a unidade, como deve acontecer com a soma das ponderações que se prezam. O economista tomou a taxa de crescimento da renda de cada pessoa, multiplicou-a por 0,166 e depois somou tudo. Assim: $15\% \times 0,166 + 2\% \times 0,166 + 2\% \times 0,166 + 2\% \times 0,166 + 2\% \times 0,166 + 2\% \times 0,166 = 4,15\%$.

Com ponderações democráticas, a taxa de crescimento de Belíndia seria de 4,15% na década, ou seja, um meio termo entre a taxa de crescimento da renda de Antônio (15%) e a taxa de crescimento da renda das outras cinco pessoas (2%), aproximando-se mais do segundo número devido à maior quantidade de pessoas cuja renda cresceu só 2%.

Pensando melhor, o economista constatou nos dados a extrema desigualdade da distribuição da renda em Belíndia em MCMLX. Acheu então que uma das metas do rei seria a alteração dessa distribuição no sentido de uma maior igualdade de níveis de renda. Uma expressão quantitativa desse sentimento seria a avaliação das taxas de crescimento na razão inversa da renda das pessoas — isto é, a taxa de crescimento de uma pessoa rica receberia uma ponderação baixa e a de uma pessoa pobre, uma ponderação alta. Assim, como a renda de Antônio é dez vezes maior que a dos outros cinco, sua renda teria uma ponderação dez vezes menor que a dos demais.

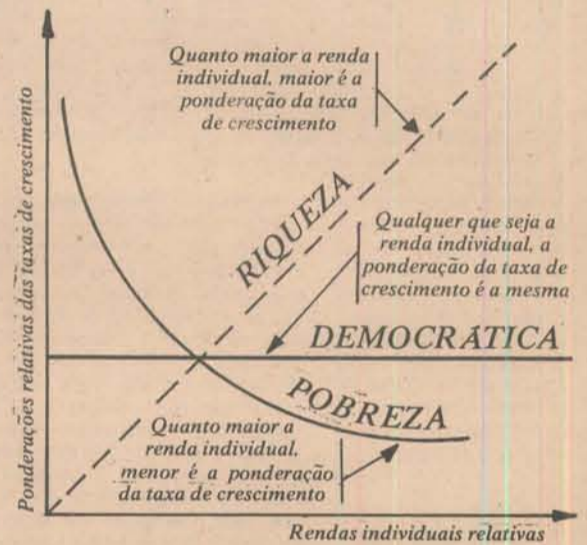
A nova taxa obtida com tais ponderações, o economista denominou agregado da pobreza, por razões que lhe pareceram óbvias. Seguindo as novas regras, ele deu à taxa de crescimento de Antônio um peso de 0,020 e às taxas dos demais um peso de 0,196, que foram os valores mais aproximados às ponderações ideais que pôde obter. Fez novamente as contas: $15\% \times 0,020 + 2\% \times 0,196 + 2\% \times 0,196 + 2\% \times 0,196 + 2\% \times 0,196 + 2\% \times 0,196 = 2,26\%$.

Com ponderações da pobreza, o economista concluiu que a taxa de crescimento da década fora de 2,26%. Portanto, significativamente menor que a taxa democrática, como seria de esperar, já que a taxa da pobreza enfatiza mais do que a primeira a experiência dos mais pobres, cuja renda teve um crescimento bem menor que a dos mais ricos.

Com essas duas taxas — 4,15% e 2,26% — que mediam o crescimento de Belíndia segundo dois critérios de ponderações, o economista estava para considerar como encerrada sua tarefa e inclusive traçou um gráfico para melhor explicar sua metodologia. No eixo vertical colocou o valor das ponderações relativas e no eixo horizontal o valor das rendas individuais relativas. As duas regras de ponderação — a democrática e a da pobreza — foram então representadas pelas linhas cheias do gráfico. A terceira linha, tracejada, o economista havia traçado apenas para referência. Entretanto, verificou que ela expressava um novo tipo de ponderação, exatamente inverso à ponderação da pobreza. De acordo com essa linha, as ponderações das taxas de crescimento são tão mais altas quanto maiores forem as rendas individuais. Ou seja, a taxa de crescimento da renda do rico, vale mais que a do pobre; e as ponderações variam proporcionalmente com a riqueza das pessoas. O economista não podia a princípio ver em que tipo de filosofia política enquadrar essas ponderações, mas finalmente imaginou que elas traduzissem uma aplicação de certo pensamento religioso segundo o qual a riqueza material era um sinal de bem-aventurança futura no reino dos céus; como os ricos eram os escolhidos, cabia ponderar a taxa de crescimento de suas rendas mais fortemente do que as dos pobres a quem estava reservado a danação do inferno.

As ponderações da riqueza para Belíndia foram fáceis de achar. Antônio tinha uma renda de 100 para

Os métodos descobertos pelo economista para expressar a prosperidade de Belíndia



No reino de Belíndia, as pessoas tinham prosperidade muito diferente. O problema do economista era inventar uma maneira de, com uma única taxa, expressar a prosperidade de todo o reino. E ele descobriu dois métodos para fazer isso.

Pelo método democrático, a prosperidade de cada pessoa influa igualmente na prosperidade do reino, independentemente de sua renda. (Assim, no gráfico, a linha democrática mostra que qualquer que seja a renda da pessoa, sua ponderação é a mesma.)

Pelo método da pobreza, a prosperidade dos mais pobres influa mais que a prosperidade dos ricos na determinação da taxa de crescimento do reino. (Assim, no gráfico, a curva da pobreza mostra que, por mais que os poucos ricos progredam, se a grande maioria dos pobres não progredir, a taxa de crescimento do reino será pequena.)

Acidentalmente, o economista traçou uma terceira linha (tracejada) e descobriu que ela também indicava uma maneira de se calcular a prosperidade do reino. E era exatamente o método contrário ao da pobreza: a linha da riqueza mostra que, mesmo tendo a maioria das pessoas progredido pouco ou regredido, basta que um pequeno número de ricos tenha uma prosperidade espetacular, para que o reino também tenha uma grande taxa de crescimento.

uma renda total do reino de 150; logo, a ponderação da taxa de crescimento de sua renda seria de $100/150$ que é igual a 0,666; cada um dos demais membros — com renda de 10 rúpias — teria uma ponderação de $10/150$, isto é, 0,066. E o agregado da riqueza pôde ser obtido imediatamente: $15\% \times 0,666 + 2\% \times 0,066 + 2\% \times 0,066 + 2\% \times 0,066 + 2\% \times 0,066 + 2\% \times 0,066 = 10,65\%$.

O relatório final, portanto, concluiu com três alternativas para a taxa de crescimento de Belíndia na década entre MCMLX e MCMLXX: 4,15% utilizando a ponderação democrática; 2,26% utilizando a ponderação da pobreza e 10,65% segundo a ponderação da riqueza. O rei ficou muito impressionado com o relatório que o economista fez, onde ficava claramente ressaltada a necessidade de um juízo de valor, de um julgamento político, antes de poder chegar a um valor agregado para o crescimento do reino. Qual não foi a surpresa entretanto, ao receber um relatório de seus próprios conselheiros, onde se afirmava que a taxa de crescimento da economia na década tinha sido de 10,65% e ponto final. "Como os senhores chegaram a esse resultado?", perguntou o rei, de posse do relatório do economista visitante que ainda não fora dado a conhecer aos pares do

reino. "Muito simplesmente, majestade. A renda total do reino em MCMLX foi igual a 150 rúpias-reais. Para calcular a renda de MCMLXX basta ver que a renda de Antônio, que era de R\$100 aumentou de 15%, logo passou para R\$115; a renda de cada uma das outras seis pessoas era de R\$10 e o aumento de 2%, logo passando para R\$10,2 em MCMLXX. Somando tudo, verifica-se que a renda das seis pessoas passou de 150 rúpias-reais em MCMLX para 166 rúpias-reais em MCMLXX.

Para calcular a taxa de crescimento do reino na década, basta pois subtrair 150 de 166 e dividir o resultado por 150, ou seja: $(166 - 150) \div 150 = 10,65\%$. Essa, majestade a taxa de crescimento do agregado que, na contabilidade nacional se chama de renda pessoal disponível. Desde que somemos a esse agregado o valor dos impostos e da depreciação, obtemos o conceito de Produto Interno Bruto — PIB — que vossa majestade tem usado frequentemente e cuja taxa de crescimento é praticamente igual à da renda pessoal disponível, como lhe poderemos mostrar".

"Não, não, está bem," respondeu o rei, que não suportava o economista de seus conselheiros, o qual sempre o

As estatísticas de Belíndia

Nome	Renda mensal em rúpias reais em MCMLX	Taxa de crescimento da renda, em preços constantes, entre MCMLX e MCMLXX
Antonio	100	15%
Celso	10	2%
Conceição	10	2%
Fernando	10	2%
Francisco	10	2%
Paulo	10	2%

Fonte: Instituto Belindiano de Estatísticas-IBE

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

deixava muito confuso, acostumado que era aos raciocínios simples e diretos. E sozinho pôs-se a meditar: enquanto o economista visitante lhe apresentara três taxas de crescimento diferentes, calculadas a partir de três

diferentes critérios, seus conselheiros lhe apresentaram somente a taxa de crescimento do PIB — de 10,65% — que coincidia exatamente com a terceira taxa de crescimento do economista visitante, calculada com as ponderações da riqueza. Logo se tornou claro para ele o mistério: medir o crescimento do PIB diretamente é

apenas uma maneira de encobrir um sistema de ponderações no qual cada pessoa comparece com o valor de sua renda; portanto, o resultado dos dois procedimentos teria que ser necessariamente o mesmo.

O rei compreendeu então que o PIB era uma espécie de felicitômetro dos ricos. Resolveu demitir imediatamente

seu conselheiro-mor para finanças, que de longa data lhe vinha assegurando que o PIB era uma medida exclusivamente técnica, envolvendo apenas conceitos contábeis, e não tendo qualquer implicação ética. E decretou a fundação que calculava as contas nacionais que doravante explicitasse as ponderações adotadas,

utilizando os três critérios alternativos de crescimento tal como apresentados no relatório do economista visitante. E desde esses acontecimentos, o reino tem vivido dias mais felizes, pois embora pobre passou a contar com medidas honestas de crescimento.

Moral: Já não se fazem reis como antigamente.

(Entrevista com Alberto Ruiz Eldredge, ex-embaixador peruano no Brasil e novo diretor do jornal Expresso) "CHEGOU A HORA DOS QUE MANEJAVAM O PODER DA IMPRENSA"

Na madrugada do dia 27 de julho Alberto Ruiz Eldredge deixava de ser o embaixador peruano no Brasil para se tornar o novo diretor do jornal *Expresso*, em cumprimento a um decreto governamental que desapropriava todos os jornais peruanos com circulação superior a 20 mil exemplares. De todas as reformas sociais introduzidas pela revolução peruana esta foi a que mais despertou polêmicas no exterior. O *New York Times* viu na medida a implantação do "reino do silêncio" no Peru. Os órgãos tradicionais da imprensa latino-americana atacaram a medida qualificando-a de "comunizante", "ditatorial". Já o jornal inglês *The Guardian* aproveitou a oportunidade para examinar a situação da imprensa em toda a América Latina.

Os jornais desapropriados foram:
• *Expresso*, com circulação de 80 mil exemplares. Era dirigido por uma cooperativa de jornalistas e funcionários desde 1971. Com uma linha considerada progressista apoiava plenamente a revolução peruana, o que não acontecia com os outros jornais, que também passaram a ser propriedade de grupos sociais da população.

• *El Comercio*, com uma tiragem de 100 mil exemplares, fundado em 1839. Era o segundo mais antigo jornal da América Espanhola.

• *La Prensa*, que passou a ser propriedade das comunidades trabalhistas de comerciantes, industriários, pescadores e mineiros. Tiragem de 100 mil exemplares.

• *El Correo*, que com uma circulação de 100 mil exemplares passa a ser dirigido por profissionais liberais.

• *Ojo*, do mesmo grupo de *El Correo* passou a ser propriedade das associações de escritores, artistas e intelectuais em geral.

• *Última Hora*, controlado pelo mesmo grupo de *La Prensa*, foi transferido para os trabalhadores da construção civil, bancos, estabelecimentos comerciais e transportes.

Antes de retornar ao Peru, o ex-embaixador Alberto Ruiz-Eldredge que em 1962 foi candidato à presidência de seu país explicou, em entrevista a Teodomiro Braga, de Opinião as razões que levaram o governo peruano a desapropriar os grandes jornais e como deverá funcionar a nova imprensa no Peru.

Opinião — Como será o jornalismo peruano depois das expropriações?

Eldredge — Primeiro seria bom explicar as causas e os fins das expropriações. Resumidamente, trata-

se de uma reforma de estruturas. Assim como tem havido reforma agrária, do setor pesqueiro, industrial, bancário, etc., se produziu a reforma da estrutura jornalística, que estava no plano do governo revolucionário, o chamado *Plano Inca*. Havia pequenos círculos de pessoas que eram os donos dos jornais, cada círculo com aproximadamente 10 pessoas em média. Que fez o governo? Passou os diários para o poder de setores significativos da população: para os camponeses, que são mais de 5 milhões, para os operários, técnicos e profissionais de indústrias (cerca de 500 mil), para as comunidades educativas que envolvem 3 milhões de pessoas, para os artistas, escritores, enfim o mundo da cultura, que é calculado em 50 mil pessoas e para o pessoal dos serviços de transportes, telégrafos, etc., que somam mais de 2 milhões. Estes vão ser os proprietários dos jornais no prazo de um ano: são 11 milhões de pessoas que vão usar pela primeira vez os meios de expressão, exercendo um direito independentemente no poder público. Portanto, não é uma estatização e sim um sistema de propriedade social. Da propriedade individual de 70 pessoas se passou à propriedade social de 11 milhões de pessoas. É uma democratização da imprensa.

Um segundo fator fundamental é que no futuro haverá participação dos jornalistas na organização e direção dos jornais. Então se passará da obediência à participação. Isto significa a emancipação dos jornalistas.

Aonde podemos recorrer para provar que a expropriação está certa? Aos próprios trabalhadores e aos próprios jornalistas do Peru. No Peru há sindicalismo livre, organizado e muito ativo, muito vigoroso, enérgico, que funciona dentro de quatro grandes centrais ou federações: CTRP (Confederação dos Trabalhadores Rurais do Peru), CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru), CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores) e CTP (Confederação dos Trabalhadores do Peru). Estas três primeiras aprovaram plena, expressa e livremente a medida. A CTP não se pronunciou. Estas três representam pelo menos 70% dos trabalhadores organizados. E a outra representa 15% (os outros 15% não pertencem a nenhuma organização, são, digamos, independentes).

A Federação dos Trabalhadores Gráficos, que reúne todos os trabalhadores e técnicos de imprensa do Peru — os linotipistas, armadores, rotativos, etc. — manifestou-se

unanimemente a favor e com comunicados oficiais públicos de apoio e respaldo.

Há ainda a declaração do monsenhor Luís Vallejos, bispo de Callao, a favor da medida. Houve grandes manifestações do povo a favor em 28 e 29 de julho, em Lima. Isoladamente — e alguns jornais brasileiros deram enorme destaque a isso — 300 universitários fizeram uma manifestação contra, no elegante bairro, de Miraflores, reduto oligárquico. Mas o que vale 300 contra dezenas de milhares de trabalhadores? É uma pequena minoria que está em desacordo. Pela foto que os jornais publicaram a gente vê que tipo de protesto foi este. Em protestos as pessoas costumam aparecer com expressão feia, de cólera. Mas esses rapazes pareciam rindo nas fotos, como se tudo fosse um carnaval.

A imprensa peruana, respondendo então à pergunta, vai ser independente e ficar em poder das grandes maiorias, em vez de só de 70 pessoas como era no passado. Havia antes diários de propriedade de quatro pessoas, como *El Correo*, ou de 30 pessoas de uma só família, como era o caso do *La Prensa*. Com grandes reformas o governo depôs os que manejavam a indústria, a pesca, os bancos... Chegou a hora dos que manejavam o poder da imprensa. Perfeito e lógico que, uma vez liquidado as raízes do poder desta minoria, não se poderia deixar de liquidar o poder da imprensa e passar o poder ao povo.

Os jornalistas no Peru estão organizados em três centrais: Federação Nacional dos Jornalistas, Federação de Jornalistas do Peru e Associação Nacional de Jornalistas. A primeira e a última se pronunciaram a favor e a outra contra. Curiosamente, a que se pronunciou contra é a que inclui os antigos diretores dos jornais.

0 — Como vê as acusações de que as expropriações de jornais significam o fim da liberdade de imprensa no Peru?

0 — Como disse o presidente Velasco Alvarado, não havia uma liberdade de imprensa e sim liberdade empresarial, ou seja, de donos de diários. Esta liberdade de imprensa não era toda a liberdade da população, que não tinha como expressar-se. Ademais, alguns diretores expropriados defendiam interesses de multinacionais e dependiam do poder de dinheiro estrangeiro ou da plutocracia internacional. Havia exceções de jornalistas muito dignos e respeitáveis. Mas a lei da grande reforma — que não tem caráter

repressivo nem punitivo — teve que ser forçosamente geral e como prova disso foi a inclusão de diários amigos do governo.

0 — Quais as garantias de que o governo não se utilizará da intervenção para exercer o controle da imprensa?

0 — A garantia é a perfeita boa fé do governo demonstrada em seis anos com o prestígio e sólido apoio popular e também a ação honesta e os princípios das Forças Armadas e do presidente Velasco Alvarado.

Há também um sindicalismo poderoso, um sistema de oportunidades com cooperativas que representam os trabalhadores. O povo não está ausente. Está organizado em sindicatos, cooperativas, comunidades industriais, comunidades mineiras, comunidades pesqueiras, camponesas, ligas de agricultura, federações de trabalhadores e grandes confederações que são ativas e sabem fazer respeitar seus direitos. O povo peruano é combatido em seu grande espírito de justiça e por isso mesmo apóia plenamente todo o processo da revolução, que tem como um dos objetivos a autêntica liberdade de expressão e a imprensa em poder do povo.

0 — Como será a estrutura capaz de assegurar "a maior participação de todas as classes sociais nos problemas da nação?"

0 — A estrutura será a base das organizações de cada setor. Por exemplo, os camponeses, através da Confederação Nacional de Camponeses das ligas de agricultores, das cooperativas de agricultores. A comunidade educacional pelas suas organizações de magistério, federações de estudantes, de pais de família, de diretores de colégios, etc. E assim os demais setores. Em todos eles e através de cada diário, participarão também os respectivos jornalistas. No jornal que vou dirigir, da comunidade educacional, se reunirá em assembléia e ali se discutirá a política de educação e se determinarão os aspectos que serão transcritos depois sob a forma jornalística. O jornalista agora não é o braço apenas, ele vai participar das assembléias. Ele não só senta na máquina para redigir a notícia mas também participa da discussão da notícia que será dada. Atualmente, eu pergunto: como é um grande jornal? O diretor pede ao jornalista para defender o aumento da carne e se o jornalista não está de acordo tem de escrever assim mesmo senão é despedido. Portanto, a reforma per-

mite que o jornalista discuta e fale ao diretor: "não senhor, temos de defender o consumidor, o povo". Já está a liberdade de imprensa, a participação.

0 — Qual será o papel dos meios de comunicação social da revolução peruana?

0 — Duas coisas fundamentais que até agora não se cumpriam: participação e comunicação vinculatória. Antes não havia participação, como acabei de mostrar. Não participavam interesses do povo nem dos jornalistas, só de diretores. Por outro lado, vem a comunicação vinculatória. Por que? Porque no passado havia comunicação divisionista, que colocava um setor do povo contra outro setor do povo para defender interesses particulares. O sentido da comunicação vinculatória é buscar a união, condicionar grupos sociais a partir de bases sociais para cima de modo que os setores sociais se comuniquem através dos diários que os atendam. Outro aspecto: o jornalismo no Peru estava vinculado à lógica do lucro, a ganhar dinheiro, era um criador de utilidades e benefícios para um pequeno grupo. A reforma tem como objetivo o serviço social e não o lucro.

0 — Como recebem as críticas de organismos internacionais de imprensa, como a Sociedade Interamericana de Imprensa?

0 — O governo peruano e creio que toda a maioria do povo não deram a menor importância à SIP. Um dirigente da SIP que tem se permitido criticar com dureza a reforma peruana é a mesma pessoa que em seu país (no Chile) aplaude e defende o fechamento de 50 periódicos e meios de expressão. Que autoridade moral tem? Nenhumha! (1)

0 — Há censura à imprensa no Peru?

0 — Não há nenhuma censura. O que existe é uma lei que pune delitos de calúnia e difamação e isto se resolve na Justiça. A lei obriga ainda a publicar cartas de retificação porque antes se ofendia muita gente. *La Prensa*, por exemplo, atacava a mim e a outros peruanos em primeira página como delinquentes por defendermos o petróleo. Quando eu escrevia carta de retificação, ele não publicava.

(1) O jornalista em questão é Espejo Silva, diretor do jornal chileno *El Mercurio* e vice-presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa.

O MUNDO SELVAGEM DOS LIVROS

O resultado das pesquisas de Opinião junto aos editores, que de um modo geral reclamam de dificuldades em seus negócios, foi quase sempre inexpressivo. Faltava às suas respostas uma caracterização mais ampla que pudesse situar objetivamente o problema das editoras atualmente no Brasil. Quase que unanimemente eles atribuíram à crise do papel e à restrição de crédito a parcela principal de responsabilidade do mal andamento

dos seus negócios. E não foram mais longe. Opinião decidiu então convidar um homem com ampla circulação na área editorial, que não fosse apenas um editor, e sim, digamos, um especialista no setor.

Fernando Castro Ferro, editor com experiência internacional, fundador das editoras Expressão e Cultura e Liceu, conhecido tradutor de obras como *O Velho* e *o Mar*, de Hemingway

e *O Jogo da Amarelinha*, de Julio Cortázar, ficou de início relutante em aceitar a tarefa. Afinal, argumentava, seria necessário um livro para falar sobre a situação das editoras no Brasil, "um livro que não venderia e que traria mais uma dor de cabeça a seu editor". Mas acabou por concordar em expor suas idéias sobre o assunto com a economia de meios que o espaço do jornal exige.

No breve espaço de dois anos, três grandes editoras entraram em concordata, quatro ou cinco de pequeno porte quase cessaram suas atividades, outras tantas foram vendidas, uma das maiores teve de recorrer a capital estrangeiro (mesmo se capital irmão) para não estrangular uma parte de seus projetos de desenvolvimento, a maioria das restantes, com raras exceções, já não sabem o que fazer para melhorar sua

estrutura econômica (quanto à estrutura financeira já há muito desmoronou por falta de suficiente proporção de cimento nos seus alicerces).

Talvez contra os desejos iniciais de Opinião, vamos deixar de lado essas concordatas que deram origem a estas linhas, mas não sem algumas rápidas palavras a seu respeito: a *Civilização*

continua na página 16

continuação da página 15

Brasileira, há já muitos anos uma das mais importantes editoras do país, foi a primeira dessas três a pedir concordata. No seu caso específico, as razões foram um acúmulo de circunstâncias, a maior parte delas fora do âmbito editorial — como o desmoronamento do prédio onde sua livraria estava instalada — cujos resultados não provaram ser muito saudáveis. Atualmente, a *Civilização* já sanou sua situação econômica, embora ainda lutando contra problemas financeiros. A segunda foi a *Lisa*, uma editora que, a nosso ver, se desenvolveu demasiado rapidamente com uma grande diversificação de linhas e sem as bases essenciais, editorialmente; como se vê, um caso oposto ao da *Civilização*. A terceira, mais recentemente, foi a *Brasiliense*, editora de longa tradição, uma das mais antigas do país, que tinha bons alicerces e uma política editorial bem definida. Neste caso, parece-nos que faltou a atualização, o trabalho editorial “para o futuro”, alguns anos atrás. As razões nos três casos foram inteiramente diferentes, sem dúvida, mas teriam essas concordatas ocorrido se a indústria do livro tivesse acompanhado o desenvolvimento do resto da indústria nacional? Parece-nos que não. Parece-nos mesmo que os responsáveis pela economia do país não teriam deixado entrar em concordata uma empresa importante da indústria de transformação, por exemplo, sem um mínimo de auxílio. E dizemos mínimo, pois que, segundo nossa informação, os problemas financeiros, no caso dessas três editoras, não alcançavam 1 milhão de cruzeiros em cada uma. Na verdade, cada uma delas, com um pouco de “talento financeiro humano” no seu seio, teria evitado a situação em que se encontrou. Mas o editor não é verdadeiramente o tipo humano mais indicado para se mover à vontade pelos labirintos econômico-financeiros dos nossos tempos. Perde-se e volta a perder-se no seu ridículo desejo de colocar bons livros nas livrarias. De resto, isso de concordata é mais uma questão de “azar” do que de outra coisa. Tudo depende de a quem se deve, de quem lhe deve, de ter ou não um “cobra” financeiro na editora que não está pensando em livros, mas sim no “vil metal”, etc. Mas, como já dissemos, mais vale deixar de lado toda esta questão e falar do que real-

mente interessa. Por que razão vão tão mal tantos editores? O que está errado e disto estamos certo, não é a situação desta ou daquela editora, mas sim toda a estrutura do “negócio” do livro, toda uma estrutura que está ameaçada de ruir e que, de momento, é suportada por alguns editores que sabem perfeitamente que serão os primeiros sacrificados e que tudo lhes cairá em cima se não houver um movimento geral para sanar a situação. A “doença” é econômica, financeira, editorial. Os três aspectos deram-se as mãos e foram por mau caminho — com o grande vilão sendo o “capital”, o financiamento.

O “negócio” da edição é lento, seus frutos vão surgindo muito devagar. Trata-se de um negócio de longo prazo. Os lucros reais estão nas reedições, ao longo dos anos. Na Europa, por exemplo, quase 40% do faturamento das principais editoras provém de reedições de livros publicados há mais de 10 anos. Cada novo livro é estudado com muito cuidado antes de ser publicado. Um dos principais critérios para sua escolha, na maioria dos casos, não é seu valor “atual”, mas sim o valor potencial de reedição, por muitos anos, que ele possa ter. Para isto, é claro, torna-se essencial dispor de um importante capital para financiamento, única forma para os editores poderem esperar seus frutos nos anos vindouros. Todo o editor consciente em qualquer país investe para o futuro. Essa é, na realidade, a essência do negócio do livro. Os editores conscientes do Brasil — pois eles existem — sabem isto perfeitamente. Mas são forçados (voltaremos a isto mais adiante) a trabalhar a curto prazo. Já se chegou ao cúmulo, entre nós, de lutar para investir no livro que já foi publicado, isto é, encontrar a fiança para pagar o que já foi produzido. Assim, o editor brasileiro, em vez de financiar o futuro, está financiando o passado! Isto significa que o livro lançado hoje tem por meta principal, do ponto de vista financeiro, pagar o livro lançado ontem. Assim, na tentativa de encontrar um equilíbrio econômico impossível, o editor multiplica-se, lançando livro após livro, saindo mesmo de sua própria orientação editorial, passando a confiar no livro que lhe dê uma rentabilidade razoável

a curto prazo, já sem mesmo se preocupar com aquele que daria uma rentabilidade muito maior a longo prazo. Este mal, é claro, não é exclusivo do ramo editorial. Muitos tipos de empresas sofrem da mesma falta de capital. Todavia, sucede que o negócio do livro é, de fato, diferente de todos os outros.

Diferente, por quê? — perguntará o economista, cético. É um fato. E, por ser diferente, o esforço do editor, aqui já do ponto de vista empresarial, é imenso e mal compreendido. Alguns anos atrás, um estudo feito por economistas, na Inglaterra, demonstrou que o negócio do livro é diferente de todos os outros, exigindo uma maior flexibilidade e “dispersão” do capital por parte do empresário, pelo fato de cada livro publicado ser um novo produto sem relação com o anterior e, muitas vezes, com um público inteiramente diferente, com estrutura de custos diferente e com toda a espécie de decisões diferentes a serem tomadas. Nessa pesquisa, ficou provado que o outro único negócio mais ou menos semelhante era o dos discos, em que cada novo disco também é um novo produto. Assim, o editor tem de usar o seu critério e sua decisão até, em muitos casos, 120 ou 150 vezes por ano, investindo de cada vez (e pagando de cada vez o livro anterior) num novo produto, por assim dizer no *esquivo*. Aqui, torna-se necessário recordar que, na maioria das empresas de outros tipos, os produtos diferentes lançados por ano não passam de meia dúzia e são sempre planejados para serem “reeditados” várias vezes, com cada um deles dando um lucro assegurado durante meses e até anos. O que aconteceria a uma indústria de automóveis que tivesse de lançar 100 novos modelos por ano ou a uma indústria farmacêutica que tivesse de produzir um medicamento para vender durante apenas seis meses ou um ano e, depois esquecê-lo?

Se repetimos que o editor nacional está trabalhando a curto prazo, com 10 por cento da produção mensal sendo de novos títulos (obras), com cada um deles tendo em média de 5 a 6 meses de venda e, também, com cada um, em média, vendendo apenas 3 mil unidades — que solução poderá um economista “cobra” encontrar para o editor que não tenha a sorte de

publicar um ou o outro dos chamados *best sellers*, que não tenha o capital para esperar resultados a médio ou longo prazo e a quem a livraria está sempre exigindo “novidades” e *torcendo o nariz* às reedições, que podem constituir um “produto” muito mais seguro, mas de venda lenta ao longo do ano?

Seria impossível, aqui, analisar toda a situação do livro no Brasil. Na realidade, o assunto está merecendo mais um livro que não venderia e que traria mais uma dor de cabeça a seu editor. Não poderíamos abranger aqui as várias linhas e tipos de livro, pois cada uma dessas linhas tem um público diferente, seus problemas específicos e suas soluções. No entanto, a chave do problema está toda nas reedições ou, seja, na exploração a longo prazo e com mais consciência de cada “produto”, na exploração por todos os meios possíveis de cada obra publicada. Para isso, o editor terá de lançar menos “novidades” e concentrar-se mais na criação de um autêntico “fundo editorial” e, para isto, terá de vencer a resistência dos livreiros, que preferem vender poucos exemplares de muitas novas obras diferentes, em vez de vender muitos exemplares de poucas obras diferentes — com o primeiro processo dilapidando os escassos recursos financeiros do editor e o segundo sendo o único a poder dar-lhe uma certa tranquilidade.

A situação atual é insustentável e mais concordatas e falências se verificarão — ou, mais provavelmente, a entrada de “estrangeiros” na indústria do livro no Brasil ocorrerá mais assiduamente, o que tem os seus perigos, embora talvez proporcione o capital para a mudança de curto para longo prazo que terá de vir, pois o livro, como tudo o que é sólido e profundo, vive de uma ação a longo prazo.

Muito teríamos ainda a dizer sobre sua interrogação quanto à debilidade do mundo da edição no Brasil, mas deixaremos para o próximo número alguns dos problemas-chaves e, também, algumas das soluções que são viáveis sem grandes mudanças estruturais. Mas, contudo, queremos desde já deixar bem claro que muitas das razões geralmente alegadas por certos editores não condizem com o que está à vista para todos verem. O fato é que há várias editoras nacionais que lançam

por mês mais do dobro de novos livros do que grande parte das editoras mais importantes dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra, da Alemanha. Esses livros, por vezes importantes, são esquecidos quatro ou cinco meses mais tarde. Podemos garantir que 80 por cento dos livros lançados, digamos, há dois anos, estão totalmente fora do mercado, não havendo um só exemplar deles à venda nas livrarias de São Paulo ou do Rio, os dois principais mercados do livro. Que dizer, então, de livros escritos e publicados há 20, 30, 40 anos? Esses livros, pelo menos os melhores deles, deveriam constituir uma parte importante do atual faturamento das editoras. E que frustração para o público leitor, quando procura um livro publicado há mais de dois anos! Esta situação, infelizmente, é característica do Brasil — mas tem de mudar, ou não teremos mais editoras num futuro próximo.

Felizmente, o público leitor aumenta e não parece ser muito abalado pelo elevado preço dos livros. Todos os editores com que temos falado ultimamente confirmam-nos que estão vendendo mais unidades do que em anos anteriores, mas para conseguirem isso, também têm de lançar mais livros diferentes do que em anos anteriores. O que isto significa e o que pode ser feito a esse respeito são aspectos que poderiam constituir o tema de nossos próximos comentários. A suposta (até certo ponto suposta) falta de papel, a deficiência da distribuição no território nacional e os altos custos gráficos costumam ser os “bodes expiatórios” de muitos editores que não querem reconhecer a deficiência geral da estrutura, mas a verdade é que são de importância menor e não são a causa — e sim talvez um resultado. (Não se está consumindo menos papel do que em anos anteriores: a distribuição está mais eficiente e tende a melhorar; os custos gráficos baixarão quando houver menos obras diferentes e tiragens maiores para cada uma).

Na realidade, o mal está à vista de todos, de quem entrar numa livraria e notar a quantidade de novos livros que chegam constantemente, ficando verdadeiramente indeciso, sem saber o que comprar ante a variedade excessiva, a “selva” do consumo rápido em que se transformou entre nós o negócio do livro.

A LIQUIDAÇÃO DOS SECOS & MOLHADOS

Tárik de Souza

Poderia ter sido até uma réplica brasileira de fenômeno Beatles. Eram quatro rapazes (o baterista, Marcelo Frias saiu logo no começo do conjunto), depois um trio, de cultura e hábitos aparentemente na linha do rock, cuja explosão no Brasil seria proporcional ao do conjunto inglês, em níveis internacionais. Proliferaram, no mercado brasileiro depois deles, grupos, imagens e atitudes semelhantes ou copiadas, que apenas atestavam o sucesso de uma série de conceitos e idéias aplicadas através da música, usada ao paroxismo pelos meios de comunicação. Os Secos e Molhados formavam um quadro em agressivo movimento, como uma misturadeira, girando rock, literatura, artes plásticas, teatro e comportamento. A explosão de tantas informações agrupadas, acabou, no começo do mês, resultando na própria pulverização da unidade interna do grupo. Distendido por pressões tão violentas, algumas iguais e contrárias, e a catalização de uma incalculável soma de arrecadação tornou o trio um desconcerto de cabeças: das quatro que apareciam comportadamente decepcionadas na célebre capa do LP de estréia, as três restantes projetadas em armações de vime, de descarnadas perucas no segundo disco, ganharam forma e corpo. E cada indivíduo — Ney de Souza Pereira, Gerson Conrad e João Ricardo Apolinário — surgiu com sua particular personalidade, já irresistível à imagem unissona de trabalho de grupo. “Por que ainda não

descobrimos Secos e Molhados como pessoas específicas. É isso que eu quero, um mínimo de consideração, que hoje ninguém tem mais com ninguém”. As palavras foram ditas por João Ricardo a Ana Maria Bahiana, na edição de 3 de dezembro do ano passado, neste jornal. Hoje, com o grupo desfeito, elas soam com uma profecia, apenas avessa às suas intenções originais. O trio e suas novas aspirações, isoladas ou paralelas, estão nestes três depoimentos tomados na agitação da dissolução do grupo, antes, durante e depois da gravação de sua apresentação no programa de TV, *Fantástico*, uma semana atrás, pela reporter Martha Zanetti.

Gerson Conrad, 22 anos, paulistano, descendente de austríacos e filho de um diretor das listas telefônicas, era o de gestos mais calmos, o quase obscuro o quase mudo, o instrumentista, o, digamos, George Harrison do conjunto. (Na briga, Gerson ia queixar-se da obstinação de João Ricardo em permitir apenas músicas compostas por ele, sempre imaginando uma soma crescente de direitos autorais. No segundo LP, Gerson conseguiu apenas colocar uma composição, em 13.) Pintava o rosto igual, na maioria das apresentações, uma máscara semelhante à do Zorro, prateada, em redor dos olhos, “porque eu me habituei, é mais simples e ao mesmo tempo fixa, sabe, a imagem”. Na época da bossa nova, ouvia com especial atenção Baden Powell e prin-

cipalmente Paulinho Nogueira, sempre quis formar um conjunto, mas não levou “a idéia muito a sério” até o convite de João Ricardo. O sucesso não o transformou, diz ele, com sua aparência calma e bíblica e dos três, possivelmente é o que, de fato, parece ter sido menos desviado de sua vida plácida. Ainda mora com os pais (“eles gostavam muito do meu trabalho nos Secos”), comprou um SP-2, e continua cultuando os planos de tornar-se arquiteto, apesar de pensar numa carreira individual, talvez ao lado de Ney Matogrosso. Nas ruas, foge das grandes aglomerações, centros comerciais, quando as pessoas começam a olhar demais seu rosto sem pintura, no “será-que-é-ê” habitual. “Aí já atrapalha muito”, diz.

Influenciado pelos Beatles, passou do piano ao violão, também porque quebrou o braço, ainda adolescente, e “o violão era um instrumento mais fácil de carregar e tirar aquele tipo de melodia”. Nunca fez música, sempre interessou-se pouco por política, vendia ações na Bolsa de São Paulo, na época do boom do mercado, fez estágio na Construtora Adolpho Lindenberg e pretendia incorporar-se a um grupo de estudantes que Oscar Niemeyer levava para estagiar na França. Jogava basquete (“sempre nas equipes de clubes, divisões inferior, fez natação e gostava de tênis, mas largou tudo em 69, enquanto estudava. (“Na faculdade

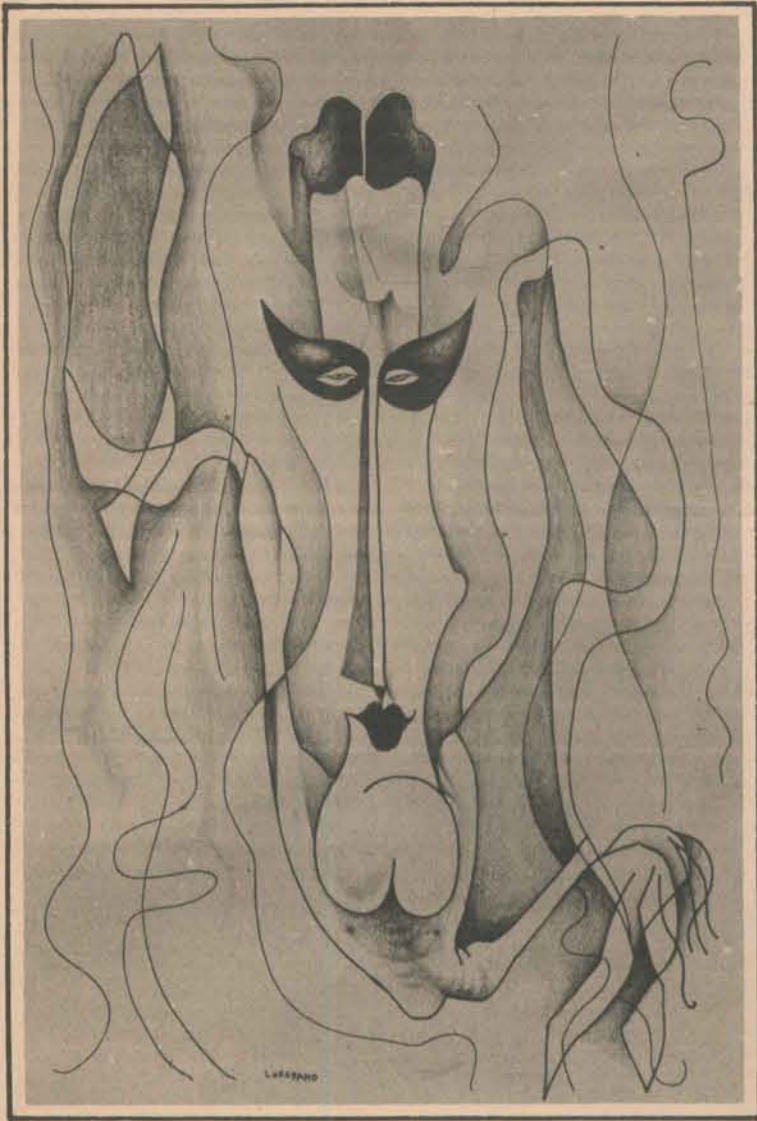
eu gostava de planejar os interiores, desenhar fachadas”). Antes dos Secos e Molhados, Gerson (“como me chamavam em casa”) Conrad (“meu nome na faculdade”) namorou os conjuntos “Sic Sunt Res” e “Detroit”, mas descobriu que eles pouco criavam, “eles apenas imitavam os estrangeiros”. Gerson tocava guitarra, na época, e tinha muita dificuldade de se relacionar com os colegas da faculdade: “Eles viviam em grupinhos e o assunto era sempre automóveis. Dirijo desde 70, antes eu andava no Corcel do meu pai, mas tenho uma queda por carro esporte italiano. Gosto de carro esporte clássico tipo Alfa, mas nunca fui fanático por carro. Só corro quando estou com pressa”.

Magro, forte sotaque paulista, uma cicatriz perto do tendão, na perna esquerda, do desastre de trens de Mogi das Cruzes, onde estudava, Gerson declarava, antes de admitir que estava saindo do conjunto, que sua vida havia mudado em termos financeiros, claro: “Para mim que vivia com saláriozinho, de estágios, trabalhando dois meses e parando... Ele apenas fazia questão que frisasse que desde o início o trabalho tinha sido muito mal dividido. (Quanto a parte financeira, preferia não dizer nada”, claro tou magoado com uma série de coisas. Mas não discuto o cara, não. Tenho uma amizade com o João Ricardo de oito anos, que não se joga fora de uma hora para outra”.)

Ney de Souza Pereira, 33 anos, nasci-

do em Bela Vista, Mato Grosso, foi criado ao longo de muitas viagens por cidades brasileiras. O pai, (Antônio Matogrosso Pereira) oficial de Aeronáutica, hoje na reserva, trabalhando na segurança de uma usina em Urubupungá, teve muita influência nos arroubos e limites do filho, temperados pelo incentivo incondicional da mãe, Béita de Souza Pereira. Ney saiu de casa aos 17 anos (“sou de Leão, não permito interferência no que faço”), mas hoje relaciona-se bem com a família, apesar do pai ter achado abusivo o quadro que viu no começo do sucesso dos Secos e Molhados, na TV: “Rebolando, cantando fino e ainda com uma calça de odalisca que mais parecia uma saia, aí ele achou que era demais”. Independente e voluntarioso, nômade e capaz de viver as mais absorventes realidades (foi artesão, pescador, enfermeiro de crianças paraplégicas, ator e cantor de boate), Ney foi o pivô da revolta de dissensão do grupo. “Os Secos e Molhados tinham virado máquina de ganhar dinheiro. Não se tinha tempo de curtir nada, era um trabalho exaustivo, para, na divisão do dinheiro, a empresa montada por João Ricardo ficar com tudo”. Antes de sair de São Paulo para a última gravação do conjunto (as músicas *Terceiro Mundo* e *Flores Astrais*, para o *Fantástico* e *Hierofonte*, para o *Programa Globo de Ouro*) Ney deixou uma entrevista

continua na página ao lado



continua na página ao lado

patética no *Jornal da Tarde*, "com o compromisso de ser publicada apenas no dia seguinte à gravação", onde garantia que, após o pagamento da conta de luz de seu apartamento, lhe sobravam cem cruzeiros para o fim de semana. A gravadora Continental, do conjunto, lhe adiantara o dinheiro do aluguel; em suma: "Agora voltei para onde João Ricardo me tirou, um dia: a sarjeta. Em compensação, voltei a dormir e sonhar, o que não conseguia fazer há mais de um ano".

Sem a pintura agressiva de Save, os movimentos cortantes ocultos sob a densa máscara negra (no *Fantástico*, ele usou uma fantasia rutilante de metal prateado, feita pela escultora Mari Yoshimoto) Ney é afável e atento, só um pouco agitado. Seu corpo magro perdeu três quilos, na rotunda maratona do sucesso do conjunto, onde, em cada *show*, ele se contorceia como uma enguia enjaulada, arrebitando o corpo "com a expressão corporal que eu aprendi quando era ator". Não sabe quanto vendeu realmente o Lp de estréia (seus números sempre nebulosos, vão de 500 a 700 mil cópias), e confia no seu trabalho, o segundo: "antes eu usava esta extensão da minha voz quase como uma curiosidade. Era uma coisa assim meio crua. No segundo Lp, já trabalho melhor a minha voz e na faixa *Oh! Mulher Infiel* canto em grave. São uns graves meio ridículos, mas são os que eu tenho". Aproveita a presença do maestro Julio Medaglia, que fora convidado para interpretar umas canções renascentistas profanas (estamos no dia seguinte ao último espetáculo do conjunto. Gerson e Ney já relaxados, na casa de um amigo comum) e procura informações técnicas sobre a célebre questão de sua voz de contratado. Ao que parece,

Ney, que conversando tem apenas uma voz levemente aguda, seria um prodigioso "falsetto", desenvolvido desde suas primeiras apresentações, quase dez anos atrás, ainda quando morava em Brasília. "A primeira vez que cantei assim para um auditório cheio, as músicas *Primavera* e *Reza*, da bossa nova, fui chamado de bicha pela primeira vez. Reagi e enfrentei o agressor, esperando que ele se calasse. Daí em diante criei este tipo de atitude que o pessoal diz que é agressiva no palco. Acho que é mais para eu me defender". Ney, que chegou a cantar num filme com pseudônimo de Bill Rivas ("porque os caras queriam um balanço à la Simonal"), tremia no palco das primeiras vezes, mas foi ganhando uma naturalidade arquitetada na intuição, que ele pretende cimentar, estudando canto e preparando uma nova carreira, à base do repertório de Milton Nascimento à Caetano Veloso. "As pessoas dizem que eu faço falsete, mas eu quero aprender mesmo. Nem tenho certeza se faço. Já pensou, eu de falsete, onde vou parar? Só eu e a Yma Sumac".

João Ricardo Apolinário, português de Ponte do Lima, no Minho, 24 anos, filho do crítico teatral João Apolinário, conserva a dualidade de criação que lhe conferem, 14 anos em Portugal, 10 no Brasil. Na verdade procura pender mais para suas influências européias, pontuadas por uma perceptível arrogância e uma inegável postura carismática. Entre o primeiro e o atual Lp, ele vê apenas suas mudanças pessoais. "Eu sou (falava antes de anunciada a dissolução) o cara que determina todas as músicas e os próprios rumos dos Secos e Molhados. O primeiro disco traz muito a minha experiência de garoto, quando eu compunha, com 16, 17 e 18 anos. Por exemplo, *O Patrão Nosso de Cada Dia*. Já no segundo, ele vem de uma ascensão cultural, apesar

de eu ter tido muita coisa pelo meio. Muito pouco tempo de ler, ouvir e trabalhar, além do próprio sucesso, me deixaram meio atado. Mas eu acho que não concedi em nada, dentro de minha estrutura pessoal. É o João Ricardo mesmo, dentro das idéias desse cara chamado João Ricardo. Eu não me traí".

Considerando que houve uma mudança, "mais elaboração, em termos pessoais", Ricardo procurou fazer do disco, segundo ele, "uma coisa mais consistente, mais madura". Nisso, foi prejudicado pelo veto às letras de três poetas consagrados (*Balada*, de Carlos Drummond de Andrade; *Tem Gente com Fome*, de Solano Trindade e *Pasárgada*, de Manuel Bandeira) que estariam no disco. Ricardo, quanto a isso, acha que todas as possibilidades devem ser tentadas. Mantém-se inflexível apenas quanto a não lançar compactos, apenas Lps de seu conjunto (O grupo deverá continuar, com outros integrantes, afinal, o nome, como a firma, pertencem agora exclusivamente a ele). "Sabe, uma vez vi uma cena comovente. Um pedreiro entrar numa loja chiquíssima, juntar uns trocados e comprar o nosso disco".

Quanto à música, João Ricardo faz a "vista por mim mesmo", o conjunto foi formado segundo "eu queria" e a experiência anterior, de oito anos de jornalismo, não lhe dá qualquer tipo de auto censura, quando entrevistado: "Eu já me decepcionei tanto com as bobagens que escrevem sobre o que eu falo, que nem ligo mais". Enfim, João Ricardo, agora primeiro e único remanescente do fenômeno, acredita em algum tipo de filosofia, uma espécie de pensamento positivo que o impulse com tal auto confiança?

— "Eu basicamente não sei agir de outra forma. Aquilo que eu quero, que eu acredito, vou até o fim. Para bem ou para mal".

Esporte

AS IDÉIAS DO VICE-HAVELANGE

Na primeira reunião da diretoria em que lhe coube substituir João Havelange, o presidente em exercício da CBD, Sílvio Correa Pacheco, definiu o seu estilo com uma frase dirigida a seus companheiros: "Vamos dar maior atenção e cuidado às finanças. Caso um diretor necessite de um pão para não morrer, não pode retirá-lo de outro departamento. Vamos respeitar rigorosamente as dotações orçamentárias".

Fluminense de Niterói, 65 anos (sete mais que Havelange), Sílvio Pacheco é o oposto de seu antecessor. Homem fechado, pouco comunicativo, audacioso em suas promoções. Quando a Seleção perdeu a Copa de 1966, Havelange se lançou à construção da sede própria da CBD, um luxuoso edifício no centro do Rio de Janeiro que recebeu seu nome. E justificou: "Quando há insucesso no futebol, só uma realização como esta marca uma administração". Com seu arrojo, organizou a Taça Independência, que valeu à CBD um prejuízo monumental: 12 milhões de cruzeiros. Embora, como Havelange, seja um próspero homem de negócios (ele é vice-presidente da Macife S.A. Materiais de Construção e Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Louças, Tintas e Ferragens da Guanabara), Pacheco não gasta um centavo sem pensar duas vezes, é incapaz de fazer uma promoção que possa dar prejuízo.

Ex-goleiro do América Futebol Clube do Rio, Pacheco abandonou o futebol em 1933, em protesto contra a implantação do profissionalismo, mas continuou ligado ao clube, de que foi presidente várias vezes. Guindado à presidência interina da CBD com a eleição de Havelange para a FIFA, ele se encontra agora sob o fogo dos ataques dos dirigentes do futebol paulista, que contestam a sua efetivação no cargo. As idéias de Pacheco sobre o futebol brasileiro e

também um pouco de seu estilo, estão aqui nesta entrevista ao repórter Geraldo Pedroza. (Maurício Azedo)

Opinião — A possibilidade de sua efetivação na presidência da CBD tem gerado protestos da Federação Paulista de Futebol, que considera necessária uma nova eleição para substituir o presidente João Havelange, e não apenas uma ascensão do vice-presidente. Como o senhor encara essa exigência?

Pacheco — Devo informar aos ilustres dirigentes do futebol paulista que sou o vice-presidente eleito com mandato até 13 de janeiro de 1976. O resto se encontra no estatuto. Os interessados devem consultá-lo. (1).

Opinião — Com a transformação da CBD em Confederação Brasileira de Futebol, em 1976, como ficarão os esportes amadores atualmente coordenados por ela?

Pacheco — Pela sua origem, sua tradição, sua vida, a tendência da CBD é a de abrigar esses esportes até o momento em que possam ser emancipados. Temos feito tudo, temos dado todas as condições para que esses esportes conquistassem as melhores glórias de sua vida. Este ano nós planejamos fazer que alguns desses esportes pudessem ser transformados em confederações, mas isso não depende apenas da CBD, depende também do Conselho Nacional de Desportos. Depois que esses esportes tiverem condições de sobrevivência independente, a CBD passará a ser Confederação Brasileira de Futebol, porque este é o único esporte considerado básico e essencial para a entidade, pelo estatuto e pela própria tradição da CBD.

Opinião — Ao contrário do que ocorreu com o futebol, a CBD nunca conseguiu grande êxito nos demais

esportes, como indicam os resultados obtidos pelo Brasil nas competições internacionais, principalmente os Jogos Olímpicos. A que o Senhor atribui esse insucesso?

Pacheco — Os insucessos nos demais esportes não têm relação com a sua vinculação com a CBD, e sim com as próprias condições que têm cercado os esportes amadores. Sabemos das dificuldades dos nossos esportes amadores em suas apresentações nas Olimpíadas, em competições com países como os Estados Unidos, a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Alemanha Ocidental, onde os esportes amadores contam com uma situação diferente da nossa. Nos Estados Unidos eles trabalham com base nos universitários, enquanto nos países socialistas da Cortina de Ferro os esportes amadores têm uma situação oficializada. O próprio governo faz do esporte um elemento de grande importância para a sua propaganda. Nesses países, então, o esporte amador tem um apoio que não podemos nem pensar em igualar.

Com a criação da Loteria Esportiva, porém, o esporte amador entre nós vai ter e já está tendo um grande desenvolvimento.

Opinião — Com o fracasso na campanha pelo tetracampeonato mundial a CBD pensa em promover uma reformulação no futebol, sobretudo no plano técnico?

Pacheco — O que vimos no último Campeonato Mundial, na Alemanha, não foi assim novidade que pudesse surpreender a tanta gente. O futebol vencedor, da Alemanha, da Holanda, da Polônia, foi o futebol-velocidade, que é caracteristicamente brasileiro. Então, será muito fácil para os técnicos brasileiros, em seus clubes, se adaptarem a essa nova fase do futebol, porque o futebol não é estático; ele é dinâmico, evolui sempre, e desta vez a

evolução foi para a velocidade. Nossos técnicos não de ter inteligência para aproveitar os nossos jogadores, que potencialmente têm todas as qualidades, para fazer um grande futebol veloz no Brasil, como já tivemos antes.

Opinião — Os interesses da CBD e da seleção têm prevalecido sobre os interesses dos clubes. A CBD está cada vez mais rica, enquanto os clubes vivem em crise permanente. Não é hora de impedir que os clubes sejam prejudicados pela CBD?

Pacheco — Não é verdade. Isso não é absolutamente verdade. Os interesses da CBD não se sobrepõem aos interesses dos clubes. A CBD não poderá ser jamais uma entidade forte se estiver baseada em clubes fracos.

Na minha opinião, os problemas que afligem os clubes no Brasil devem ser discutidos e estudados por todos os interessados. Se há problemas comuns, se há uma aflição comum, por que os interessados não se reúnem em congressos regionais e depois trazem uma tese final para que seja apreciada pela CBD e até mesmo pelo governo? Não quero fazer crítica a ninguém, não sou homem disso, porque sou homem de clube, mas com frequência lemos nos jornais que um clube se debate numa crise financeira tremenda; em outra página ou numa coluna ao lado dessa notícia, vemos que o clube está investindo uma fortuna em novos jogadores, estabelecendo prêmios mirabolantes para vitórias e até mesmo empates.

A CBD aufere lucros — lucros, não; proveitos — quando coloca a sua seleção em campo, mas temos que ver que suas despesas são vultuosíssimas, porque a seleção reúne os jogadores mais caros, os de maiores ordenados do Brasil. O mesmo acontece com o técnico e com todos aqueles que servem à seleção. Além disso, a CBD cerea a

sua seleção de tal conforto, de tal segurança, que precisa pagar um preço muito elevado. Então, devemos ser justos. Quanto custou à CBD o título mundial de 1970? A CBD teve lucro? Garanto que não. Agora, quanto de alegria, de satisfação, de orgulho ela proporcionou ao povo brasileiro? Vimos o povo nas ruas, cantando, chorando de alegria, e vimos o orgulho espalhado por todo o país. Quanto custou isso? Quanto vale isso?

Opinião — A Loteria Esportiva se consolidou e tornou algumas instituições ainda mais ricas — entre elas a Caixa Econômica Federal — graças aos clubes. Os clubes não merecem uma contrapartida, uma participação direta nas receitas da Loteria?

Pacheco — A formulação da pergunta está exatamente dentro da tese que defendo. Acho que o clube é a célula *mater*, a base do futebol, e por isso deve ser fortalecido. Entendo que as autoridades que dirigem a Loteria Esportiva poderiam olhar para este aspecto da questão e atribuir aos clubes uma parcela dos resultados da Loteria. São os clubes que permitem que a Loteria proporcione benefícios a diversas instituições. No meu entendimento, os clubes deveriam ser olhados pelas autoridades que dirigem a Loteria Esportiva. Elas são autoridades esclarecidas e que conhecem bastante o problema. Por isso, acredito mesmo que, oportunamente, os clubes terão o seu quinhão na Loteria Esportiva.

(1) Pelo artigo 14 do estatuto da CBD, João Havelange só será substituído pelo vice-presidente Sílvio Pacheco ou outro diretor da CBD se renunciar à presidência depois de 13 de janeiro, de 1975, último ano de seu mandato de três. Se ele renunciar em outubro, como se anuncia, a CBD terá de realizar eleições para a presidência.

continuação da página ao lado

tinental lançou em seu suplemento rock. O pernambucano Ave Sangria (ex-Tamarineira Village) ainda tem, com sua tosca mistura de rock, samba, baião e balada, uma lembrança distante dos tempos ingênuos da Jovem Guarda. Dele parece inútil exigir qualidade ou perfeição, mesmo porque ele deixa claro sua intenção de assumir justamente esse lado pobre, primitivo, do rock brasileiro. Mas já é mais difícil ter tolerância com o Som Nosso de Cada Dia, trio formado pelo organista Manito, ex-integrante d'Os Incríveis, mais o baixista Pedrão e o baterista Pedrinho. Com suas longas entrevistas a jornais *underground* ("Uma forma bem não revolucionária, e sim mais assim psíquica, de cucá mesmo, jogar a coisa, jogar com a verdade da transação mesmo"), seus *press-releases* conceituais ("Em nossa cultura atual, um disco é algo que significa tanto quanto um livro, os discos estão sendo os mensageiros da futura geração"),

sua *mise-en-scène* (o grupo se apresentou antes dos shows de Alice Cooper, no Rio e em São Paulo), o conjunto paulista parece se esforçar ao máximo para adquirir um padrão de comportamento semelhante ao dos superastros internacionais do rock. O que lhe falta é fôlego: seus longos temas não resistem à pouca imaginação e experiência do baixista e do baterista (mesmo Manito, calejado nos teclados de baile, ressentido da falta de técnica). Não há nem a perfeição e a fúria do modelo estrangeiro, nem o sabor criativo de uma fusão à brasileira.

Não seria justo nem proveitoso, no momento atual (de impasse) da música brasileira, negar a informação rock (ou jazz, ou latina, ou clássica) e propor mais uma "meia volta xenófoba conservadora", como diria Augusto de Campos. O equívoco do rock no Brasil não é sua presença, mas as distorções de uma assimilação que nunca chegou realmente a existir. (Ana Maria Bahiana)

seguir, o assunto do filme acaba sendo menos o messianismo indígena do que a relação deste filme com o cinema brasileiro e com a História do Brasil. Mais exatamente: com a maneira de construir a História do Brasil. Esta é a significação básica do título. Triste Trópico não é apenas a redução ao singular do título do livro de Lévi-Strauss, Tristes Tropiques, mas antes uma alusão a uma concepção tropicalista da História do Brasil. Triste "trópico", ou seja, triste noção de trópico. É triste contar a História do Brasil como a história de uma tropicalidade. (Carlos Murao)

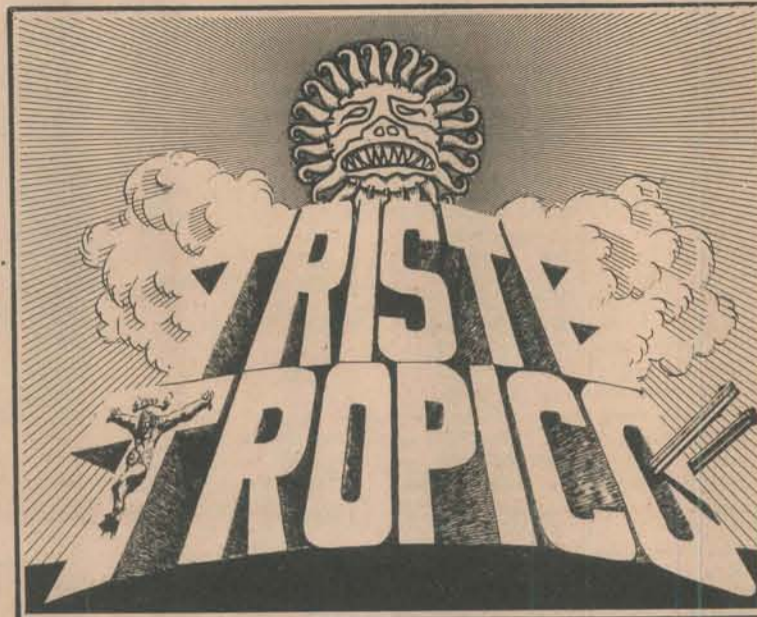
Alguns pontos de vista de, Artur Omar sobre Triste Trópico:

A teoria — A matriz teórica de Triste Trópico é o curta-metragem Congo, sobre a congada. Diante da congada, o que faria o documentário habitual? Mostraria cenas de congada, que viriam acompanhadas por uma narração de caráter sociológico. A narração teria um caráter pessoal, seria a palavra endossada pelo filme. Um filme de informação, de classificação, de acúmulo de dados. A apreensão da congada se faria através do conhecimento. De fato, uma ilusão de conhecimento, pois o documentário transformaria a congada em espetáculo, que nem leva o espectador urbano a participar, nem modifica a cultura filmada.

Por um lado, a realidade da congada para o espectador urbano é em realidade verbal: é o que ele lê nos livros de etnografia e nas reportagens. Por outro, um filme sempre tem mais sentido em relação ao grupo social que o produz, do que em relação ao objetivo filmado. Estes são os princípios que nortearam a composição do filme, feito quase inteiramente com palavras e no qual não se vê a congada. A palavra escrita é o material de base do filme, e a ela se subordina a imagem.

Os textos de Mário de Andrade e Artur Ramos que compõem a faixa sonora, são manipulados como documentos, e não como uma verdade científica que o filme endossaria. Por isto, o texto é lido por uma menina de nove anos: esta não é a palavra do filme.

Como a congada é um conflito entre



dois grupos, o do rei e o do embaixador, este conflito orientou a linguagem do filme que joga com contrastes e oposições, com base nas teorias de Eisenstein.

Palavra contra imagem — Triste Trópico conta de modo linear a biografia de um personagem fictício: um médico de interior que estudou na Europa e se torna Messias. A linearidade desta exposição se refere ao documentário tradicional. A ação messiânica deste personagem, a imagem praticamente não se refere: o material de base da imagem é o carnaval. A imagem nunca é o que a narração está dizendo.

O carnaval foi filmado em planos isolados de modo a descaracterizá-lo como espetáculo, a imagem se propõe significar outra coisa que o carnaval: são imagens coletadas como matéria-prima a trabalhar, não como significativas em si. Inclusive, quando se filmou o carnaval, em 1972, o assunto do filme não era o messianismo indígena.

Entrando em composição com a biografia do personagem, o carnaval não entra como uma metáfora do tipo: tudo é carnaval, a realidade brasileira é

um carnaval. O filme não é tropicalista. É o contrário, se tentou eliminar ao máximo esta significação. Se tentou escapar ao que se poderia chamar de "efeito único", quando o material que se justapõe ao assunto principal só pode ser interpretado numa única direção. Ao contrário, procura-se eliminar a metáfora. O filme poderia até ser um fichário de planos numerados. O que se procura é a multiplicidade de significações. Esse é o grande conflito do filme, um de seus assuntos essenciais: documentário linear versus proliferação das significações. Narração verbal linear racional versus transbordamento do rio, transbordamento que acaba sendo mais importante que o próprio rio.

Tudo no filme como já disse, funciona a partir de conflitos. Filmes a cores/preto e branco. Filmes de família/carnaval. Música contemporânea/música indígena. Brasil/Europa. Velho/novo. Rigor da composição do filme/carnaval. Tecnológico/arcaico. Messianismo indígena/Messias branco. O filme sempre trabalha com defasagens, deslocamentos, nunca ilustra.

Nem histórico, nem sociológico — Outro nível em que funciona o filme — e é também um de seus assuntos essenciais — é a sua relação com o conceito de História do Brasil e o conceito de História implícito em muitos filmes históricos feitos recentemente no Brasil. Estes filmes propõem uma encenação da História, totalmente ausente em Triste Trópico. Ele é uma crítica à encenação da História, ao empirismo fotográfico.

Estes filmes são em geral morais e não científicos; eles têm uma visão mística, quando não mitológica, da História: a repetição incessante de um ciclo, ascensão e decadência. Estes filmes recorrem a estruturas dramáticas clássicas: em que medida estas estruturas não condicionam a própria concepção da História? Triste Trópico pretende ser uma leitura crítica destes filmes. Aliás, o próprio narrador, Othon Bastos, funciona em Triste Trópico não só como ator versátil, mas como um documento, uma citação referente a estes filmes. Diante destes filmes, Triste Trópico não é um filme sociológico, nem histórico, abdica conscientemente de fornecer uma análise da História; ele deve ser considerado como um filme provisório, um interlúdio, um filme preparatório de um possível filme que use um instrumental científico para abordagem da História do Brasil. Neste sentido, é um filme inocente, primitivo, um programa mínimo dentro de uma abertura para um programa máximo.

Produção — Levei dois anos para fazer Triste Trópico, que custou aproximadamente 50.000 cruzeiros. É em grande parte um filme de mesa. Quase todo o material filmado ao vivo foi feito em 16 mm e ampliado. Haveria muito o que dizer sobre produção e exibição de filmes brasileiros.

Cinema — Talvez eu deteste o cinema. É talvez necessário um certo ódio para poder violentar.

CINEMA

A história do triste trópico

Triste Trópico, filme ao mesmo tempo de ficção e documentário, ou talvez nenhum dos dois, é o primeiro longa-metragem de Artur Omar, que já realizou dois curtas-metragens: Serafim e Congo. E é também sem dúvida o longa-metragem de maior abertura realizado nos últimos anos no Brasil, destinado provavelmente a provocar entre os cineastas, documentaristas e ficcionistas, uma discussão sobre a dramaturgia do filme brasileiro: quais as relações que o cineasta pode estabelecer entre um filme e a cultura brasileira? Este filme laboratório e provocador tem muito possivelmente antecedentes em alguns curtas-metragens como Roda e Outras Histórias, de Sérgio Muniz; Lavra Dor, de Paulo Rufino; Indústria, de Ana Carolina Teixeira Soares, e no cinema de Sérgio Santeiro.

O método de composição deste filme ensaio (1) é essencialmente a montagem: Artur Omar juntou um

material heterogêneo de imagens (carnaval, filmes de família dos anos 30, gravuras, fotografias européias), textos (extraídos de etnólogos, do Padre Vieira, de Euclides da Cunha, etc), músicas, ruídos, e com este material conta uma história de messianismo indígena, tema próximo ao Uirá, de Gustavo Dahl.

Mas o filme só trabalha com as decalagens entre os diversos materiais. Assim, enquanto as palavras informam sobre messianismo, a imagem nunca se refere a ele diretamente. Enquanto se fala em messianismo indígena, o personagem que carrega a função de Messias é um médico branco pequeno-burguês.

Com este sistema de trabalho, que Artur Omar explicita na entrevista a

(1) — Triste Trópico será exibido na Semana de Filmes Inéditos, que encerrará neste mês, no Rio de Janeiro, o ciclo Um Mês de Cinema Brasileiro.

Leonides Bayer Produções Artísticas Ltda.

GRUPO TABA apresenta O MONTA-CARGA

de Harold Pinter

com Carlos Vereza e Stênio Garcia
TEATRO SENAC — Rua Pompeu Loureiro, 45
Tel. — 256-2746
de 4.ª a 6.ª: 21h 30m, sábado: 20h 30m e 22h 30m
domingo: 18h e 21h 30m

TEATRO PRINCESA ISABEL — Reservas: 236-3724

3.º mês! O maior sucesso do ano

A TEORIA NA PRÁTICA É A OUTRA

comédia de Ana Diasdado de Macedo,
na versão de Armindo Blanco

Canção-tema: Edu Lobo e Paulo César Pinheiro

com: Gracindo Júnior, Débora Duarte, Fábio Sabag,
Regina Viana, Vinicius Salvatori, Pedro Paulo Rangel
Direção: Antonio Pedro

De 3.ª a 6.ª: 21h30m — Sáb.: 20h30m e 22h30m
Doms.: 18h e 21h30m — Estudantes: Cr\$ 15,00

A CENA
MUDA

MARIA
BETHÂNIA

TEATRO CASA GRANDE

Rua Afrânio de Melo Franco, 300
Tel. 227-6475
Diariamente: 21 h e 30 m
Domingo: 19 h
50% de desconto para estudantes

Ultimas apresentações no RIO
Guilherme Araújo apresenta

CAETANO VELOSO

de 22 de agosto a 1 de setembro
Perinho Albuquerque — guitarra
e violão

Moacyr Albuquerque — baixo
Tuzé de Abreu — soprano
Eneas Costa — bateria
Bira da Silva — percussão
Tenório Júnior — piano
Direção Musical:
Perinho Albuquerque



TEATRO DA PRAIA

Rua Francisco Sá, 88. Tel. 227-1083
Preços: Cr\$ 20,00 e Cr\$ 30,00

